



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

ANDERSON MATIAS CARDOZO

**ÍNDIA, DAS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1991 À INSERÇÃO REGIONAL:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE UM PAÍS EMERGENTE**

JOÃO PESSOA – PB

2013

Índia, das Reformas Econômicas de 1991 à Inserção Regional: Desafios e
Oportunidades de um País Emergente

Anderson Matias Cardozo

Índia, das Reformas Econômicas de 1991 à Inserção Regional: Desafios e Oportunidades de um País Emergente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Henrique Altemani de Oliveira

João Pessoa,

2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Campus V – João Pessoa – PB
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

ATA DA 20ª SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e treze, às onze horas, na sala de aula do Mestrado em Relações Internacionais do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da dissertação de mestrado “ÍNDIA, DAS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1991 À INSERÇÃO REGIONAL: Desafios e Oportunidades de um País Emergente”, apresentada pelo(a) mestrando(a) **Anderson Matias Cardozo** ao Mestrado em Relações Internacionais da UEPB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, Linha de Pesquisa: **Política Externa e Segurança**. A Banca Examinadora foi presidida pelo Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira (Orientador/UEPB), contando com a participação do Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Examinador Interno/UEPB) e do Prof. Dr. Marcos Costa Lima (Examinador Externo - UFPE).

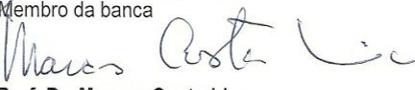
O(A) candidato(a) recebeu o Conceito Aprovado.

João Pessoa, 27 de maio de 2013.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira
Presidente da banca


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Membro da banca


Prof. Dr. Marcos Costa Lima
Membro da banca


Anderson Matias Cardozo
Examinado(a)


Alyne Gisèle Fernandes da S. Benevides
Secretária

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos 24 meses dedicados ao curso de Mestrado em Relações Internacionais pude conviver com pessoas de diferentes áreas, e que me proporcionaram conhecimentos e um convívio respeitoso e divertido. E nesta minha construção humana, papéis primordiais tiveram meus pais Antônio Matias Cardozo e Eliane Mendonça da Costa, que desde meu processo de socialização primária passaram valores e uma visão de mundo que tem como característica maior o respeito e a simplicidade. Hoje muito do que sou é reflexo desse aprendizado familiar, onde acima de tudo, o apoio aos meus projetos de infância, mesmos que utópicos, deixaram como marca, o desejo da busca. Busca que hoje tem uma nova dimensão, e para tanto, o auxílio dos professores é de fundamental importância, em especial Marcos Costa Lima (UFPE) e Henrique Altemani de Oliveira (UEPB).

Agradecimento mais que especial também devo aos meus amigos acadêmicos: Joelma Gusmão, Cláudio, Roberto, Flávio Aires, Marco Aurélio e Diego (Pós-Graduação em Ciências Políticas). Com Flávio Aires, as discussões teóricas e empíricas se tornaram uma constante, contribuindo para meu crescimento e a vontade de pesquisar mais e mais. Joelma, amiga de todas as horas, onde sua capacidade intelectual é de chamar atenção, devo meus agradecimentos desde o dia da matrícula no curso de Graduação em Ciências Sociais na UFPE, onde até hoje me acompanha em minhas angústias e vitórias. Cláudio Roberto e Marco Aurélio, amigos inseparáveis, puderam juntos comigo e Flávio, tornar a árdua rotina acadêmica mais divertida, aliado às quentes discussões sócio-antropológicas. Diego, amigo da pós-graduação é um exemplo de docilidade, respeito e inteligência. Características (adicionadas a outras) que o faz um ser humano super especial, capaz de cativar as pessoas em sua volta.

O mestrado, mais do que um título, me presenteou grandemente com as amizades de Alexandre Magno, Mikelli, Jan Marcel, Jordênia, Emmilyne, Murilo, Mariana, Eduardo, e dos demais. Convívio agradável e repleto de alegrias, e que faz desses amigos pessoas de grande importância na construção dos meus conhecimentos na área de Relações Internacionais.

Elevado grau de importância têm aqueles que já se mostravam verdadeiros fiéis na torcida pelo meu sucesso, e aí merece total destaque a figura de Marya, Camila Cássia, Rafaela Andrade, Douglas Tadeu, Elisângela, Paloma, Maxwell, Dária Paul, Metusael Lira, Twilza, Maurício Lima, Paloma Sousa, Padre Eliano, Messias, Márcio

André, Tatiane, minha irmã Sheila Cardozo, e tantos outros que indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. O fato é, apoio moral estava presente no discurso de todos, sendo um rico combustível em minha caminhada.

Por fim, um agradecimento carinhoso para minha namorada Viviane Melo, companheira para todas as horas, e que se mostrou super dedicada e compreensiva do meu atual momento, sendo seu apoio fundamental para a construção desse trabalho.

“A desgraça dos que não se interessam por política é serem governados pelos que se interessam”

Francisco Weffort

SUMÁRIO

Resumo.....	10
Abstract.....	11
Lista de Siglas.....	12
Lista de Tabelas.....	14
Introdução.....	15
CAPÍTULO 1: Política Econômica e Política Externa.....	20
1.1 A Estratégia do Desenvolvimento Não Alinhado.....	20
1.2 Autonomia e Política Externa.....	30
1.3 Reformas Econômicas e Inflexões na Política Externa (os principais interesses estratégicos indianos).....	39
CAPÍTULO 2: O Redirecionamento para a Ásia: a estratégia do <i>Look East Asia</i>	
2.1 A atratividade da economia asiática. A estratégia de inserção no dinamismo econômico asiático.....	54
2.2 Questões estratégicas regionais e a inserção indiana.....	65
2.3 A importância do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia.....	74
CAPÍTULO 3: Índia: Parcerias Político-Estratégicas e Inserção no Continente Asiático.....	80
3.1 A aproximação com a China: parceiros ou competidores?.....	82
3.2 A aproximação com o Japão: uma estratégia para conter a China?.....	90
3.3 A aproximação com os Estados Unidos: parceiro estratégico na Ásia?.....	95
Conclusão.....	102
Referências Bibliográficas.....	106

RESUMO

O Leste Asiático, desde a década de 1990, é caracterizado pela presença de atores com capacidade crescente tanto na dimensão econômica quanto na político-estratégica e com objetivos, claros ou não, de exercício de liderança nos planos regional e internacional, sendo a região com a maior presença de potências nucleares. Neste sentido, a contínua ascensão chinesa, com uma maior influência no Sudeste Asiático, não deixa de se apresentar como uma possível ameaça aos interesses indianos. De outro lado, Estados Unidos sempre teve forte influência na região e cada vez mais demonstra oficialmente sua intenção de se manter na Ásia e evitar crescimento de outros atores que possam comprometer seu tradicional papel no plano da segurança e mesmo prejudicar seus interesses econômicos. Neste processo, sobressai-se igualmente o papel do Japão que, considerado no início dos 1990 como aquele que poderia substituir Estados Unidos, viu paulatinamente suas possibilidades serem enfraquecidas pelo crescimento chinês. Neste sentido, o presente trabalho busca examinar e analisar o processo de inserção da Índia no continente asiático, decorrente da inflexão de suas políticas externa e econômica no Pós Guerra Fria. De um lado, Índia procurará inserir-se nas redes produtivas asiáticas, hoje lideradas pela China e, de outro, ver-se-á constrangida pelas demandas nipo-americanas de ser uma força que possa contrabalançar o crescente poder chinês. E, entre este movimento que leva à necessidade de fortes vínculos econômicos com a China e aproximações político-estratégicas com Estados Unidos e Japão em oposição à China, a Índia mantém seu projeto de se transformar em uma potência regional neste século XXI.

Palavras-Chave: Inserção da Índia; Política Externa Indiana; Inflexão Política; Liberalismo Econômico, Look East Policy.

ABSTRACT

East Asia since the 1990s, is characterized by the presence of actors with growing capacity both in economic terms and in political and strategic objectives, clear or not, exercise leadership at the regional and international levels, and the region with the increased presence of nuclear powers. In this sense, the ongoing Chinese rise, with greater influence in Southeast Asia, it still presents itself as a possible threat to Indian interests. On the other hand, The United states has always had a strong influence in the region and increasingly demonstrates officially his intention to remain in Asia and prevent growth of other actors that might compromise its traditional role in terms of safety and even undermine their economic interests. In this process, also excels at the role of Japan, considered the beginning of 1990 as one that could replace the United States, saw its possibilities gradually being weakened by Chinese growth. In this sense, this paper seeks to examine and analyze the process of inclusion of India in the Asian continent, due to the inflection of his foreign and economic policies in the Post Cold War. On one hand, India will seek to insert themselves in Asian production networks, today led by China and on the other, will see constrained by the demands of Japanese-American to be a force that can counter the growing Chinese power. And among this movement that leads to the need for stronger economic ties with China and political-strategic approaches with the United States and Japan as opposed to China, India maintains its project of becoming a regional power in this century XXI.

Keywords: Insertion of India; Indian Foreign Policy; Inflection Policy; Economic Liberalism; Look East Policy.

LISTA DE SIGLAS

- APEC** - Asia Pacific Economic Cooperation
- ARF** - ASEAN Regional Forum
- ASEAN** - Association of Southeast Asian Nations
- SAARC** - South Asian Association for Regional Cooperation
- BJP** - Bharatiya Janata Party
- BRIC's** – Brasil, Rússia, Índia e China.
- CEC** - Comprehensive Economic Cooperation
- CECA** - Comprehensive Economic Cooperation Agreement
- CEPA** - Comprehensive Economic Partnership Agreement
- CSIR** - Council of Scientific and Industrial Research
- CTBT**- Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty
- DST** - Department of Science and Technology
- EUA** - Estados Unidos
- FTA** - Free Trade Area
- GATT** - General Agreement on Tariffs and Trade
- IBAS** – Índia, Brasil, África do Sul.
- IBM** - International Business Machines
- IDE** – Investimento Externo Direto
- JSPS** - Japan Society for the Promotion of Science
- JST** - Japan Science and Technology
- LEP** - Look East Policy
- NER** - North East Region
- NIC** - National Informatics Centre
- OMC** - Organização Mundial do Comércio

OMI - Organização Marítima Internacional

ONGC - Oil and Natural Gas Commission

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB - Produto Interno Bruto

PM - Primeiro Ministro

PTBT - Tratado de Banimento Parcial de Testes

SNI - Sistema Nacional de Inovação

TAC - Tratado de Amizade e Cooperação

TI – Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TNP - Tratado de Não Proliferação

TPS - Technology Policy Statement

UE – União Europeia

UN - United Nations

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US - United State

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Planos Quinquenais e os setores prioritários.....	19
Tabela 2: Parceiros Comerciais da Índia: Exportações.....	54
Tabela 3: Comércio entre ASEAN e seus parceiros.....	58

INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria representou, além da extinção da disputa ideológica entre socialismo e capitalismo, uma reconfiguração na geopolítica internacional. A rígida estrutura daquele período, tendo como linha mestra a diretriz da *contenção*, definia o padrão de relacionamento internacional apresentando, de um lado, relativa previsibilidade já que as regras do jogo eram muito claras e constringendo, de outro, as possibilidades de diferentes atores limitados pelo contencioso Estados Unidos – União Soviética. Assim, a partir da década de 1990 há uma emergência de atores que até um passado recente tinham papel coadjuvante frente ao cenário internacional.

A Índia figura entre essas novas forças com crescente projeção internacional, tendo na pujança de sua economia o relevo para sua visibilidade global. Como reconhecido por muitos, o que possibilitou esse avanço foi a nova postura adotada pelo país que incorporou na política econômica, uma integração ao mercado internacional, a partir de sua liberalização, flexibilizando o papel do Estado. A política externa acompanhou esse ritmo de internacionalização, tendo como estratégia a diversificação de suas parcerias e a presença em diferentes partes do mundo. Um viés político que traz em seu novo modelo uma ruptura se comparada à que acompanhou o país desde sua independência em 1947.

É importante ter em mente que esse cenário está pautado em preceitos liberais e de globalização, e as transformações políticas e econômicas lançadas pela Índia se dão a partir dessa percepção de adaptação a nova realidade do país, e que têm nos condicionantes internacionais e na mudança estrutural doméstica fatores impulsionadores. Os resultados positivos não tardaram em aparecer. Como sinaliza Paul (2008: 2), “a Índia tem um número de capacidades de poder que são ingredientes necessários para reivindicar o status de uma potência emergente¹¹”. Cenário que faz emergir novas oportunidades e desafios para um país com um contingente populacional de mais de um bilhão e cem milhões de habitantes, e que tem no crescimento econômico e comercial a base para o desenvolvimento nacional e diminuição das imensas desigualdades sociais.

¹¹ Devido as suas capacidades nacionais definidos em termos de Soft Power e Hard Power. Os recursos de Hard Power: capacidades militares (A Índia tem 1.485 milhões de tropas regulares, sendo a terceira maior força armada do mundo, depois da China e dos Estados Unidos), recursos econômicos e ativos tecnológicos e demográficos. O autor coloca como capacidades de Soft Power da Índia, lideranças nas instituições internacionais, apelo cultural, secularismo, democracia e uma política federal (Paul, 2008:2).

Em sua política externa, a estratégia se volta para capacitar o país a uma maior inserção no contexto da globalização, e para isso tem a seu favor o forte crescimento de sua economia. Municiada de capacidades econômicas e comerciais, a Índia tem a sua frente um amplo mercado regional asiático e Estados em via de desenvolvimento capazes de absorver seus serviços no setor da tecnologia da informação. Introduzida sua economia no espaço internacional, e ao mesmo tempo em que há uma articulação política Sul-Sul, ampliando sua presença global, o Estado indiano dá sinais do pragmatismo de sua política externa pós 1991. Sua presença mais efetiva no Leste e Sudeste da Ásia com a *Look East Policy* também está no bojo do referido pragmatismo dos indianos. O desenho desta política externa representa o papel que deverá guiar a Índia no cenário regional e global atual, ou seja, com uma voz mais ativa e em defesa dos seus interesses econômicos e estratégicos. Como pano de fundo está seu relativo aumento de poder e a preocupação com a segurança nacional, percebido pelo fato da Ásia aglutinar outras grandes forças regionais, como é o caso da Rússia, do Japão e da China.

A China, com a economia que mais cresce no mundo, possui grandes capacidades bélicas e operacionais, tendo em suas mãos potencialidade nuclear e um forte sentimento de liderança na região, fato que gera uma constante desconfiança entre os indianos.

Por outro lado, a presença do Paquistão nos limites fronteiriços com a Índia desperta uma constante preocupação, uma vez que se tornou um inimigo histórico. Paquistão que também é um Estado nuclearmente armado e aliado dos chineses. Portanto, é uma região conflituosa, possuidora de importantes recursos naturais, onde estão presentes grandes Estados com interesses difusos. Sendo assim, a política externa da Índia visa primordialmente a segurança nacional e para isso lança mão de todos os recursos de força disponíveis, preocupando-se permanentemente em acumular ainda mais.

O pensamento de políticos indianos em aumentar a influência do país na Ásia está presente antes mesmo da abertura econômica. Com a política denominada “*A Doutrina da Ásia Meridional*” de 1983, a Índia julga-se no direito de impor uma ordem regional sem interferências externas (Maass, 1997). Com isso, é notória a intenção da Índia em trazer para sua zona de influência os Estados localizados no sul da Ásia. Interesse que foi materializado com a criação da South Asian Association for Regional

Cooperation (SAARC). O direcionamento regional da Índia ganhou novas dimensões a partir da década de 1990 com a *Look East Policy*. Política que sinaliza o objetivo em penetrar no Leste e Sudeste Asiático, no qual, tem como atrativos um fértil cenário econômico e, de onde se podem extrair questões políticas estratégicas. Este contexto de política externa indiana pós-reformas econômica explicita seu viés em torno de maiores projeções, seja no nível regional e/ou internacional. Essa postura política está alicerçada num maior pragmatismo, com o Estado desenvolvendo papel mais proativo e protagonista dos interesses nacionais.

O maior ativismo da Índia também se faz presente nas instituições internacionais, como na Organização Mundial do Comércio (OMC), em defesa de seus interesses e engrossando o coro a favor dos países emergentes. Soma-se a isso sua articulação com os outros países emergentes, como foi demonstrado com a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Articulação que representa um meio agregador de forças para fazer frente às grandes potências.

Em suma, as reformas estruturais da economia indiana, além de evidenciar uma nova ótica para sua estratégia de desenvolvimento, marcou um novo direcionamento de sua política externa. Esta que está estruturada num posicionamento mais proativo do Estado, como materializado na articulação com outros países emergentes, como Brasil e África do Sul, e o mesmo tempo, com uma atuação ativa nos fóruns multilaterais, como ficou evidente na Rodada Doha (OMC). Neste sentido, a agregação de poder é um preceito de fundamental importância para o projeto indiano de maior inserção regional, e o cenário pós 1991 vem favorecendo o país a atingir esse objetivo.

O trabalho que ora se apresenta visa investigar a estratégia da Índia no que tange a uma maior inserção no leste asiático, tendo em vista a mudança de curso de sua política externa. No transcorrer desse trabalho buscamos abordar questões fundamentais que estão interligadas a essa estratégia, bem como aos fatores históricos que ainda hoje tem seu peso nas tomadas de decisões. No primeiro capítulo, intitulado **Política Econômica e Política Externa**, a ênfase sobrecai na relevância das políticas externa e econômica adotadas pelo país, envolto do processo de desenvolvimento para sua população. Momento que está ligado ao período de Guerra Fria e seus condicionantes políticos. Também é neste período em que a Índia lança mão das políticas de Não-Alinhamento e de Autonomia. O paradigma de desenvolvimento seguido pelo país tinha como base a influência do pensamento de Gandhi e de Nehru, o que rendeu a Índia o

desenvolvimento de importantes setores da indústria nacional. No entanto, na década de 1980 esse modelo já não se mostrava tão relevante diante do novo cenário em que emergia o país, levando-o a graves crises fiscais, fazendo surgir um novo contexto político e econômico nacional.

Em seguida destacamos a política de liberalização econômica e o novo curso da política externa adotada pela Índia, o que pode ser considerada como uma ruptura se comparada à estratégia presente desde 1947, ano da independência nacional. Mudança que fomentou os bons índices de crescimento econômico e as expectativas otimistas para o futuro próximo. Por isso, o ano de 1991 é emblemático para a política nacional, com o Estado se flexibilizando e abrindo-se para o capital internacional.

O segundo capítulo se direciona a analisar a importância do Leste Asiático no plano estratégico indiano. Tendo em vista seu dinamismo econômico, a região é fator chave para a Índia, que visa aumentar sua presença e influência, e ao mesmo tempo gerar ganhos econômicos e comerciais. Preocupação que também está presente no Sul da Ásia, região possuidora de recursos naturais e onde está localizado o Paquistão, inimigo histórico da Índia.

No terceiro capítulo, a investigação está focada em três importantes atores influentes na região (China, Japão, Estados Unidos). Estados com fortes interesses e que dão a dinâmica da geopolítica asiática. E dentro da estratégia indiana de maior inserção na região, a relação política com esses Estados se configura como primordiais para alcançar seus objetivos estratégicos. A China tem hoje uma das principais economias mundiais, e aquela que mais cresce. É um Estado de grande envergadura para as relações internacionais, em especial pela dinâmica de sua economia, o que também favorece para o aumento de sua relevância política. Esta relevância pode ser percebida através do seu papel de liderança que começa a se desenhar na Ásia, e que tem na Índia, uma possível ameaça para seu projeto expansionista na região. A forte influência política e econômica da China vai de encontro aos interesses dos Estados Unidos. Este que procura manter a política de *status quo* para não minar seus interesses estratégicos no continente asiático.

Neste cenário geopolítico, Japão e Índia são Estados primordiais aos interesses norte-americanos, principalmente por contrabalançar o poderio chinês. Diante disso, a Índia pode tirar boas vantagens e agregar poderes para sua inserção na Ásia.

Observadas as relações entre o processo de reformas econômicas de 1991 e as transformações na política externa da Índia, bem como as mudanças políticas e econômicas internacionais, nos faz suscitar algumas indagações. Como a Índia vai materializar sua estratégia de inserção na Ásia tendo a China como um possível competidor? De acordo com os interesses dos EUA em manter sua influência na região, como este pode contribuir ou constranger a inserção indiana? E qual a importância do Japão na viabilização da influência da Índia na região? Essas são algumas das questões que o presente trabalho visa desvendar. Problema de pesquisa. A grande problemática prende-se com a questão da inflexão na política externa indiana na década de 1990 na consecução da estratégia de inserção regional.

Nesta investigação, a base metodológica lançada está pautada na revisão literária acerca da política externa da Índia. Tratamos de uma bibliografia que foca principalmente as transformações econômicas e políticas após as reformas econômicas da década de 1990, e suas relações com a estratégia indiana de inserção regional. Para uma maior riqueza de informações utilizados dados quantitativos extraídos de relatórios e documentos oficiais do governo indiano, como Consulado Geral da Índia, revistas científicas indianas e internacionais, além de informações presentes em organismos internacionais.

Por fim, é de imensa relevância compreender as atuais políticas da Índia e seus direcionamentos a nível regional, o que influencia direta ou indiretamente estruturas políticas e econômicas de importantes países como Brasil, China, África do Sul e Estados Unidos. Consequentemente, a presente investigação compõe uma das temáticas mais efervescentes dentro das Relações Internacionais.

CAPÍTULO 1: Política Econômica e Política Externa

1.1 A Estratégia do Desenvolvimento Não Alinhado

Com a conquista de sua independência em 15 de agosto de 1947, a Índia se vê diante da necessidade de planejar estrategicamente um tipo de desenvolvimento para sua população. O histórico de lutas e resistências que antecederam a emancipação do país sob a liderança de Gandhi e Nehru sinaliza o tipo de pensamento a ser trilhado nos anos subsequentes da formação do Estado. Pereira (2010) chama atenção para a crescente consciência política e emancipadora da população indiana em meados do século XIX, demonstrada com a fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885. Da mesma forma, a fundação da Liga Muçulmana Toda Índia em 1906 reforça esta consciência emancipadora e introduz, no entanto, a presença de expectativas divergentes em decorrência de posicionamentos religiosos ou étnicos (Oliveira, 2006: 85-86). O Movimento de Desobediência Civil lançado por Gandhi em 1930 acompanha este direcionamento, aonde veio a se tornar uma das principais demonstrações de resistência do período colonial indiano.

Conquistada a independência, os desafios passaram a figurar numa nova esfera, decorrente das ameaças centrífugas dos particularismos linguísticos e religiosos. Para manter a integração nacional diante de interesses difusos, a modernização econômica se tornou a mola propulsora, e como salienta Cruz (2008 *apud* Cintra & Prates, 2009: 400), deveria estar subordinada a pacificação interna e da transformação social.

Sob a liderança política de Jawaharlal Nehru, que se torna Primeiro Ministro em 1947, a estratégia econômica indiana se volta para a conquista de sua autonomia econômica e tecnológica (Pereira, 2010). Em linhas gerais, a autora aponta para o sentido da política arquitetada nos governos de Nehru, destacando sua preocupação no plano doméstico, ao mesmo tempo em que há uma vinculação com a política externa:

Desde Nehru e de sua primeira constituição, a Índia definiu como objetivo prioritário de sua estratégia de desenvolvimento que a operação do sistema econômico deveria trazer como resultados o benefício comum, e, em relação a sua postura internacional, o não-alinhamento. Inspirado no modelo soviético, o setor público comandaria a economia, e o país não experimentaria novamente, segundo o governo, nenhum tipo de subserviência aos difusos interesses ocidentais. Com esse objetivo foi criada a Comissão do Planejamento para traçar os planos quinquenais iniciados em 1950 (Pereira, 2003: 3).

Cintra & Prates (2009) identificam a presença de seis pilares norteadores da política de desenvolvimento indiana após sua independência. Diretrizes que estiveram

presentes até a década de 1980, demonstrando seu caráter protecionista, alimentado, sobretudo, pelas desconfianças dos interesses ocidentais. Segundo eles:

Estes pilares eram: *i*) o planejamento diretivo, com base em planos quinquenais; *ii*) prioridade à industrialização pesada, com forte proteção da atividade empresarial; *iii*) preservação da pequena produção artesanal; *iv*) regulação do sistema financeiro; *v*) pequena participação do capital estrangeiro; e *vi*) propriedade ou controle estatal dos setores estratégicos. Os pilares, cujas sementes foram, em grande medida, germinadas durante o período de colonização inglesa, constituíram instrumentos fundamentais do projeto de construção nacional do novo Estado indiano (Cintra & Prates, 2009: 400).

Dentro da estratégia de planejamento econômico, os Planos Quinquenais se mostraram como uma importante ferramenta no que tange ao desenvolvimento das capacidades endógenas e um controle sobre o processo produtivo. A tabela a seguir destaca cada Plano com suas devidas preocupações setoriais prioritárias.

Tabela 1
Planos Quinquenais e os Setores Prioritários

Planos Quinquenais	Período	Setores Prioritários
1º	1951-1956	Não houve.
2º	1956-1961	Bens de capital, mineração e metalurgia básica; apoio a pequenas e médias empresas.
3º	1961-1966	Bens de capital, química e insumos básicos (aço, energia elétrica e combustíveis).
4º	1969-1974	Metalurgia básica, metais não ferrosos (alumínio, cobre e zinco), indústrias de engenharia pesada, química e petroquímica, fertilizantes e construção naval.
5º	1974-1979	Metalurgia básica, exploração e refino de petróleo, fertilizantes.
6º	1980-1985	Infraestrutura (sobretudo carvão, energia elétrica, energia nuclear e transporte), bens de capital (apoio para reestruturação) e eletrônicos.
7º	1985-1990	Educação, setores intensivos em ciência e tecnologia (energia nuclear e eletrônicos), infraestrutura e setores intensivos em emprego (agricultura, têxteis, vestuários e outros segmentos para consumo de massa).
8º	1992-1997	Setores intensivos em ciência e tecnologia, educação, infraestrutura física e social (energia, transporte, comunicação, irrigação e saneamento).
9º	1997-2002	Infraestrutura física e social; agricultura e setores intensivos em tecnologia (notadamente energia atômica e aeroespacial, e tecnologias da informação); educação.
10º	2002-2007	Infraestrutura e “setores geradores de emprego” (como agricultura, construção, turismo e serviços de tecnologia da informação).
11º	2008-2012	Ligeira aceleração do crescimento (de 9% no período 2007-2008 para 10% em 2012) e ênfase na inclusão social. Metas para melhorar a performance em 26 indicadores relacionados a pobreza, educação, saúde, condições de vida das crianças e das mulheres, infraestrutura e meio ambiente.

Fonte: Nassif (2006) para os dez primeiros planos e Planning Commission (2008) para o 11º Plano.

Como pode ser visualizado acima, há uma preocupação acentuada com a melhoria da infraestrutura do país, em consonância com a política de autossuficiência. O sétimo Plano Quinquenal se configura por ser o último anterior à abertura econômica do país, e que tem a peculiaridade de apresentar uma política de fomento à educação e, ao mesmo tempo, aos setores intensivos em ciência e tecnologia. A preocupação do Estado indiano em desenvolver o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) contribuiu para a Índia ser atualmente um importante polo produtor neste seguimento, em particular ao desenvolvimento de software.

Atrelado a isto, o posicionamento político indiano esteve intimamente ligado ao cenário regional pelas ameaças do Paquistão e da China (Andersen, 2001: 767), o que também impulsionou a busca pelo desenvolvimento em ciência e tecnologia no país. Costa Lima (2008) identifica resultados positivos da política protecionista quando comparados à realidade da Índia colonizada:

Ao observarmos a Índia antes da autonomia política, sua economia permaneceu estagnada, crescendo a taxa de 0,8% entre 1900 e 1950 e nas primeiras décadas após sua independência até os anos 1980, houve certo crescimento econômico médio de 3,4% ao ano (Costa Lima, 2008: 20).

O autor chama atenção para a continuidade do crescimento econômico da Índia nas décadas posteriores à independência política², fruto da política adotada para o setor de ciência e tecnologia. E quando se leva em consideração o cenário internacional, a conclusão é de que os índices foram satisfatórios, quando verificado o contexto de baixa produtividade década de 1980, Costa Lima (*Ibidem*: 20) pontua que, “[...] embora com desempenho medíocre até os anos 80, a Índia foi um dos poucos países no mundo a atingir uma tendência de aceleração significativa em sua taxa de crescimento nesse período”. Crescimento plenamente associado ao modelo de desenvolvimento de bases protecionistas. E, o pensamento de não integrar a economia do país ao ambiente internacional foi interpretado como a política mais prudente e compatível com a realidade de um Estado de independência política recente. Neste sentido, a política econômica de substituição de importações se destacou como modelo de desenvolvimento e ferramenta relevante para a diminuição da dependência externa, limitando os interesses proativos na liberalização ao comércio mundial (Narlikar, 2009: 105).

² Até o final da década 1980, ou seja, anterior ao processo de reformas econômicas iniciadas no início da década de 1990.

A política pós-independência tinha como preocupação maior a independência econômica, arquitetada no planejamento econômico, tendo em vista a construção de uma indústria nacional pesada. É neste cenário que há uma aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Costa Lima, 2007) ³, beneficiando a Índia em vários aspectos, que aproveitou estrategicamente para incrementar sua capacidade científica/tecnológica e militar, convertendo-as à necessidade de desenvolvimento e defesa do país (Chaulia, 2002: 230). O ano de 1971 marca formalmente esta aproximação entre indianos e soviéticos. Intimidade que se caracterizou a partir de uma conjunção de interesses políticos, militares e econômico (Pereira, 2003). A autora (*Ibidem*) reconhece que inspirado no modelo soviético, a Índia fez do setor público o condutor principal de sua economia.

Cintra e Prates (2009) observam na dinâmica desenvolvimentista latino americana nas décadas de 1960-70 certas características que também estavam no projeto indiano, e onde podemos destacar a forte presença do Estado desenvolvimentista com a instituição de variados mecanismos de proteção à indústria nacional. Neste sentido, o Estado se configurou como principal instância de investimento e planejamento (Cintra & Prates, 2009: 401).

Conforme Pereira (2003:3), “o setor público indiano investiu pesadamente na conquista de autonomia tecnológica em setores considerados fundamentais para sua produção agrícola e para sua indústria militar”. Este viés protecionista da Índia apresentou resultados expressivos, além da obtenção do controle em setores tecnológicos estratégicos, como informática, biotecnologia, telecomunicação, adicionada a sua capacidade energética nuclear (Pereira, 2010). O próprio Nehru tinha em mente que a energia atômica era de fundamental importância para um Estado com amplos objetivos de desenvolvimento energético e industrial (Narlikar, 2009).

Cintra & Prates (2009) observam a relação entre a política estratégica de desenvolvimento indiana e a prioridade a indústria pesada. Esta preocupação ficou explícita já nas primeiras décadas de independência do país, no qual, teve como

³ COSTA LIMA, Marcos. Índia e Brasil: Entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2007, Brasília.

parâmetro o exemplo soviético, e que apresentou nos Planos Quinquenais a política de sua realização.

Os autores (2009) também enfatizam o papel das empresas estatais. Segundo eles (2009: 404), “a função dominante das empresas públicas foi uma opção estratégica do Estado indiano, e não uma resposta a problemas circunstanciais ou à necessidade de ocupar os espaços vazios deixados pela iniciativa privada”. Em outras palavras, há um processo econômico estrutural, arquitetado para atender ao projeto de desenvolvimento nacional.

A expulsão da IBM e da Coca Cola na década de 1970 representam bem o sentido dessa política indiana “protecionista e isolacionista” e com aversão ao capital externo. Para Andersen (2001: 766), “multinationals were widely perceived as exploitative and players in a larger foreign effort to weaken India and make it dependent on the West”.

Com esta estratégia, o Estado se incorporou como protagonista, sendo o maior condutor dos incentivos econômicos e a base de planejamento, com uma presença que se tornou indispensável. E, o que se viu na prática foi uma constante preocupação no desenvolvimento dos setores considerados fundamentais para diminuição da dependência externa. Pereira exalta os bons resultados deste paradigma, no qual resultou na abertura de empregos no setor civil. A presente autora (2003: 45) também pontua a importância da política de não alinhamento na sustentação da estratégia de substituição de importações.

Dentro desta ótica, o setor de ciência e tecnologia se tornou prioritário, o que fez ganhar mais relevância a política de difusão de inovação (Nassif, 2008 in Cintra & Prates, 2009). Sobre o Sistema Nacional de Inovação indiano (SNI), Nassif (2006 *apud* Cintra & Prates, 2009: 412-413) esclarece que:

[...] A origem deste sistema remonta aos estágios iniciais da industrialização. Em 1958, foi introduzida a primeira política científica e tecnológica, com o **objetivo de estimular a formação de pessoal qualificado na área de ciência e tecnologia. Neste contexto, foram criadas diversas instituições federais e estaduais de ensino médio e universitário**, com ênfase nas áreas de exatas (matemática e engenharia), que continuaram se proliferando nas décadas seguintes. Nos anos 1970, se destacaram a adoção de uma política de liberalização de importações de equipamentos utilizados pelos segmentos de TI (Tecnologia da Informação) e a orientação exportadora de serviços nesta

área, que favoreceram seu desempenho favorável nas décadas seguintes⁴ [...]. [grifo nosso].

Fomentado, sobretudo, por Nehru, a capacidade científica da Índia, além de lhe capacitar para uma possível autonomia, exercia um forte pendor subjetivo em sua população, traduzido num considerável orgulho nacional (Narlikar, 2009). O autor (*Ibidem*: 108-109) também esclarece que, “nessas circunstâncias, estabeleceu-se um programa nuclear indiano subordinado ao primeiro-ministro e com limitado controle parlamentar”. Para um país recém-independente, se desenvolver tecnológica e cientificamente significava demonstrar um verdadeiro sentido de autonomia. Caso não houvesse essa preocupação, a dependência só recairia em outros termos e com novos atores (ou até mesmo, continuar com o anterior - Inglaterra).

Além disso, houve a nacionalização do sistema de seguros em 1956 e do sistema bancário em 1969, dando um controle estatal sobre suas operações (Pereira, 2003: 3), sendo mais uma importante ferramenta de controle econômico do Estado indiano. Cintra e Prates (2009) argumentam que:

A presença do Estado também foi dominante no sistema financeiro indiano. Assim, o terceiro pilar a ser adicionado é a consolidação de um sistema bancário regulado, com elevada participação de instituições financeiras públicas, que garantiram a principal fonte de *funding* dos investimentos no período (os empréstimos de longo prazo). Ademais, no ambiente econômico planejado, os bancos privados indianos atuavam sob rigorosos controles, com uma estrutura administrada de taxas de juros, restrições quantitativas dos fluxos de crédito, exigências de reservas elevadas e apropriação de percentual significativo dos recursos disponíveis para empréstimos para os setores “prioritários” e em títulos públicos (Pedersen, 2008 in Cintra & Prates, 2009: 405). [grifo do autor].

O modelo da política de desenvolvimento indiana de bases protecionistas, ou como denominam Cintra & Prates (2009), estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro”, esteve presente por um período relativamente longo, ou seja, por aproximadamente 40 anos. O que explica sua eficácia, dentre outros fatores é a continuidade desse pensamento mesmo após a ruptura dos sucessivos governos do Partido do Congresso.

A arena política indiana vivenciou prolongados períodos de atuação deste partido, sobretudo, em torno de seu caráter dinástico. E, mesmo diante de uma ruptura no comando do país, com a emergência de outro partido - Partido Janata, a política de

⁴ Em 1983, foi formulada, pela primeira vez, uma política científica e tecnológica mais abrangente (*Technology Policy Statement* – TPS). Cujos parâmetros orientaram a posição oficial nos vinte anos subsequentes, que incluía o reconhecimento da importância da cooperação tecnológica com parceiros estrangeiros e a importação de tecnologias (PEDERSEN, 2008 in CINTRA & PRATES, 2009).

não alinhamento se manteve fiel, confirmando a tradicional disposição indiana de não violar políticas de interesse nacional (Pereira, 2003: 31-32).

Outro ponto de sustentação da política de autossuficiência da Índia advém do sentimento nacionalista de sua população. Pereira (2010: 30) argumenta que mesmo diante da influência da colonização inglesa com seus preceitos liberais, não se dissolveram os traços civilizacionais mais profundos e a consciência de uma identidade indiana, de certa forma, alheia ao “espírito do capitalismo”. Neste processo de identidade nacional, Amit Bhaduri (2006) exalta a capacidade do Estado indiano em manter, sustentar e fortalecer uma democracia, tendo em vista o ambiente de pobreza e com enorme diversidade linguística, religiosa, cultural e étnica. Diferentemente de outros países, como o Brasil, por exemplo, a Índia é o berço de filosofias e religiões, tendo em vista valores milenares. Em outras palavras, há uma base de originalidade, sendo um país não importador de ideologias ocidentais (Guimarães, 1998), com uma política além do caráter instrumental, tendo como sustentação raízes ideológicas da formação do Estado, e que nas palavras de Oliveira:

A elite indiana tem uma crença profunda na grandeza da civilização indiana e, também, no papel de grande potência que cabe à Índia. Do mundo se espera o reconhecimento desse destino manifesto. Nehru procurou claramente encaminhar o país para a obtenção de papel de liderança no sistema internacional, apesar de ter plena consciência dos limites de pobreza e atraso que o tolheriam (2008: 2). [grifo nosso].

Um ponto a ser analisado na sociedade indiana é a força ideológica que lhe acompanha desde o período colonial, e que mesmo perante inflexões políticas e econômicas certas estruturas se mantém fixa. A experiência indiana de exploração diante da ganância ocidental lhe rendeu uma constante preocupação com o desenvolvimento nacional. E neste espectro, proteção especial sempre foi dada as pequenas indústrias nacionais, importante no quantitativo da mão de obra. Assim, o Estado procurou defendê-las contra ameaças externas⁵.

⁵ O primeiro sistema estabelecia um rígido controle sobre os investimentos em novas plantas ou em expansão da capacidade produtiva existente. Estes investimentos eram submetidos à obtenção de licenças, concedidas pelo Comitê de Licenciamento Interministerial, que se subordinavam às diretrizes estabelecidas pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento. O Estado indiano acabava determinando não somente os setores eleitos, mas também a localização, tecnologias e dimensão das plantas industriais, seus conteúdos importados e as formas de relacionamento das empresas domésticas com os agentes externos (como acesso a financiamento e *know-how* estrangeiros – Nassif, 2006). Somente as pequenas e médias empresas não estavam sujeitas ao regime de licenciamento industrial. Esta exceção está associada a outro pilar da estratégia de desenvolvimento da Índia: a preservação da pequena indústria artesanal (que, como o planejamento, continua presente até os dias atuais). (Cintra & Prates, 2009: 402).

Com o mesmo sentido de pensamento, Velasco (2005) observa que há forte influência ideológica do pensamento de Gandhi na institucionalização das políticas protecionistas do país:

A ênfase atribuída pelo planejamento indiano à pequena indústria tem raízes em vertentes importantes da ideologia econômica que inspirou o movimento nacional na luta pela independência. Além dos instrumentos comumente acionados em outros países para promover esse segmento – assistência técnica, linhas preferenciais de crédito, subsídios – o Estado indiano fez uso de um dispositivo especial, perturbador do ponto de vista do liberalismo econômico: a reserva de certas classes de produtos às “indústrias de pequena escala”. E não fez isso esporadicamente. A política de apoio às pequenas indústrias é altamente institucionalizada, como o revela o fato de existir na estrutural organizacional do governo indiano um ministério dedicado especificamente ao tema [...]. A primeira lista de produtos com manufatura reservada exclusivamente ao setor de “pequena escala” foi divulgada em 1967, e continha 47 itens. A partir daí, o número de produtos reservados aumentou progressivamente, chegando a 504 em abril de 1978. Com a adoção, nesse ano, de nova metodologia de classificação industrial, o número de produtos reservados pulou para 807. E a lista continuou crescendo até atingir a marca de 836, em 1989 (Velasco, 2005: 36). [grifo do autor].

Como pontua Costa Lima (2007), o período de Nehru foi emblemático no que tange ao controle estatal, denominado pelo autor de *anos de fundação*, no entanto, com sua morte, essa prática não teve prosseguimento, sendo gradativamente direcionada para uma flexibilização do estado.

No transcorrer das mudanças na política externa do segundo governo de Indira Gandhi, fica evidente a flexibilização estatal mencionada anteriormente, elevando-se o espírito de liberalização econômica, muito embora, com poucas ações concretas, resumindo-as a determinados setores e de maneira cautelosa. Pensamento que é reforçado por Racine (1997: 85), que chama de “liberalização limitada”, as ações iniciais da década de 1980 pró-mercado. Racine (1997: 85) chama atenção para o discurso de P. V. Narasimha Rao⁶, proferido no *World Economic Forum* em Davos em 1992, onde declarou que, “the economic liberalization process is the logical continuation of the strategy of development adopted by India”. Esta é uma visão que claramente reconhece a prática do liberalismo bem antes das reformas econômicas iniciadas em 1991.

Rajiv Gandhi que governou a Índia após sua mãe – Indira Gandhi - teve a preocupação de flexibilizar ainda mais a economia do país (Vizentini & Grassi, 2008), onde Costa Lima (2008) identifica neste governo alguns estímulos à abertura econômica:

⁶ Primeiro Ministro da Índia de entre 1991 a 1996.

É neste último governo onde se adotou algumas reformas liberalizantes, com redução dos impostos e estímulos aos investimentos industriais privados. Com essas políticas a economia do país passou a crescer em média 5,8%, mas sempre ameaçada pelos gastos governamentais, que acabou por deflagrar a crise fiscal no início da década de 1990 (Costa Lima, 2008: 20).

O governo de Rajiv Gandhi (1984-1989) tem a particularidade de ter sido grande incentivador das práticas econômicas liberalizantes, fertilizando o ambiente para as reformas econômicas que logo se iniciariam. Neste período, se distanciou da URSS e estreitou laços com os EUA, onde passou a fortalecer a indústria de telecomunicações, bem como as de base tecnológica, como aviação e defesa (Costa Lima 2007). O autor também chama atenção para os desequilíbrios presentes neste governo. Mesmo com um crescimento médio de 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a Índia apresentava descontrole de gastos públicos, que terminou na crise fiscal no início dos anos 90. Como detalham Chandrasekhar & Ghosh, 2004; Nassif, (2006 *apud* Cintra & Prates, 2009: 409), “dado o regime de câmbio fixo vigente, o aumento da inflação resultou na apreciação real da rúpia no final da década, que estimulou as importações e deteriorou a competitividade das exportações”.

A política de desenvolvimento “voltada para dentro” indiana visava, a partir do incremento da indústria nacional e da mão de obra de sua população, diminuir o hiato da desigualdade social. Os índices econômicos do PIB nacional deste período mostraram-se favoráveis, principalmente se comparados aos apresentados pela América Latina, que tem a década de 1980, tida como perdida. Amit Bhaduri, no entanto, vai além da mensuração do desenvolvimento com bases numéricas. Ele (2006: 23) observa que, “o desenvolvimento tem de ser julgado a partir do ponto de vista dos menos favorecidos numa sociedade”. Completa o argumento chamando atenção para o fato de que:

O crescimento sozinho não precisa ser a resposta, especialmente num país com muitas pessoas pobres. Devemos saber adicionalmente como os benefícios do crescimento vêm sendo distribuídos. E estes podem ser distribuídos de diversas maneiras diferentes dependendo da natureza do processo de crescimento. Em princípio, a taxa geral de crescimento de, digamos 10% o crescimento será pró-ricos se a renda dos mesmos crescer mais de 10%, enquanto a renda dos pobres menos de 10%. Nesse caso os ricos estão certamente ficando mais ricos, mas os pobres estão ficando mais pobres somente em termos relativos, mas não necessariamente em termos absolutos. Num país pobre como a Índia, isso resulta em pobreza relativamente crescente, mas não necessariamente em pobreza absoluta (Bhaduri, 2006: 24-25).

A título de conclusão, a estratégia de desenvolvimento adotada pela Índia entre 1947 a 1991, antes de se passar pelo crivo da avaliação de sua eficácia ou não, representa um viés de bases autônomas, conduzido por um Estado com limitações

estruturais e constrangido por uma estrutura ideológica. Sua política externa estava atrelada ao tipo de desenvolvimento defendido pelo Estado. Dentro do contexto político e econômico no qual se desenvolveu a política de desenvolvimento “isolacionista”, podemos concluir que, a citada política desenvolvimentista propiciou em muito um ambiente fértil para o crescimento e projeção internacional da Índia a partir de 1991.

Mais do que uma preocupação com o desenvolvimento contextualizada com seu tempo, a política de vertente nehruviana preparou a estrutura do país para ganhos e oportunidades que se estendem para o século XXI. E neste período denominado de globalização, a Índia emerge como uma importante nação no que tange a produção de tecnologias da informação e comunicação, sendo um dos principais centros mundiais do setor de serviços. A mão de obra indiana neste setor tem atraído o interesse de grandes empresas norte-americanas e europeias, onde muitas estão transferindo suas instalações físicas para o país asiático, gerando o que Sheshabalaya (2006) chama de *deslocalização do trabalho*, atingindo a economia dos EUA, que tem no setor de serviços⁷, uma fatia significativa de sua economia.

Os benefícios econômicos atuais da Índia, bem como as projeções otimistas para um futuro próximo são frutos (dentre outras variáveis) do contexto sustentado nos anos de Não-Alinhamento. Um enfoque na estratégia de desenvolvimento caracterizada por uma política econômica com desconfiança ao mercado internacional. Foi esse pensamento que livrou o país de possíveis explorações de nações advindas da Europa e América do Norte. O fato é que os bons níveis de desenvolvimento em setores científicos e tecnológicos não se deram à custa da liberalização ao mercado global, o que contribuiu para o fortalecimento deste setor. Cabe ao Estado realocar os investimentos externos e o capital advindo do setor de serviços para desenvolver outros setores onde a massa populacional está mais presente e necessitada. Assim, o crescimento poderá ser mais bem distribuído, e não ficar concentrado apenas nos grandes centros urbanos, onde estão 40% dos indianos. Talvez esteja aí o “segredo do sucesso” para o país que mais cresce economicamente no mundo ao lado da China.

⁷ Nos Estados Unidos, o setor de serviços abrange 60% da economia, em comparação com os 14% detidos pelo setor de manufatura (Sheshabalaya, 2006: 29).

1.2 Autonomia e Política Externa

A diretriz de autonomia apresenta-se como uma característica contínua da política externa indiana. É fundamental ressaltar que esta noção de autonomia corresponde à “perspectiva de definição da política externa a partir de seus interesses nacionais e não a partir dos interesses de outros Estados” (Oliveira, 2006: 169). E, igualmente, é natural que esta lógica se fundamentou na oposição às determinações dos países hegemônicos.

O conceito de autonomia entre os países em desenvolvimento ou em processo de descolonização, na sua concepção inicial, correspondia exatamente a esta perspectiva de não enquadramento às diretrizes ideológicas⁸ da Guerra Fria. Fonseca (1996: 320), detalha que o não alinhamento tinha como gênese o caráter de independência e a não curvatura aos interesses de nenhum dos blocos, além de não vê sua conduta internacional predeterminada, conforme a aliança fixada.

Os governantes do país observaram na política autônoma o caminho a ser norteado, ou seja, sem firmar laços estreitos com os dois Estados líderes na Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética.

De outro lado, esta expectativa de autonomia por parte da Índia foi relativamente favorecida tanto pelo desinteresse dos Estados Unidos quanto da União Soviética no início do período bipolar. Ganguly e Pardesi (2009: 4-5) ponderam que os Estados Unidos eram “virtualmente ignorantes sobre a Índia e tinham poucos laços culturais, estratégicos ou econômicos com a nação nascente, tendo conseqüentemente prestado pouca atenção à Índia no período posterior à sua independência”. Já a URSS “não concedia qualquer significância estratégica à Índia”.

A maior margem de manobra decorrente desta falta de interesse contrastava, no entanto, com a importância direcionada à China por parte das superpotências, a qual no plano regional já se apresentava como fonte de ameaças à segurança indiana.

Sem dúvidas que, no caso indiano, as lembranças do período colonial contribuíram para uma cultura política que privilegiava o conceito de autonomia nacional, sendo que “o desejo de manter a maior independência possível na condução dos assuntos externos da Índia foi um sentimento que invadiu o país. A opinião pública,

⁸ Ideologia no sentido de visão de mundo.

para a parcela que estava preocupada com os assuntos externos, julgaria qualquer noção de respeito a poderes externos como intolerável”. (Ganguly e Pardesi, 2009: 5).

Inteligentemente, a Índia obteve benefícios das duas potências da Guerra Fria, o que lhe rendeu recursos para sua estratégia de maior projeção internacional. Ghoshal (2003) trás como argumentação o fato de que,

Tornou possível para a Índia manter relações normais com todas as grandes potências do mundo, com variados graus de fervor e intimidade, facilitando o fluxo de assistência tecnológica e financeira dos dois blocos ideológicos (Ghoshal, 2003: 521).

Pereira (2010) ao analisar a política de Não-Alinhamento da Índia conclui que seu sentido se estende ao caráter idealista, ou seja, com a presença de objetivos pragmáticos, estratégicos. Chaulia (2002:218) identifica essa característica no governo de Nehru quando destaca que, “apesar de ser um recalcitrante seguidor da Satyagraha gandhiana durante a luta pela liberdade, Nehru estava interessado na adaptação dos ensinamentos do grande mestre para as relações internacionais”.

Neste período, o Estado indiano se mostrou emblemático no que tange à resistência contra influências dos países mais poderosos, mostrando seu pensamento isolacionista. Narlikar (2009: 118) percebe essa atuação política do Estado indiano principalmente no âmbito das “instituições internacionais, cujas regras são vinculantes e cujas estruturas decisórias são vistas pelo negociador como privilégios dos países desenvolvidos”. A partir de tais condições e constrangimentos, o autor acha compreensivo e racional que a Índia tenha posicionamentos intransigentes nessas instâncias multilaterais (*Ibidem*). Ao mesmo tempo, se mostrou como uma importante voz e um papel de liderança dos países do Terceiro Mundo. Como demonstra Pereira:

[...] O país constrangido pela forma em que se deu sua luta pela independência e por estas determinações geopolíticas, tomou sucessivas decisões no plano de sua política externa que o conduziram a uma diversidade de situações. Ainda que, algumas tentativas de intermediação tenham sido frustradas, a exemplo da Guerra da Coréia, outras obtiveram grande receptividade. A Índia assumiu uma posição de liderança incontestada e ativa dentro do movimento dos Países Não-Alinhados que nasceu da Conferência de Bandung, em 1955, apoiando um ‘neutralismo ativo’ e uma defesa intransigente da soberania e igualdade de todas as nações contra todo tipo de pressão ou ingerência das grandes potências nos assuntos internos dos demais Estados. Embora alianças conjunturais (como por exemplo, o Tratado Indo-Soviético de Amizade de 1971) tenham sido duramente criticadas, como se a estratégia de não-alinhamento tivesse sido posta à venda, levou Nova Delhi não só a rejeitar tal interpretação, como exercitar sua liderança entre muitos países em desenvolvimento, complementando seu papel nas Nações Unidas de onde sempre foi membro atuante e disposto a apoiar a organização (Pereira, 2003:4-5). [grifo nosso].

Com seu protagonismo entre os países não alinhados, envolto da ideologia idealista e colocada em prática nos governos de Nehru, a Índia buscou defender os interesses daqueles que estavam na periferia do sistema, e com isso, combateu o colonialismo e o imperialismo e lutou ativamente contra o apartheid racial praticado na África do Sul. Como seu próprio ministro das relações exteriores Nehru foi o grande formulador e inspirador da política externa de não-alinhamento⁹ (Sinha, 2002; Chaulia, 2002 in Guimarães, 2008: 07).

Em suma, o pensamento político voltado para o isolacionismo foi uma constante nos governos indianos pós-independência. Governos que se caracterizaram pelo seu sentido de continuidade, e com a preservação de certos valores dos tempos de Nehru.

O não alinhamento esteve presente mesmo após os governos de Nehru, mas isso não significa a ausência de tensões. Pela particularidade da formação do Estado indiano e seus novos desafios, Pereira (2010: 32) observa “o fato de ter encontrado seu primeiro e principal adversário estratégico no próprio ato de constituição das fronteiras, na divisão do antigo território britânico entre o Paquistão, predominantemente muçulmano, e a Índia, predominantemente hinduísta”. Não por acaso, a Índia se confrontou com três guerras de fronteiras com o Paquistão (1948, 1965 e 1971), além do embate com a China em 1962 (*Ibidem*).

Pereira (2010) também salienta o forte nacionalismo dos indianos, alimentado, dentre outros fatores, pelas tensões com o Paquistão, onde simbolicamente é favorável para a manutenção da unidade nacional. A autora entende que,

Em termos de formulação de política exterior, o Paquistão não só é a primeira consideração da Índia, como também desempenha um papel vital ao definir a identidade e manter a unidade e integridade nacional indiana. Um primeiro fator que remete a essa ideia é o fato de que, com a separação do território, a Índia forçou-se a buscar novas bases sobre as quais construir a nação. Secularismo, democracia e inspiração no socialismo foram os princípios escolhidos pela Índia e compartilhados inicialmente por uma pequena elite, embora estranhos à população. O secularismo teve especial importância para a Índia, que tentou provar para seu próprio povo ser esse um princípio viável e que o Paquistão estava errado em optar pela separação (Pereira, 2003: 34-35). [grifo nosso].

⁹ O movimento dos Países Não-Alinhados, criado em 1961 por Nehru juntamente com Jamal Abdul Nasser, do Egito e o Marechal Josef Tito, da Iugoslávia, apoiados por outros líderes da Ásia e da África, como Sukarno, da Indonésia e Nkrumah, de Gana, pretendia criar um foro que permitiria o diálogo e a ação coletiva dos países em desenvolvimento, em especial as antigas colônias que haviam obtido a independência após a Segunda Guerra Mundial. O Movimento dos Países Não-Alinhados alcançou importante dimensão política, enquanto que o Grupo dos 77, constituído em grande parte pelos países não-alinhados, tornou-se forte instrumento de negociação e articulação econômica e comercial das nações em desenvolvimento (Sinha, 2002; Chaulia, 2002 in Guimarães, 2008, p. 07)

Não há dúvida que o fator Paquistão é uma questão de grande relevância na agenda da política externa indiana, e como pensa Pereira (2003) isso se estende para a formação do seu nacionalismo. No entanto, o simplismo dessa argumentação oculta elementos à análise dessa problemática. A ideia de nação já fora demonstrada nos movimentos de libertação conduzido por Gandhi na década de 1930. E como se deu no processo de independência da Índia e do Paquistão, a questão religiosa foi central no desenrolar dos fatos. Assim, a própria constituição religiosa da Índia, com os hindus, desempenha um papel agregador. Portanto, são fatores políticos e de segurança nacional que estão no centro da relação Índia-Paquistão.

Outro tema sensível presente na política externa da Índia é a questão das armas nucleares e não proliferação, com o país se posicionando no cenário internacional. Como afirma Narlikar (2009: 108), “desde os primeiros anos de sua independência, [...] a Índia adotou uma posição proativa nas instituições internacionais para condenar as malevolências da corrida armamentista”. A Conferência de Bandung de 1955 foi palco desse posicionamento da Índia em defesa do desarmamento.

O próprio Narlikar (2003) chama atenção para o comportamento da Índia em relação a essa questão nuclear, o que pode suscitar uma interpretação que identifique traços paradoxais. Para ele é curioso o fato da Índia apresentar um discurso a favor do desarmamento universal e do amplo banimento de testes nucleares, no entanto, os indianos assinaram o Tratado de Banimento Parcial de Testes (PTBT) em 1963, que permitia testes subterrâneos. Neste sentido, “os países portadores de armamentos nucleares poderiam continuar desenvolvendo armas nucleares por meio de tecnologias subterrâneas, enquanto a maioria dos países não portadores de armas nucleares carecia de tecnologia para fazê-lo” (Narlikar, 2003: 109). Imediatamente, críticas foram lançadas a Nehru, tendo em vista seu apoio ao tratado. O Primeiro Ministro justificou nos seguintes termos: “*Um acordo parcial não revoga em acordo amplo; é um passo nesta direção*” (Ibidem: 109).

E continua seu raciocínio afirmando que:

Ao assinar o PTBT, a Índia abandonou parcialmente sua estratégia intransigente tradicional: os resultados disso foram poucos: viu a China, que não assinou o PTBT, realizar um teste nuclear em Lop Nor em 1964 e dar assistência nuclear ao Paquistão, seu rival. Além disso, a Índia não obteve quaisquer garantias de segurança das grandes potências. Tudo isso pode ter contribuído para endurecer a postura indiana em anos seguintes (Narlikar, 2003: 110).

Em 1968, a Índia não assinou o Tratado de Não Proliferação (TNP) com a justificativa de seu caráter discriminatório com aqueles países que não possuíam armamentos nucleares.

Para a Índia, tanto a questão nuclear quanto outras políticas de apropriação de força e poder estão dentro da preocupação da sobrevivência nacional. É com esse raciocínio que governos posteriores ao de Nehru guiaram suas ações.

Ghoshal (2003), por exemplo, observa na política externa dos governos de Indira Gandhi um impulso pela obtenção de maior poder. Reforça que, estabelecido o poderio indiano no sul da Ásia, Indira vislumbrou para o país dimensões mais globais.¹⁰ Os dois governos de Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984) deixam transparecer o caminhar para um novo direcionamento (Guimarães, 2008). Essa percepção fica explícita no final de seu segundo governo, identificado por Maass quando faz a seguinte análise:

Em 1983, as percepções da Índia em matéria de uma ordem regional na Ásia Meridional foram resumidas em parâmetros inicialmente intitulados ‘*A Doutrina de Indira Gandhi*’ e subsequentemente renomeados de ‘*Doutrina da Ásia Meridional*’. Esses parâmetros relevam os elementos centrais das necessidades de defesa da Índia: a Índia não tolerará que qualquer país da Ásia Meridional passe ao largo da Índia para pedir apoio a uma potência extra-regional. Pelo contrário, a Índia insiste em seu próprio status como a potência regional (Maass, 1997: 48). [grifo do autor].

Mesmo com esse enfoque nos governos de Indira Gandhi, percebe-se o forte teor ideológico do pensamento de seu pai Jawarhalal Nehru. No plano militar, segundo Chaulia (2002: 220), “[...] Indira Gandhi mostrou pouco interesse durante seu segundo mandato para mais testes, apesar dos saltos na capacidade da ciência atômica”.

A estrutura de Guerra Fria, se fez sentir na política externa da Índia, ou seja, no tipo de relacionamento com esses Estados. Em relação aos Estados Unidos, a relação mostrou-se bastante fluida, com ações pouco efetivas e sem grandes interesses de formação de uma estreita aliança (Ahrari, 2004). Pereira (2010: 33), observa que o “apoio norte-americano dado ao Paquistão, em particular durante a ocupação soviética do Afeganistão, acabou dificultando um relacionamento mais intenso entre a Índia e os EUA”.

Ressaltando este distanciamento, Guimarães observa alguns fatores determinantes, e onde destaca o apoio dado pelo presidente Jonh F. Kennedy a Portugal, membro da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), na invasão de Gôa por

¹⁰ Chama atenção o aumento quantitativo de suas viagens para o exterior, demonstrando a preocupação em expandir a influência do país em outras regiões.

forças indianas e sua anexação, e o apoio militar dos Estados Unidos ao Paquistão desde o início da década de 1950, especialmente à ditadura do general Zia-Ul-Hoq nas décadas de 1970/80 (Guimarães, 2008: 20). O autor coloca que a visão norte americana frente aos indianos era de forte desconfiança, atribuída ao comportamento da Índia em fazer vista grossa a invasão soviética na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968), enquanto criticava as potências ocidentais na crise do canal de Suez (1956). Neste sentido, sua política de não alinhamento mostrava-se em contradição.

Em virtude da política norte-americana de contenção ao socialismo, gerou-se um clima de desconfiança e distanciamento entre Índia e EUA (Estados Unidos) nas décadas de Guerra Fria, uma vez que, os indianos aos olhos dos Estados Unidos estavam mais próximos dos soviéticos, levando-a a uma marginalização. Paralelo a isso, os EUA encontraram no Paquistão um aliado importante no Sul Asiático, que a partir de fevereiro de 1954 se beneficiou do programa norte-americano de maciça ajuda militar (Porto de Oliveira, 2008). Em relação à amizade sino-paquistanesa, o relacionamento é visto positivamente pelos paquistaneses, alicerçado pelo sentimento de confiança, construído, sobretudo, ao longo de um tradicional apoio (Arantes Júnior, 2003: 201). Para este autor (*Ibidem*: 201), “a ênfase nas relações com a China recai sobre a cooperação diplomática e econômica, embora ela também se estenda ao domínio do material bélico”. O que reforça essa aproximação é a visão compartilhada entre China e Paquistão de que a Índia é uma real ameaça à paz no continente asiático. Para o Paquistão, esta ameaça é constante, em especial por ambos estarem no Sul Asiático e serem pivô de um histórico conflito territorial em torno da região da Caxemira. Sintetizando a cooperação estratégica, Ross (2010) afirma que,

Pakistán se acerca a China para mantener relaciones amistosas, entediendo que este país podía ser beneficioso por el grado de cercanía que tenía con India. Este acercamiento se basó en decir que India era enemiga Del Islam, comparándola con Israel (Ross, 2010: 161).

Outra força presente na região asiática são os Estados Unidos. Aproveitando-se do rompimento sino-soviético, Estados Unidos, em função de sua estratégia de conter a URSS, reaproximou-se da China possibilitando seu retorno à comunidade internacional, por intermédio de reconhecimentos diplomáticos e da retomada de seu assento na ONU e no Conselho de Segurança (1971)¹¹.

¹¹ Desde a vitória do Partido Comunista Chinês, em 1949, o lado ocidental reconhecia a República da China (Taiwan) como a legítima representante do povo chinês. Já com a reaproximação sino-americana, ou melhor, com o aval americano iniciou-se o processo de estabelecimento de relações diplomáticas com

Esta aproximação reduziu o poder de manobra da Índia, o que fez contribuir para sua aproximação com os soviéticos, tendo em vista que era interessante para os indianos estar ao lado de um Estado com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

Em meio ao ambiente conflituoso de Guerra Fria, o paradigma de segurança tomou conta da política externa de muitos Estados, o que se refletiu na busca de alianças e parcerias com os Estados Unidos ou a União Soviética. Atrelado a isto estava a possibilidade de barganhar economicamente destes Estados meios para auxiliar no desenvolvimento nacional. Como destacam Carvalho & Catermol (2009),

Foi no cenário internacional de convivência entre poderes antagônicos que se desenvolveram as relações entre a China e os EUA. Inseridos na bipolaridade da Guerra Fria, tanto a União Soviética quanto os EUA buscavam meios de expandir seus domínios além de seus territórios, com o objetivo de conter o avanço do poderio de seus respectivos adversários e manter áreas de influência. É nesse contexto que a China acabou por desempenhar uma política externa de dinâmica pendular. Na tentativa de aproveitar o contato com ambas as potências, usufruiu dos fatores externos favoráveis para traçar seu desenvolvimento nacional, iniciado primeiramente com a proximidade da União Soviética, que fornecia recursos dos quais a China era carente, sobretudo alimentos e auxílios ao desenvolvimento industrial. No entanto, com o rompimento dessa relação durante a década de 1960, deu-se início à proximidade da China com os EUA, que legalmente começou com o fim do embargo comercial em 1971 e com a aceitação da entrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU) (Carvalho & Catermol, 2009: 219).

É de entendimento dos autores (*Ibidem*: 229-230) que estrategicamente, “a China seria importante na expansão da influência política dos EUA na região asiática e poderia conter a expansão soviética na região”. Ao mesmo tempo essa aproximação era vista pelos chineses como vital em seu projeto de modernização de sua economia e da indústria, além de ser importante na contenção das forças soviéticas (Carvalho & Catermol, 2009: 230). Economicamente os resultados positivos logo puderam ser percebidos. Carvalho & Catermol (2009: 235) afirmam que, “com o estabelecimento efetivo das relações entre EUA e China, em 1972, percebe-se o avanço das trocas comerciais entre as nações. No decorrer da década de 1970, o fluxo comercial ampliou-se constantemente”.

Para a Índia, a aproximação com os soviéticos seria a alternativa mais viável, em especial por se ver isolada perante as forças chinesas e norte-americanas.

a República Popular da China (RPC). E, ainda dentro do princípio de “Uma só China”, o reconhecimento da RPC levava automaticamente ao rompimento das relações com Taiwan. Foi o caso do Brasil ao estabelecer relações diplomáticas com o Brasil em 1974.

Chaulia (2002: 219) salienta como os condicionantes regionais influenciaram o direcionamento da política externa da Índia, que passou a captar forças para a garantia da segurança nacional, em especial após a derrota militar em 1962 para a China. Por sua vez, o princípio de Não-Alinhamento ganhou nova roupagem para se adequar às preocupações de segurança interna, transformando-se em um mecanismo de pragmatismo. E neste sentido, tornou-se primordial para a Índia desenvolver uma política mais voltada para geração de tecnologias militares, o que foi demonstrado com os testes nucleares em 1974, ocorrida dez anos depois da chinesa (Pereira, 2003). E, da mesma forma, apesar de sua política de pacifismo e de oposição nuclear realizou pragmaticamente seu 1º teste em 1974.

A política norte-americana de contenção aos soviéticos, materializada com a aproximação com Paquistão e China, marginalizou a Índia, o que lhe deixou em posição de isolamento frente às ameaças regionais. Nesse contexto, passa a ser de bom grado, e estrategicamente importante para Índia se aproximar com a URSS e ter a garantia de sua segurança.

Empenhada em desenvolver sua política de desenvolvimento com bases autônomas, a Índia encontrou na União Soviética um parceiro de confiança¹² e, principal incentivador dos programas tecnológicos. É interessante ressaltar a análise que Ganguly (2003: 41) faz acerca do período de relativo isolacionismo da Índia. Para ele, “durante grande parte da Guerra Fria, a Índia tinha professado uma política externa de não alinhamento. Ao contrário da crença popular, não significava que iria orientar um curso equidistante das duas superpotências”, quando encontrou na URSS um forte aliado. E como enfatiza o autor:

A propensão de Nehru a ignorar as muitas deficiências da URSS resultou do seu forte sentimento anticolonial. E os soviéticos, em sua visão, eram simpáticos às aspirações do Terceiro Mundo. Tinha também dúvidas profundas sobre o desenfreado estilo capitalista americano como um adequado modo de desenvolvimento econômico para o mundo recém descolonizado (Ganguly, 2003: 41). [tradução livre].

Com o apoio norte-americano ao Paquistão, a parceria da Índia com a URSS que tinha o viés desenvolvimentista, passa a incorporar um caráter político-estratégico, no qual, segundo Porto de Oliveira (2008: 3-4), “alarmada com o fluxo de armas para o vizinho e rival, a Índia foi mudando o tipo de relacionamento com a URSS, caindo na dependência de armamentos e de produção de energia nuclear”. Conseqüentemente,

¹² No entanto, o discurso oficial da Índia enfatizava sua política de não alinhamento.

essa parceria fortaleceu a Índia e fez contrabalançar o poderio chinês na região, visto principalmente após os testes nucleares indianos em 1974, o que lhe rendeu forte pressão da comunidade internacional para que aderisse ao regime de não-proliferação (o que não aconteceu). Como explicitado no Artigo IX do Tratado de Não-Proliferação – TNP, apenas os Estados que realizaram testes nucleares antes de 1967 poderiam ser considerados potências nucleares (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética). Na Guerra Fria, a Índia se destacou como uma das grandes vozes a favor da não proliferação nuclear, no entanto, levada pelos condicionantes regionais, desenvolveu sua indústria nuclear como forma de dissuasão, na preservação da integridade nacional. Também estava na percepção dos indianos o caráter assimétrico e injusto do TNP.

Os testes nucleares indianos em maio de 1998 sinaliza sua postura no pós Guerra Fria e reformas econômicas. Em outras palavras, a política externa da Índia que se inicia na década de 1990 tem como fundamento uma prática mais proativa, de maior inserção, no qual, a capacidade nuclear dá uma conotação de força, lançando luz do papel que este Estado deverá desempenhar nas próximas décadas no cenário internacional.

O histórico indiano evidencia que apesar de seu discurso pacifista e em defesa da paz internacional, desde sua independência, esteve envolvida em constantes conflitos e disputas regionais, mostrando-se como um Estado preocupado como a liderança no sul da Ásia, fundamentado na Doutrina da Ásia Meridional¹³. Doutrina que pode ser interpretada como uma clara sinalização de busca de apropriação de força e poder¹⁴.

A leitura que Ganguly (2003) faz da política de não-alinhamento indiana difere da interpretação mais convencional. O autor chega a conclusão de que a Guerra Fria não possibilitou um isolacionismo da Índia. Ao contrário, percebe que as amarras ideológicas do período arrastavam países para algum dos dois pólos. Para ele, apenas com o fim da estrutura bipolar a Índia pôde desenvolver uma política verdadeiramente isolacionista, concretizando-se a partir da questão econômica, militar e a busca pelo status de grande poder no sistema internacional (*Ibidem*).

¹³ Inicialmente chamada de Doutrina Indira Gandhi em 1983 (Maass, 1997).

¹⁴ Seu comportamento na região, desde sua independência, tem sido agressivo. Invadiu e absorveu Goa; firmou presença no Sikkim; conduziu duas guerras contra o Paquistão e esteve a passos de um confronto nuclear com este vizinho; interveio para assegurar a separação do Blangadexe do Paquistão; incitou a guerra civil no Sri Lanka e depois enviou uma força expedicionária para controlá-la (Porto de Oliveira, 2008: 10)

A estratégia da Índia pelo não alinhamento no período de Guerra Fria, além de outros fatores, pode ser justificada pelo contexto histórico do país. Em outras palavras, um Estado recém-formado através de lutas e resistências não veria com bons olhos uma aliança estreita com uma grande potência, seja ela ocidental ou oriental. E, conforme a política econômica de cunho autossustentado, a política externa em moldes de não-alinhamento pode ser vista como uma extensão da desconfiança do internacional.

De uma forma didática, Ganguly e Pardesi (2009: 4) dividem a política externa indiana em três fases: a primeira, entre 1947 e 1962, constituindo sua fase mais idealista sob a liderança de Nehru; a segunda começa com a desastrosa derrota na guerra de fronteiras com a China em 1962 e caracteriza-se por um gradual distanciamento do idealismo e por uma crescente tática de “auto-ajuda” direcionada à manutenção de sua segurança, ainda que mantendo elementos da retórica nehruviana. Já a terceira, a partir de 1991 e correspondendo ao final da Guerra Fria, aponta a adoção cada vez mais intensa dos princípios realistas.

1.3 Reformas Econômicas e Inflexões na Política Externa (os principais interesses estratégicos indianos)

O atual momento em que figura a economia da Índia chama atenção da comunidade internacional. Seus bons índices de crescimento geralmente estão associados ao processo de liberalização econômica iniciada em 1991. Política que marca a efetiva introdução do país ao mercado internacional. É importante destacar que já em meados da década de 1980 são observadas grandes transformações internas, abarcando seus aspectos econômicos, políticos e sociais, o que ilustra o contexto de transição econômica e política nacional. Assiste-se posteriormente um momento de maior complexidade, com a introdução de novas demandas e potencialidades, o que refletiu no crescimento econômico do país. Em outras palavras, Pereira (2003: 8) reconhece os bons índices de crescimento econômico da Índia na década de 1980¹⁵. Ao mesmo tempo, o autor aponta para os grandes desequilíbrios macroeconômicos que acompanharam este crescimento, desencadeando em graves crises econômicas no início da década de 1990 (*Ibidem*).

¹⁵ O produto interno bruto (PIB) sob o índice de 3,6% ao ano, no período de 1965-1980 passou para 5,5% em 1980-1990 (Pereira, 2003: 8).

Acompanhando esse processo de mudanças a partir da década de 1980, não é de se espantar um cenário cada vez mais propício às grandes mudanças estruturais, sejam levados por demandas internas e, principalmente por condicionantes internacionais, em especial pelo Fundo Monetário Internacional. Uma transição observada por Fernandes (2001: 91), onde reconhece desde 1980 a Índia apresentou uma taxa média de crescimento de 5,8% - destaque entre os países em desenvolvimento. No entanto, esse crescimento ainda não refletia o processo de integração econômica da Índia a nível internacional, situação que pôde ser sentida a partir da década de 1990, interligando-a as economias ocidentais mais desenvolvidas.

Apesar deste tom otimista de índices de crescimento na década de 1980, Manor & Segal (1998: 63-64) ponderam que a percepção interna era de que a Índia não tinha tido êxito nem em seu processo de desenvolvimento econômico, nem no de resolver as questões no Sul da Ásia. De um lado, a economia indiana não tinha conseguido minimizar a questão da pobreza, miséria, nem atingir um estágio elevado de desenvolvimento. De outro, persistiam os fracassos na busca de manutenção da paz em Sri Lanka e, em especial, a incapacidade de solucionar a questão de Caxemira. E para complicar ainda mais suas potencialidades, a agora Rússia estava voltada para seu próprio processo de reformas econômicas e políticas e não se apresentava mais como uma parceira estratégica, ampliando o isolamento indiano.

Em decorrência deste cenário sombrio, “reforma doméstica e abertura para o mundo exterior foram decorrentes da necessidade de encontrar novas soluções para um sistema econômico doméstico falido”. Manor & Segal (1998: 63)

Foram mudanças que objetivavam uma integração mais robusta ao comércio internacional, favorecendo um amplo nível de competitividade e oportunidades para as indústrias nacionais, onde Gordon salienta a emergência de novas demandas estruturais para melhor absorver “os benefícios da globalização”. Em sua fala:

India's policies of economic liberalization and globalization have necessitated a new focus on the development of infrastructure, both to provide for the more rapid economic development associated with liberalization and to make Indian industry more internationally competitive, but globalization also throws up potential conflicts between competing areas of infrastructure (Gordon, 1997: 4-5).

Esse paradigma de internacionalização das economias ganha maior relevo com o fim da Guerra Fria, alicerçada, sobretudo, na política de implantação deste preceito em países da periferia. Incentivados a abrir suas economias aos investimentos externos

privados e a competitividade internacional, esses países entraram numa dinâmica política onde o Estado passou a figurar como ator coadjuvante.

E, dentro desta nova configuração, a Índia, a partir de 1991, lança mão de uma nova política econômica, em consonância com esse contexto neoliberal de vertente globalizada. Um novo contexto, que para Ghoshal (2003: 525), tem aberto novas oportunidades para a Índia remodelar relações com outros estados. Andersen (2001) reforça este pensamento quando diz que, “está claro que a mudança nas condições internacionais habilitou a Índia a remodelar a política externa sobre linhas de auto-interesse econômico”, flexibilizando as relações comerciais. Bradnock (1997: 146-147) chama atenção para o alargamento de interesses dos vários atores, muito além do governo central, onde se percebe a liberdade dos governos estaduais em entrar diretamente em negociações contratuais com empresas estrangeiras. Uma realidade liberal distinta do que foi vivenciado, sobretudo nas três primeiras décadas da Índia independente, onde Fernandes pondera que,

[...] As décadas de 1970/80 basearam-se numa política protecionista, com fortes regulamentações, com presença do setor público na economia, e com a consequente degradação dos déficits orçamentais (especialmente na década de 1980), tendo-se revelado como uma estratégia insustentável (Fernandes, 2001: 91).

E, segundo Fernandes (2001), graves crises na balança de pagamentos e fiscal, forçaram a adoção de um conjunto de reformas, que contribuiram para estabilizar a economia e aumentar o seu grau de abertura, para reduzir o papel do setor público. Num período relativamente curto, a abertura econômica da Índia apresentou resultados favoráveis. Ao longo dos anos 90 o país se recuperou da crise fiscal da década anterior, passando a uma taxa anual de crescimento de aproximadamente 7,7%. O seu ambiente fértil favoreceu o aumento da produtividade, do Investimento Externo Direto e alavancou as exportações (Volodin, 1997).

Com a preocupação de se lançar na economia globalizada, a Índia vê nas reformas estruturais o caminho mais sugestivo para gerar crescimento econômico intenso (*ibidem*). Costa Lima (2008) destaca o momento positivo do país pós liberalização, onde a primeira geração de reformas (1991/2004) começa com menos de 1 bilhão de dólares de reservas cambiais em 1991 e vai atingir 125 bilhões de dólares em 2004. Visão corroborada por Rodrigues (2010), que observa nas altas taxas de crescimento econômico da Índia, na década de 1990, um patamar ao nível do chinês. Uma análise positiva também presente no pensamento de Andersen. Para ele:

Apesar dos contínuos desafios, os resultados imediatos dessa nova orientação econômica têm sido geralmente positivos. A taxa de crescimento do PIB anual da Índia tem aumentado entre 6% - 7% sobre os últimos anos, o dobro da média das primeiras quatro décadas de independência (Andersen, 2001: 771). [tradução livre].

Essa política de integração à economia global trouxe uma percepção de desenvolvimento distinta daquelas vivenciadas nas quatro primeiras décadas de independência do país, como ficou explicitada na seção inicial deste capítulo. Pereira (2003) expõe as novas prioridades da Índia globalizada, associadas ao novo viés desenvolvimentista. A autora (*Ibidem*:11) pontua que os esforços se voltaram para afastar as regulações diretivas, priorizando os incentivos de mercado. A indústria nacional como a abertura a concorrência internacional também se abriu as oportunidades de modernização tecnológica e expansão exportadora.

E completa seu pensamento afirmando que:

[...] O verdadeiro arquiteto da liberalização foi Monmahan Singh, que era ministro das finanças no Governo Rao. E o grande desdobramento permitido pela abertura da Índia às novas práticas da vida internacional, em sintonia com a globalização econômica dos anos 1990, foi a transformação do país na grande base mundial da terceirização eletrônica (Oliveira, 2008: 7).

Como já vinha desenvolvendo sua tecnologia de produção de software, a abertura econômica foi de grande importância para esse setor, onde o país logo se transformou num dos maiores produtores de Tecnologia da Informação (TI), tendo em vista a qualidade de seus profissionais. Isso comprova que o fomento ao desenvolvimento da indústria nacional dos tempos de Nehru exhibe atualmente seus bons frutos.

Guimarães (2008) observa as diferenças de enfoques na política externa da Índia, mostrando que a partir da década de 1990, a prioridade é a questão de segurança, em detrimento ao período denominado idealista, onde a preocupação maior era com o setor econômico:

[...] Fatores econômicos e de segurança nacional desempenharam papel determinante no processo de formulação e implementação de política externa de todo país; ambos esses fatores são produto da interação e interdependência de fenômenos associados à *Innenpolitik*¹⁶ e a variáveis sistêmicas. No caso

¹⁶ Nos estudos de política externa predominam também duas abordagens amplas, com suas respectivas variantes. A primeira pode ser identificada como *Innenpolitik*, ou política interna; engloba uma série de vertentes que incluem abordagens cognitivas e psicológicas, burocráticas e institucionais, comportamento em crise, processos decisórios e outras (Allison, 1971; Allison & Zelikow, 1999 in Guimarães, 2008: 4). A pressuposição básica é que a política externa de um país será mais adequadamente compreendida e explicada como um produto de sua dinâmica interna. A outra tradição tem suas raízes na *Realpolitik*, ou realismo concebido em termos amplos e conta também com suas próprias variantes; os principais fatores

da Índia a expectativa é que nos anos caracterizados pelo idealismo predominaram os fatores econômicos como principais determinantes da política externa e de segurança, enquanto que no período da Realpolitik se acentua mais a preocupação com segurança nacional (2008: 6).

A relação da Índia com os países da periferia também ganha novos contornos na última década do século XX. Seguindo seu histórico de liderança entre eles, a Índia apresenta em sua política externa atual a preocupação em se articular com aqueles Estados de nível de desenvolvimento parecidos com o seu. Esta articulação sinaliza uma capacidade de força e poder de influência do Estado indiano no contexto de globalização, que tem na fusão de vozes com países como Brasil, China e África do Sul maiores chances de fazer valer os seus interesses em instituições de cunho multilateral. Sendo assim, esses países do chamado eixo Sul passam a desempenhar papel estratégico na configuração de sua política externa. O fato novo nestas relações multilaterais indianas é que, diferentemente da Guerra Fria, a nação asiática tem hoje um maior prestígio no cenário internacional puxado pelo seu substancial e estável crescimento econômico, aliado a sua nuclearização e status de grande polo de poder a nível regional.

Sobre essas relações Sul-Sul, Nunes de Oliveira, Onuki e Emmanuel de Oliveira argumentam que:

[...] O processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional. A abertura de uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito da OMC, justamente com foco nos novos desafios temáticos sobre comércio internacional e caminhos para o desenvolvimento, reintroduz a centralidade do papel das coalizões das alianças Sul-Sul (Nunes de Oliveira, Onuki, Emmanuel de Oliveira, 2006: 465-466).

Em consonância com sua política de diversificação de parcerias, a Índia tem hoje importantes parceiros como Brasil e África do Sul. No que se refere a aliança Índia-Brasil, Nunes de Oliveira, Onuki e Emmanuel de Oliveira (2006: 466) chamam atenção para as questões e interesses que vão além do fator econômico e comercial. Nesta investigação, os autores lançam mão de uma hipótese, onde observam que parcerias como G-20 (agricultura) e o IBAS representam uma lógica que tem por base razões políticas. Em outras palavras, esses países têm em mente questões ideológico-estratégicas, que estão acima do sentido de interdependência econômico-comercial (Nunes de Oliveira, Onuki, Emmanuel de Oliveira, 2006: 468).

ou variáveis explicativas seriam de natureza predominantemente externa ou sistêmica (Carlsnaes, 2001; Rose, 1998 in Guimarães, 2008: 4)

Em relação à África, os impulsos econômicos têm feito a Índia buscar nesse continente boas oportunidades para investimentos e retorno financeiro. Diferentemente do caráter mercantilista chinês para com a região, os indianos empregam capital visando o desenvolvimento das capacidades locais, e neste sentido, tem se mostrado muito mais interessante aos olhos dos africanos (Pinto, 2008: 6). O autor também chama atenção para a parceria indo-africana no seguimento das tecnologias da informação e comunicação, no qual visa interligar os 53 estados africanos sob o apoio tecnológico da Índia (*ibidem*: 6). A concretização deste projeto pode ser vista como um grande sinal de poder nas mãos dos indianos, que passaria a ter “controle” e influência perante todo continente, o que envolve questões políticas e econômicas, além de envolver a negociação de importantes recursos energéticos naturais.

Diante dessa maior abertura política e econômica da Índia, o país vem adotando um posicionamento mais flexível, modificando um histórico de protecionismo e resistência frente às políticas ocidentais. Narlikar (2009: 102) chama atenção para essa nova postura, aonde, segundo ele, “um país em ascensão como a Índia, cuja economia vem se conectando cada vez mais à economia mundial e cujo poder crescente é internacionalmente reconhecido, tem poucas razões para permanecer na defensiva”. Além disso, “a perspectiva nessas ações defensivas e a concomitante relutância em participar de maneira proativa no mundo, porém, são difíceis de ajustarem a nova Índia, mais liberal e autoconfiante” (Narlikar, 2009:103).

Essa nova percepção indiana de política exterior está ligada diretamente com algumas mudanças estruturais no âmbito internacional, como o fim da Guerra Fria e a reestruturação da economia global. Fatores determinantes para se pensar numa integração crescente da Índia a esse novo ambiente (Bradnock, 1997).

Diante disso, Bradnock observa a mudança de inclinação política da Índia, que passa a priorizar questões que num passado recente não estavam no topo de preocupações:

[...] As reformas estimularam os planejadores de política exterior a encarar de uma nova forma a natureza da segurança indiana num mundo de integração econômica global. **O foco já começou a fixar-se mais em questões centradas na segurança econômica da Índia do que, simplesmente, naquelas de âmbito militar** (1997: 146). [grifo nosso].

Essa afirmação pode gerar uma interpretação equivocada, ou seja, que a política externa da Índia tem um viés puramente liberal. Na verdade, o fortalecimento econômico da Índia lhe capacita para materializar seus projetos de segurança militar, e

apesar das características da globalização de integração e interdependência, discursos de autoridades indianas explicitam o direcionamento do país para a Realpolitik. O Primeiro Ministro indiano, em novembro de 2005 revela isso ao discursar: “[...] as relações internacionais são em última análise relações de poder, baseada na Realpolitik, não em sentimento [...]” (Guimarães, 2008: 33)¹⁷. O autor (2008: 34) ao analisar esse pensamento do Primeiro Ministro indiano, salienta que para as autoridades políticas deste país, “a segurança se baseia em três pilares: fortalecimento econômico e tecnológico; desenvolvimento de capacidade defensiva adequada com o ótimo uso da ciência e tecnologia modernas; e desenvolver parcerias nas esferas econômicas e tecnológicas”.

Percebe-se, portanto, na política externa indiana, uma reconfiguração, tendo um caráter de maior diversificação nas relações para este início de século XXI, a partir de alianças com países africanos, asiáticos e outras nações em via de desenvolvimento. Assim, a Índia começa a colocar em prática uma política mais proativa, baseada na obtenção de poder e maior inserção regional, encorajada pela estabilidade de seu crescimento econômico. E neste sentido, prevalece a ação protagonista do Estado nacional, e como reconhecido por Oliveira (2005: 7), o contexto pós bipolaridade, abriu-se para novas considerações de poder, de maior diversificação, “ possibilitando espaços para manobras político-diplomáticas para os mais variados Estados, com reflexos sobre o processo decisório internacional (Oliveira, 2005:7)”.

Na consecução dos objetivos nacionais, percebemos na figura de um Estado com capacidades econômicas, políticas e militares a possibilidade de um maior poder de barganha no cenário internacional, e dentro desta perspectiva, é emblemático o papel do estado indiano a partir de sua independência, tendo uma inflexão mais efetiva após seu processo de reformas econômicas, iniciadas em 1991, adaptadas ao modelo de flexibilidade da globalização. O Estado que tinha um peso marcante no planejamento e controle da economia nacional, se direciona a uma conduta flexível, com o mercado

¹⁷ [...] Nesta perspectiva o país tem aumentado significativamente seu poder militar; em 2006 o aumento da verba destinada a área de defesa atingiu 7% e equivale a mais de 2,6% do PIB. Em reunião anual com os comandantes das forças armadas (outubro de 2005), o PM (Primeiro Ministro) Singh declarou: ‘Nossa prioridade é realizar políticas que gerem desenvolvimento econômico mais rapidamente e mobilizar mais recurso’ para as forças armadas. Afirmou ainda: ‘Se nossa economia crescer a uma taxa anual de oito por cento não será difícil... alocar cerca de três por cento do produto nacional bruto para nossa defesa nacional. (Guimarães, 2008: 33).

protagonizando as diretrizes econômicas. Os resultados práticos dessa política foram imediatos, onde, segundo Srinivasan, (2003 *apud*, Velasco, 2005):

Como se sabe, no início dos anos 1990, as autoridades indianas promoveram a abertura comercial mediante a aplicação do pacote usual de medidas, que incluía a quebra do monopólio estatal de importação de 55 produtos (o regime foi mantido apenas para a importação de petróleo e de produtos agrícolas); uma ampla reforma tarifária, com redução significativa nos picos e na dispersão das alíquotas aduaneiras, e a drástica diminuição no número de bens cuja importação estava sujeita a restrições quantitativas ou outras barreiras não-tarifárias. Assim, entre 1990-1991 e 1997-1998, a tarifa máxima caiu de 355% a 45%; a tarifa média ponderada, de 87% a 25,4%, no mesmo período; e em 2001 restavam apenas quatro grandes categorias tarifárias: 35%, 25%, 15%, e 5% (Srinivasan, 2003: 20 in Velasco, 2005: 33).

A Índia deste início de século XXI vê com bons olhos a integração de sua economia ao comércio internacional, uma vez que esta internacionalização vem proporcionando ao país altos níveis de crescimento econômico, o que vem se convencionando como uma política acertada. Iniciada a política de liberalização, a mesma não sofre interrupções, muito embora, outras visões partidárias e ideológicas tenham emergido no país ao longo da década de 1980. Esta continuidade pode ser vista como fator positivo, e como salienta Andersen:

Talvez, a mais notável faceta do processo de reforma econômica é que foi sustentado por uma década por uma série de governos que abrangem o espectro ideológico, particularmente sobrevivendo duas mudanças significativas em governos, um em 1996 e novamente em 1998. (2001: 771). [tradução livre].

No entanto, o processo liberalizante da economia indiana segue um parâmetro de seletividade, e como sinaliza Narlikar (2007: 989), “o processo de liberalização na Índia, ao contrário de muitos países da América Latina, tem sido uma forma muito cautelosa e gradual. Ainda hoje, uma suspeita geral de liberalização econômica é generalizada na Índia”. Portanto, o que ainda se vê é uma forte presença do estado em setores considerados chaves para o país, como a agricultura, o que é compreensivo, uma vez que este setor corresponde a aproximadamente 15% do PIB e onde estão presentes 60% da população da Índia. E como descreve Velasco:

[...] Apesar da expressiva redução verificada no período, a Índia continua a exibir níveis de proteção tarifária muito altos, comparativamente. Segundo, em determinando momento – mais precisamente, em 1997 –, a tendência à queda nas alíquotas tarifárias se interrompe e dá lugar a uma sensível elevação. Terceiro, as tarifas praticadas pela Índia distam muito do patamar em que se situam as suas tarifas consolidadas (isto é, alíquotas às quais tem o compromisso de não ultrapassar por força de acordo firmado em negociações multilaterais no âmbito do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)/ Organização Mundial do Comércio (OMC), que, para muitos produtos, estão até hoje entre as mais elevadas do mundo. **A consideração do que aconteceu no tocante às barreiras não-tarifárias também é instrutiva:**

elas continuam a valer para a importação de bens de consumo e, principalmente, para produtos agrícolas. E não é só: grande parte do avanço obtido na remoção das mesmas se deu sob pressão da OMC, à qual a Índia resistiu o quanto pôde (Velasco, 2005: 33) [grifo nosso].

A forte presença do estado em setores considerados chaves não obscurece os resultados satisfatórios pós-liberalização, onde para Ghoshal (2003: 522-523), “a abertura econômica para a competição global e liberalização junto com o progresso do programa nuclear emprestou a Índia o status atual de ser um poder asiático emergente”. E, observando com mais detalhes como acontece a integração indiana à economia global, fica evidente a grande preocupação dos dirigentes do país em proteger pequenos setores, importantes para a população de renda mais baixa. Com base nesta ótica, a mão do estado é primordial no equilíbrio econômico. Assim, não prejudica parcelas de sua população, que diante de uma concorrência externa se vê fadada a perder espaço¹⁸. Assiste-se a uma flexibilização do papel do Estado indiano, não em termos de “ausência” – dentro de uma ótica neoliberal, mas uma adaptação de seu papel na consecução dos interesses nacionais. Como há uma inserção da Índia ao cenário liberal, no qual, lhe vem rendendo resultados satisfatórios, o Estado observa neste contexto, capacidades econômicas e comerciais relevantes para o auto fortalecimento, tendo como consequência, sua atuação no continente asiático.

As transformações econômicas e políticas da era globalizada por mais profundas que possam ser não apagaram as raízes ideológicas herdadas dos tempos de Gandhi e

¹⁸ A ênfase atribuída pelo planejamento indiano à pequena indústria tem raízes em vertentes importantes da ideologia econômica que inspirou o movimento nacional na luta pela independência. Além dos instrumentos comumente acionados em outros países para promover esse segmento – assistência técnica, linhas preferenciais de crédito, subsídios – o Estado indiano fez uso de um dispositivo especial, perturbador do ponto de vista do liberalismo econômico: a reserva de certas classes de produtos às “indústrias de pequena escala”. E não fez isso esporadicamente. A política de apoio às pequenas indústrias é altamente institucionalizada, como o revela o fato de existir na estrutura organizacional do governo indiano um ministério dedicado especificamente ao tema – o Ministry of Small Scale Industries. A política de reserva foi introduzida pela Primeira Resolução sobre Política Industrial, de 1948, que previa a criação de um Comitê Consultivo sobre Reserva, com membros de vários ministérios. A primeira lista de produtos com manufatura reservada exclusivamente ao setor de “pequena escala” foi divulgada em 1967, e continha 47 itens. A partir daí, o número de produtos reservados aumentou progressivamente, chegando a 504 em abril de 1978. Com a adoção, nesse ano, de nova metodologia de classificação industrial, o número de produtos reservados pulou para 807. E a lista continuou crescendo até atingir a marca de 836, em 1989. Nesse ano, o processo de ampliação da lista foi detido. Em 1997 o governo começou a enxugá-la, dela retirando 37 itens. Mas vem fazendo isso muito lentamente: em outubro de 2004, 605 itens permaneciam com produção reservada exclusivamente ao setor (Velasco, 2005: 36). [grifo do autor].

Nehru. Por outro lado, o contexto liberalizante possibilitou à Índia investimentos e novas relações econômicas e comerciais¹⁹.

Em suma, a Índia pós-reformas econômicas agregou em sua política externa um caráter de cunho expansionista, o que vem lhe rendendo uma imagem positiva perante o sistema internacional, principalmente entre os países em via de desenvolvimento. No entanto, essa mudança perpassa pela reestruturação de sua política interna. Como salienta Chaulia (2002: 216), “a influência do parlamento e dos partidos na política externa foi apenas marginal durante o primeiro quarto de século de existência soberana da Índia”. À luz dessa percepção, Narlikar (2009) esclarece que muitas questões de política externa estiveram distantes das pressões populares. Isso é resultado da estrutura de política externa montada desde os tempos de Nehru, no qual, o primeiro ministro possuía considerável autonomia perante outros ministérios e o parlamento.

Figurando como uma força política proeminente desde a independência do país, o Partido do Congresso foi o principal condutor da política externa nacional, tendo em Nehru a incumbência de além de ser primeiro ministro, acumular o cargo de ministro dos negócios estrangeiros (*Ibidem*).

No ritmo das transformações indianas na década de 1990, assistiu-se a emergência do Bharatiya Janata Party (BJP) no cenário político nacional, trazendo aos holofotes um discurso bem distinto daquele defendido pelo Partido do Congresso (Chaulia, 2002). Mudança que não se resumiu ao discurso, ou seja, estava incorporado ao caráter ideológico do partido, impactando diretamente na política externa do país. Foi assim que o BJP adotou em 1998 como plataforma política, a percepção de que o Partido do Congresso mostrava-se antipatriota e inerte perante os interesses das grandes potências. O BJP também prometeu re-avaliar a política nuclear do país e introduzir armas nucleares (Chaulia, 2002: 216).

¹⁹ [...] A atração do investimento direto para acelerar a modernização da economia era um dos objetivos da reforma, e, nesse sentido, muitas das barreiras até então existentes foram suprimidas. O governo abandonou a política de exigir contrapartidas em termos de transferência de tecnologia e desempenho exportador em projetos de associação de empresas estrangeiras com empresas indianas; elevou o limite de participação acionária estrangeira permitida a 51% para a maioria dos setores industriais, e a 100% em alguns casos; quebrou monopólios públicos na área de infraestrutura (geração de energia elétrica, construção de estradas e portos, telecomunicações, exploração de petróleo e gás) e empenhou-se fortemente para atrair investimentos externos para esses setores. Além do mais, reabriu ao investidor estrangeiro o setor de serviços. Mas, ao contrário do que se constata em outros casos nacionais, o governo indiano sempre foi muito sensível à diferença entre investimento produtivo e aplicações financeiras de curto prazo, com o efeito potencialmente desestabilizador que elas encerram. As operações de curto prazo até hoje continuam objeto de controles muito rígidos [...] (Velasco, 2005: 35).

A partir dessa inflexão de pensamento político, o BJP lança mão de uma alternativa realista na condução da política externa da Índia, em consonância com o impulso de sua economia e a maior inserção internacional. E a respeito da nuclearização do país que se deu no mandato do partido em maio de 1998, a observação de Chaulia (2002: 216) é de que, “esse evento supostamente significou uma ruptura nos ideais nehruviano de Não-Proliferação e suscitou o BJP a se orgulhar da execução de seu modelo alternativo capaz de abalar as estruturas da política externa do Partido do Congresso”. E o autor (2002: 227) complementa o argumento destacando que, o BJP foi o partido que percebeu a irrelevância do movimento de Não-Alinhamento para o presente momento.

Ressaltando a importância destas medidas, Oliveira (2008: 271) aponta que “enquanto instrumento de política externa, os testes (nucleares) refletiram as perspectivas de retomar, no cenário internacional, o reconhecimento e o lugar que a Índia merece ter entre as principais potências”. E complementa que “estes dois vetores (desenvolvimento econômico com inserção internacional marcada pela abertura do seu mercado e o novo status nuclear) contribuíram significativamente para mudanças nas percepções e definição de interesses por parte de diferentes atores internacionais ou regionais”.

Portanto, a mudança na estrutura econômica da Índia foi acompanhada de um novo viés político, que tem na figura do BJP, uma postura bem mais internacionalista e liberalizante, diferentemente da ótica protecionista que se fez presente nos governos do Partido do Congresso. E, de acordo com a lógica deste partido, para Chaulia (2002: 227), “[...] o BJP sempre foi a escolha natural da diáspora indiana de colarinho branco [...]”. Ou seja, “uma rede sólida do partido de elite, leais aos partidários indiano-americanos”.

No entanto, há um forte fervor nacionalista e até de radicalismo na ideologia do BJP. Mesmo assim, por mais que seja notória a influência desse pensamento na política externa da Índia, questões centrais permanecem com relevo, como a influência nehruviana:

[...] Mesmo com a ascensão de partidos políticos radicalmente anti-Nehru, como o BJP e a profissionalização gradual da administração externa (muito mais crítico das falácias e deficiências da tradição nehruviana) e, independentemente de grandes mudanças políticas que tornam Nehru irrelevante na política doméstica, há uma continuidade geral e relevância da política externa de Nehru na entrada da Índia no novo milênio (Chaulia, 2002: 230). [tradução livre].

Baseado no pensamento de sua grandeza civilizacional, com seus valores milenares, a sociedade indiana tem como preocupação tornar seu Estado uma grande potência mundial. Um pensamento consensual, demonstrando a sua força diante de um país de grande complexidade em seus aspectos religiosos, sociais, políticos e linguísticos.

Quando se fala dessas transformações políticas da Índia dentro do contexto pós 1991, Andersen (2001) ressalta a questão determinante do fim da Guerra Fria, que reforçou o sentido de segurança nacional na formação da política externa.

Do lado econômico, o viés mais internacionalista abre um “leque” de opções à Índia, que passa a ser vista internacionalmente como uma região fértil para investimentos. E o que contribui para tal percepção é a pujança economia do país e a formação de uma crescente classe média sedenta por consumir produtos e serviços dos países desenvolvidos.

E as novas oportunidades que se abrem para a Índia na atualidade se deparam com desafios também inéditos, exigindo dos seus líderes políticos posturas mecanismos que visem equilibrar ideologias e práticas passadas com as demandas que advém do contexto da globalização. Observando essa dicotomia, para Andersen:

O dilema da política externa emergente da Índia é como manter uma declarada capacidade de armas nucleares sem minar seriamente as relações com o mundo industrializado, que possui o capital, alta tecnologia e o mercado necessário para a continuada expansão da economia (Andersen, 2001: 773). [tradução livre].

Tendo em vista os resultados favoráveis da liberalização econômica, com a inserção cada vez maior com o mundo ocidental, uma postura rígida de isolamento da Índia pode não ser prudente e interessante para realidade atual de sua economia. No entanto, uma abertura desordenada, sem uma seletividade pode prejudicá-la e comprometer os ganhos adquiridos ao longo das duas últimas décadas. Atrelado a essa configuração liberal, sua lógica é de que o Estado deixa de ser o principal condutor da economia. O Estado também diminui a sua representatividade diante de temas mais gerais, fortalecendo o paradigma da governança global, a exemplo das questões ambientais. Essa percepção suscita interpretações, e uma delas observa nesta dinâmica a melhor forma de enfrentar os problemas que passam a ter proporções cada vez mais gerais, “rompendo as fronteiras nacionais”. Por sua vez, Randeria (2003) argumenta que:

A medida que o governo é substituído por uma pluralidade de regimes de governo supra e infra-estatais, com atores públicos e privados, há um direito descentralizado e microscópico que coexiste, de uma forma mais ou menos incômoda, com o direito monumental que anteriormente era monopólio dos Estados (Randeria, 2003: 4680).

Para uma análise da realidade indiana após o processo de reformas econômicas, o pensamento do autor é de grande relevância. No caso da Índia, a menor presença do Estado na defesa de setores importantes para sua população pode não ser a melhor estratégia nesse contexto de liberalização. Ainda se utilizado do pensamento de Randeria (2003):

O novo papel idealizado para o Estado nesta dramaturgia neoliberal é o de atrair capital estrangeiro, assegurando a proteção dos seus direitos e das liberdades dos investidores. Muito da retórica das teorias da globalização defende que o Estado não está sendo diminuído no seu papel como agência de produção e aplicação de normas, procurando-se, antes, reestruturá-las para que surja como uma entre outras arenas de prática reguladora que facilite maiores lucros para o capital (Randeria, 2003: 473).

A conclusão do autor (*Ibidem*) é de que afastando do Estado o poder decisório sobre leis e políticas relevantes, enfraquece o fator democrático e a legitimidade dos Estados semiperiféricos e periféricos.

No processo histórico indiano, muitas conquistas se deram a partir da atuação constante do Estado, como o desenvolvimento das indústrias de fármaco, bélica e a de software, o que justifica a preocupação de Narlikar (2007: 994) quando destaca que, “velhas estratégias que contribuíram para o caminho de obtenção de poder da Índia não podem ser abandonadas nesse estágio, se a Índia continuar a sua marcha para aumentar seu poder”.

De fato, o processo de liberalização econômica indiana fomentou o seu maior crescimento, dando-lhe solidez e projeção em termos de poder político no cenário internacional, percebido através do seu papel de liderança entre os países em desenvolvimento, o que se reveste em voz mais ativa em fóruns internacionais, juntamente com o Brasil e a China. No compartilhamento desta ideia, Narlikar (2007: 985) argumenta que a Índia, de forma inteligente, tem usado mais enfaticamente e em seu proveito as instituições internacionais, exemplo da Organização Mundial Comércio (OMC), fazendo valer o uso do Mecanismo de Resolução de Controvérsias.

Atitudes que estão em sintonia com seu objetivo de obter poder e maior inserção internacional. O uso do Mecanismo de Resolução de Controvérsia da OMC ilustra bem esse pensamento. Em outras palavras, o uso de tal ferramenta apenas explicita o

posicionamento proativo da Índia no cenário internacional, inserindo-se em discussões que até recentemente eram reservadas às grandes potências (Narlikar, 2007).

O que também reforça o posicionamento mais ativo do Estado indiano é o seu programa nuclear, visto como mais uma grande variável de poder, seja em nível regional ou internacional. Ghoshal (2003) observa neste programa uma proteção diante das incertezas pós Guerra Fria paralela à preocupação de segurança no âmbito regional, tendo em vista a potencialidade nuclear chinesa.

Sendo assim, a Índia emerge neste início de século XXI como um Estado que começa a colocar em prática seu projeto ideológico de grande civilização, já apregoado por Nehru e Indira Gandhi, e que atualmente passa a ter a seu favor ferramentas de poder relevantes, mexendo com os cenários políticos em seus níveis regionais e internacionais.

Como convencionado por muitos, as reformas econômicas realizadas pelo Estado indiano a partir de 1991, lhe credenciou a atuar no mercado internacional, fortalecido pela força de sua indústria voltada para as Tecnologias da Informação e Comunicação.

A pujança do setor de serviços da Índia trouxe ao país a expectativa de melhores condições de vida para a população conectada a este setor, localizada principalmente nas grandes metrópoles nacionais. No entanto, é neste setor onde está empregado o menor quantitativo de indianos, sobretudo, com formação de maior qualificação como programadores e engenheiros, o que traduz numa assimetria no desenvolvimento. As reformas estruturais desenvolvidas visando aumentar a taxa de crescimento econômico, por mais que tenha atingido seus objetivos, precisa se adequar a realidade de desigualdades regionais do país e possibilitar a redução de sua pobreza (Costa Lima, 2006). Essa preocupação também está presente no pensamento de Pereira (2010), que observa um paradoxo no crescimento econômico indiano:

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pela Índia – que resultou num crescimento médio de 8% ao longo dos últimos quatro anos – foi paradoxalmente a mesma causa do aumento da desigualdade. O país apostou em grande parte nos setores de Tecnologia da Informação, serviços e telecomunicações, o que aumentou a prosperidade da Índia urbana. Mas, em contrapartida, a Índia rural, onde vive cerca de 60% da população do país, foi mantida amplamente à margem dessa prosperidade, limitada a atividades agrícolas de baixa rentabilidade e por uma força de trabalho sem qualificação. No entanto, o país vem trabalhando para elevar o padrão de vida de sua população e diminuir as disparidades sociais. O percentual de indianos com renda inferior a US\$ 1 por dia caiu de 42%, em 1981, para 24% em 2005. [...] O Programa Mínimo Comum (CMP – sigla em inglês), que

envolve alto gasto em infraestrutura, educação e saúde, é uma das iniciativas do governo indiano para reduzir as desigualdades sociais. (Pereira, 2010: 41).

O país tem na estabilidade de sua economia uma boa oportunidade para diminuir as assimetrias regionais. Simplesmente, tentar alocar um elevado contingente para as grandes cidades, apenas fomentaria o desenvolvimento de novas preocupações. Para uma nação que tem em sua configuração geográfica a maioria da população vivendo na zona rural²⁰, as políticas mais sensatas parecem ser aquelas que respeitem essa distribuição e ofereça boas condições para a manutenção dessa estrutura, porque aí também estão presentes fortes fatores culturais, que dizem respeito à identidade.

São grandes os desafios que estão diante do Estado indiano, como também são boas suas expectativas que emergem com o processo de abertura de sua economia. Intensificação comercial e aproximação com novos parceiros abrem novas possibilidades, até então restrita pelo modelo desenvolvimentista anterior às reformas econômicas do país. O lançamento da Look East Policy sinaliza a dinâmica econômica (e política-estratégica) que passa a guiar a Índia no contexto regional a partir da década de 1990. Como exposto no relatório anual 2011-2012 do país, há expressivas transformações nas relações da Índia com os países do Sudeste Asiático e do Pacífico, vistas como multifacetada e abrangente. O mesmo relatório aponta para a questão de que “a região da ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) é um componente central da LEP (Look East Policy) [...]. A política originalmente concebida como uma iniciativa econômica ganhou dimensões políticas e estratégicas regionais”. Portanto, a linha de interesse da política externa da Índia atual tem na aproximação com os países vizinhos um mecanismo paradigmático, tanto para a sustentação do crescimento de sua economia, como para fomentar a inserção do país regionalmente.

²⁰ Do ponto de vista setorial, o setor agrícola representa cerca de um quarto do PIB e emprega mais de 70% da população, embora seu papel como motor de crescimento tenha diminuído. Historicamente, a agricultura tem sido o principal impulsionador do crescimento, mas, nos últimos anos, têm-se observado mudanças. Setores como o de serviços e, em especial, o de Tecnologia da Informação têm ganhado robustez. Das 500 empresas listadas pela revista *Forbes* como as maiores do mundo, cerca da metade adquirem seus sistemas de informação na Índia (Pereira, 2010: 40). [grifo do autor].

CAPÍTULO 2: O Redirecionamento para a Ásia: a estratégia do *Look East Asia*

2.1 A atratividade da economia asiática. A estratégia de inserção no dinamismo econômico asiático

As transformações ocasionadas com o fim da Guerra Fria também se fez sentir no continente asiático, percebido através de um maior dinamismo político e econômico, caracterizado por um contexto de grande complexidade, principalmente com a emergência da China e a mudança da estratégia política e econômica da Índia. No plano econômico, o crescimento vertiginoso da China dá uma dimensão da importância que o continente terá no cenário internacional neste início de século XXI, bem como a centralidade chinesa na dinâmica econômica e política para a Ásia.

O sucesso econômico da China atualmente foi alavancando dentre outros fatores, pela adequação de sua economia à dinâmica regional. Impulsionada pela liberalização econômica a partir de 1978, encontrou na própria região o “combustível” necessário para sua modernização. Cunha & Acioly (2009: 374) observam que “há uma importante complementaridade entre as estruturas produtiva e comercial da China e os demais países da região”.

O caminho trilhado pela Índia com a LEP, de certa forma, tenta acompanhar a trajetória chinesa quanto à integração econômica com países da região. Haokip (2011: 230-231), reconhece que o principal impulso da política *Olhar o Oriente* é aproveitar as contiguidades históricas e culturais como um ativo de política externa a ser explorado, a fim de facilitar a expansão do comércio regional ligação com as economias da Ásia Oriental e do Sudeste. Yhome (2011: 209) é outro autor com esta mesma concepção. No entanto, sua análise recai na importância em ampliar o nível de integração entre Índia e ASEAN, e neste aspecto, ampliar o Acordo de Livre Comércio de bens para as áreas de investimentos e serviços cimentaria essa integração.

Importante perceber o dinamismo econômico chinês já na década de 1980, período em que a Índia inicia os primeiros ajustes liberalizantes de sua economia. Também é salutar destacar a pujança econômica na região Ásia-Pacífico, dentro de uma economia de mercado cada vez mais globalizada, inaugurando uma mudança global de poder econômico de maneira bem particular (Acharya, 2011). O autor (*Ibidem*) também destaca a intensificada regionalização econômica no contexto do pós União Soviética. Observa que no início da década de 1990, há um “consenso” dos Estados na região quanto ao desejo de se agruparem em cooperações econômicas regionais.

Neste ambiente asiático de mudanças, a abertura econômica da Índia a partir de 1991 visava o aprofundamento de suas relações econômicas, dando sinal da emergência de um Estado que até recentemente estava confinado a realidade de autossuficiência. A observação que Suiyan (2011) tem da Índia é que devido às mudanças estruturais no plano internacional, como a tendência da consolidação da economia de mercado em seus moldes globalizantes, o país se vê na necessidade de reestruturar sua política econômica. Soma-se a isso o fato dos déficits orçamentais está comprometendo a economia do país. Situação na qual, Fernandes (2001:91) conclui que as políticas protecionistas chegaram ao seu esgotamento. Sendo assim, a política externa pragmática que viria a seguir teria como substrato, uma necessidade estratégica para recuperação econômica.

É neste período de adaptação às condicionantes internacionais e aos seus desafios econômicos, onde a Índia lança mão da *Look East Policy* (LEP). Como descreve Bhattacharya (2011) a respeito da LEP que foi introduzida em 1991:

A Índia alcançou outro marco na sua política externa, iniciando o que é chamado “olhar a Política do Leste”. Depois de muitas décadas, o país adotou uma mudança estratégica na sua política externa, introduzindo amplamente a *Look East Policy* para reconstruir suas relações com as nações do Sudeste Asiático, uma relação que foi perdida e desligada durante o período colonial (Bhattacharya, 2011: 168). [tradução livre].

Assim, a estratégia de *Look East Policy* propiciou a definição da aproximação com o Leste Asiático como uma área prioritária em sua política externa, compreendendo, igualmente, a perspectiva de participar dos mecanismos regionais de integração (Oliveira, 2008: 269-270).

Mishra (2011) chama atenção para o sentido da LEP, ou seja, uma iniciativa de base especialmente econômica, explicitada nas palavras do então presidente PV Narasimha Rao (1991-1996) quando declarou em uma palestra na Singapura que, “a Ásia-Pacífico pode ser o trampolim para o salto da Índia no mercado global”. O autor (*Ibidem*) fortalece sua argumentação ao destacar que a ASEAN é uma organização econômica, aonde a Índia deverá se adequar a este princípio, dando primazia à economia. J.N. Dixit apud Mishra (2011) complementa afirmando que:

O envolvimento econômico de importantes países industrializados do Ocidente e do Japão com os países da ASEAN torna um catalisador através do qual a Índia pode ter acesso ao investimento e tecnologias. Experiência inicial da Índia com os países da ASEAN mostra que é uma importante área de crescimento para o investimento indiano, joint ventures e promoção comercial. (Dixit in Mishra, 2011: 188).

Representando a preocupação em firmar novas parcerias, a Índia observa no Leste Asiático boas oportunidades econômicas e um cenário de grande importância em seu processo de desenvolvimento. A filosofia indiana *Look East Policy* demonstra claramente os objetivos de se beneficiar de uma região com forte dinamismo econômico. E dentro das demandas que surgem para um país com economia de mercado como a Índia, se integrar com a região sinaliza que este cenário passa a ter prioridade na recente política do país, principalmente quando se observa os ganhos econômicos obtidos pela região no período de globalização pós Guerra Fria. E assim, o Sudeste Asiático na configuração da LEP indiana é profundamente estratégico, sobretudo em termos econômicos (Chachavalpongpun, 2011: 55). Para Naidu (*apud* Chachavalpongpun, 2011: 56):

[The Look East policy] became a multi-faceted and multi-pronged approach to establish strategic links with as many individual countries as possible, evolve closer political links with ASEAN, and develop strong economic bonds with the region.... It was an attempt to carve a place for India in the larger Asia Pacific.... The Look East policy was also meant to showcase India's economic potential for investments and trade.... Last but not least, the feeling of getting left out of the action in the Asia Pacific, whether it was the Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) or the ASEAN Post-Ministerial Conferences (ASEAN-PMC) with the Dialogue Partners of ASEAN, which had emerged as the only forum to discuss regional issues, also weighed heavily in New Delhi's thinking.

Resultados concretos mostram que a aproximação com o Sudeste Asiático tem proporcionado bons rendimentos para a Índia, já que, em termos numéricos, Santarita (2011: 91) destaca que: India's total trade with Southeast Asian countries dramatically increased from US \$2.4 billion in 1990 to US \$ 23 billion in 2006.

Este aumento comercial indiano pode ser mais bem verificado quando a análise recai para todo o continente, o que mostra que da década de 1990 aos anos 2000 o crescimento foi bem mais acentuado, em especial no período 2003-4 com as exportações para a Ásia chegando a 27.6%. Se observado os períodos 2000-01 a 2003-4, enquanto as exportações indianas para muitas regiões do mundo decresciam, as realizadas com a Ásia saltaram de 21.4% para 27.6%. A tabela abaixo é bem reveladora neste sentido.

TABELA 2
Parceiros Comerciais da Índia: Exportações (%)

Região (maior parceiro comercial)	1960-1	1970-71	1980-81	1990-91	2000-01	2003-04
EU	36.2	18.4	21.6	27.5	22.7	21.1
(Reino Unido)	(26.9)	(11.1)	(5.9)	(6.5)	(5.2)	(4.7)
América do Norte	18.7	15.3	12.0	15.6	22.4	19.2
(Estados Unidos)	(16.0)	(13.5)	(11.1)	(14.7)	(20.9)	(18.0)
OCDE- Outros	10.1	15.2	10.6	10.4	5.1	3.7
(Japão)	(5.5)	(13.3)	(8.9)	(9.3)	(4.0)	(2.7)
Europa do Leste	7.0	21.0	22.1	17.9	2.4	1.8
(Rússia)	(4.5)	(13.7)	(18.3)	(16.1)	(2.0)	(1.1)
OPEC	4.1	6.4	11.1	5.6	10.9	15.0
África	6.3	8.4	5.2	2.1	3.2	3.3
Ásia	6.9	10.8	13.4	14.3	21.4	27.6
América Latina	1.6	0.7	0.5	0.4	2.1	1.7
Outros	8.0	2.7	1.0	6.2	7.3	4.2

Fonte: Ministry of Finance, Economic Survey 2004-05. (Teixeira Jr, 2010 in Kale, 2009: 53).

Em suma, a inflexão política e econômica da Índia na década de 1990 atrai a atenção de muitos analistas internacionais. Análises que ganham efervescência no início do presente século, e que geralmente reconhece o status da Índia como um Estado em ascensão na Ásia. Também há o reconhecimento da política mais proativa do país nas regiões contíguas, em particular, no sudeste e leste da Ásia (Acharya, 2011). É muito consensual que a *Look East Policy* representa um avanço estratégico para a Índia, e percebendo sua importância para seu desenvolvimento, Acharya (*Ibidem*) argumenta que:

[...] É considerado a opinião de muitos analistas, que a "Política do Olhar para o Leste" deveria ter sido colocada em prática muito mais cedo, já que pelo início de 1990, as tendências regionais de integração no Sudeste e Ásia-Pacífico avançou de forma considerável. Dadas as amplas ligações histórico-culturais e os laços especiais de parentesco entre a Índia e os países do sudeste da Ásia, a ausência quase completa de quaisquer laços significativos durante o período da Guerra Fria é, de fato, visto como uma "exceção", ou uma história de "oportunidades perdidas" [...]. (Acharya, 2011: 75-76). [grifo do autor]. [tradução livre].

Bhattacharya tece um argumento acerca do ponto de vista inovador da *Look East Policy*, evidenciando que essa aproximação com a região representa uma nova postura da Índia, que desde sua independência esteve alheia sobre seus parceiros do Leste e Sudeste da Ásia. Completa seu argumento afirmando que:

[...] Em 1991, o país foi forçado a fazer mudança geoestratégica para o leste e sudeste asiáticos, também porque seu parceiro mais alienado pós-independência, a União Soviética entrou em colapso e se desintegrou no mesmo ano, e a Índia perdeu seu mais forte parceiro global e um aliado incondicional. Sua crise na política externa era tão grave como a crise na política econômica, que ocorrem ao mesmo tempo e ela urgentemente sentiu a necessidade de ter novos parceiros regionais e sub-regionais para além da zona SAARC. (Bhattacharya, 2011: 169). [tradução livre].

A inflexão política da Índia com a Look East Policy foi favorecida pelo ambiente receptivo dos países que compõem a região, que observaram na Índia um importante ator, principalmente pela força de sua economia²¹ e o papel de contrapeso que pode desempenhar regionalmente (Acharya, 2011).

Por outro lado, a China com os maiores índices de crescimento econômico na atualidade, se configura como um ator de grande relevância na *Look East Policy* indiana. Política esta que fomentou um clima de cooperação entre os dois países, com intenso crescimento no comércio bilateral. O próprio Reddy (2011) reconhece o avanço:

The launching of Look East policy provided a greater thrust in the relations between India and China as the former laid emphasis on its relations with the nations of the East. China also took number of measures to boost the bilateral trade by fixing targets periodically. Chinese President Ziang Zemin's visit to India in 1996 provided great momentum to the relations. To make India get assured that the Chinese are really interested to forget their past animosities Zemin signed a landmark agreement conducting military confidence building measures along the border between the two nations. Zemin's visit was followed by another important Chinese leader Zhu Rongji, the Prime Minister, in 2002. He took a number of initiatives to strengthen economic cooperation. He invited Indian businessmen to invest in China in the sectors such as IT, Engineering and Services. Atal Bihari Vajpayee's return visit to China in 2003 further strengthened economic bond between the two nations and fixed target of bilateral trade as US \$ 25 billion by 2006. Between India and China the bilateral trade target achieved was much beyond the target fixed, but the trade was always in favour of China. The present two-way trade is more than US \$ 60 billion (Reddy, 2011: 145).

Do ponto de vista do peso da China para a ASEAN, é de chamar atenção o crescimento comercial entre ambos, quando em 1976 se situou em 390 milhões de dólares, aumentando para 185,4 bilhões de dólares no início de 2011. Interessante também observar que a China surgiu como o principal destino de investimento externo direto (IED) da região, o que vem se concretizando num alto grau de interdependência entre as economias da região Ásia-Pacífico (Acharya, 2011). A importância da presença chinesa na região se estende para o plano político, principalmente após a crise financeira asiática de 1997, que marca o fortalecimento da percepção regional com a China e um maior nível de cooperação (*ibidem*). Acharya (2011: 74-75) destaca que, “o que mais

²¹ O comércio Índia-ASEAN atingiu cerca de 44 bilhões de dólares em 2009-10 (embora que a recessão global tenha contribuído para uma ligeira queda nestes números) (Acharya: 76).

auxilia a imagem chinesa é a crença generalizada de que Washington ajudou a provocar a crise financeira asiática de 1997-98, pressionando os países em desenvolvimento da região na desregulamentação excessiva”.

O peso da presença chinesa na região fortalece a dinâmica econômica, o que possibilita boas expectativas para os demais países da ASEAN. No terreno indiano é grande o consenso entre as lideranças políticas de que a estratégia do país de inserção internacional passa pela *Look East Policy*, sendo de grande valia para aumentar sua presença no Leste Asiático. Como percebido por Ghoshal (2003: 525) a respeito da institucionalização das parcerias e a crescente presença da Índia na região, “Nova Delhi não é apenas um parceiro de diálogo da ASEAN e um membro do Fórum Regional da ASEAN (ARF – em inglês, ASEAN Regional Forum), tendo um papel ativo no diálogo de segurança da região”. Assim, Índia-ASEAN estão dentro de perspectivas com teor de reciprocidade, no qual, Acharya (2011) percebe que:

Há, portanto, uma sinergia interessante [...] que está alimentando a estratégia regional da Índia em relação à ASEAN e sudeste da Ásia, em que elementos estratégicos, políticos, econômicos e culturais estão misturados (Acharya, 2011: 76). [tradução livre]. [grifo nosso].

Esta aproximação reflete, sobretudo, a percepção dos indianos no que tange a política de ampliação de parcerias, e que tem no nível regional sua maior urgência, tornando às claras os novos interesses do país:

[...] Finally, in the early 1990s, India embarked on its “Look East” policy, designed to gain access to the markets and capital of the rapidly growing states of Southeast Asia and as a means of countering the growth of Chinese political and military influence in the region. During the Cold War years, Indian policymakers had largely shunned these states, characterizing them as squalid, authoritarian regimes abjectly reliant on American security assistance [...] (Ganguly, 2003: 44). [grifo do autor].

Neste sentido, o continente asiático apresenta muitas potencialidades, necessárias perante a realidade atual da Índia e, no qual é cada vez mais estratégico para a política indiana, que possivelmente deverá ter uma presença cada vez mais ativa. Dados estatísticos da ASEAN revelam o comércio com a Índia. Em 2010, se apresentou como o quinto Estado que mais se comercializou com o bloco (ASEAN COMMUNITY IN FIGURES, 2011). Ainda são valores relativamente baixos, mas o crescente vigor deste comércio aponta para projeções cada vez mais otimistas. A tabela a seguir expõe o comércio da ASEAN com alguns parceiros, e onde podemos fazer um comparativo com a Índia.

Tabela 3
Comércio entre ASEAN e seus parceiros

País	1998	2000	2003	2008	2009	2010
(In US\$ million)						
Intra-ASEAN	120,918	166,846	206,732	470,112	376,177	519,805
China	20,414	32,316	59,637	196,884	178,190	232,013
Japão	81,410	116,191	113,401	214,400	160,893	206,637
USA	115,562	122,218	117,886	186,243	149,582	186,685
Republica da Coreia	17,080	29,635	33,548	78,251	74,746	98,628
Índia	6,968	9,656	12,512	48,803	39,119	55,443
Austrália	12,822	17,589	19,197	52,593	43,854	55,426
Canadá	4,081	4,833	4,612	10,737	9,040	9,870
Rússia	1,035	1,375	2,397	9,794	6,765	9,064
Nova Zelândia	1,621	2,248	2,621	7,837	5,378	7,335
Paquistão	1,521	3,493	1,902	4,922	4,303	6,256

Fonte: ASEAN Trade Statistics Database in ASEAN COMMUNITY IN FIGURES (2011).

É sintomático o crescimento do comércio da Índia com a ASEAN nos períodos entre 1998 e 2010. Isso demonstra que muitos benefícios econômicos podem ser extraídos dessa relação, principalmente quando observado o poderio comercial de outros países asiáticos. Nesta mesma tabela, é notório o imenso crescimento de China e Japão em relação ao comércio com a ASEAN. Em 1998 na China, este comércio girava em torno de 20,414 milhões de dólares, passando a atingir a cifra de 232,013 milhões de dólares em 2010, enquanto o Japão neste mesmo período saltou de 81,410 milhões de dólares para 206,637 milhões de dólares. Um paralelo pode ser feito com os Estados Unidos, onde mesmo tendo um crescimento comercial com a ASEAN, nota-se que é irrisório quando comparado aos países asiáticos. Isso suscita, dentre algumas interpretações, o fato de um deslocamento comercial, mudando o eixo norte-americano para o asiático. Isso reflete a crescente dinâmica econômica da Ásia, no qual já foi percebido pela Índia, que lança força para absorver este dinamismo regional.

É inegável que virtuosos ganhos econômicos advindos do Leste Asiático estão na pauta estratégica de lideranças indianas. No entanto, diante do sentido da nova política externa desenvolvida pela Índia, não estão ausentes interesses políticos de aumento de poder, no qual, o poderio econômico absorvido na região lhe fortalecerá para um possível papel de maior liderança no continente asiático. Maior inserção que tem como complemento de força, capacidades bélicas e ideológicas. Como sinaliza

Morgenthau (2003), acerca da política internacional, o que prevalece é os interesses, mais especificamente, a apropriação de poder. Conduta pautada na racionalidade e objetividade²².

De forma mais direta, o que se viu na política externa da Índia foi a mudança de uma linha de pensamento pautada no pacifismo, que esteve presente nas três décadas após a independência do país, para uma postura de vertente realista. A essência da política externa desenvolvida no início da década de 1990, dentre várias interpretações analíticas, incorpora um espírito ativo, conquistador.

Há uma alteração na dinâmica internacional com o fim da Guerra Fria, dando a muitos Estados do chamado Terceiro Mundo a possibilidade de inserção, e onde a Índia está enquadrada (Pereira & Rizzi, 2007). Os citados autores (*Ibidem*: 1) acrescentam que “A Índia neste contexto manifesta-se como um provável polo de poder, podendo contribuir, conscientemente, para a formação de um sistema multipolar”, mostrando-se como uma crescente força regional, o que poderá engendrar um equilíbrio de poder na Ásia.

Essa argumentação está compartilhada com o pensamento de Morgenthau. Em outras palavras, a visão teórica de Morgenthau se mostra coerente com a estratégia traçada pela Índia na atualidade. O autor enfatiza que na política internacional, a luta pelo poder passa a ser o objetivo maior, presente em todos os segmentos onde o Estado está presente (Morgenthau, 2003). Esta percepção do autor quando relacionada à política do Estado indiano “Look East Policy” lança luz a compreensão de seus objetivos estratégicos na Ásia, explicitando que sua presença na ASEAN, por exemplo, poderá ser mais uma fonte de poder.

A preocupação indiana em estreitar os laços com a ASEAN se dá nos anos 2000, período em que há um crescente dinamismo nas discussões em torno de Áreas de Livre Comércio (em inglês, Free Trade Area – FTA). Contexto onde surgiram as negociações entre ASEAN-CHINA, ASEAN-EUA e ASEAN-ÍNDIA (Pereira, & Rizzi, 2007).

A ASEAN²³ tem seu nascedouro em 1967 e seus objetivos, expostos em sua carta destacam o caráter de cooperação, abarcando os domínios econômicos, social,

²² [...] Uma política externa racional é uma boa política externa, visto que somente uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens; desse modo, satisfaz tanto o preceito moral da prudência como a exigência política de sucesso (Morgenthau, 2003: 16).

cultural, técnico, dentre outros. Conseqüentemente, se exaltou o clima de promoção de paz e a estabilidade regional (ASEAN). Em uma região conflituosa, pensar em agrupamentos de cooperação e interdependência de teor liberal se mostra como sensível a prevenção de interesses unilaterais, com um possível ambiente de disputas e conflitos. Importante também destacar o contexto em que foi criado o bloco, marcado pela Guerra Fria. Sua formação teve uma relação direta com a “ameaça” comunista, figurando-se como um grupo opositor:

No momento da criação da ASEAN, seus objetivos indicavam claramente o caminho da cooperação política, buscando obter um clima de paz no sudeste da antiga Indochina, ao mesmo tempo em que almejava encontrar elementos aglutinadores frente ao avanço da ideologia comunista na região, vista pela maior parte dos países como uma espécie de inimigo comum. [...]. O cenário da Guerra Fria e sua implicação direta no contexto regional - marcado por conflitos e tensões com o Vietnã e a República Popular da China, além da situação extremamente conturbada vivenciada pelo Laos e Camboja - acabaram por se constituir pontos primordiais da agenda de cooperação política entre os Estados membros que, naquele momento, começava a tomar corpo. [...]. Daí a ênfase na segurança regional como elemento aglutinador (Menezes & Penna Filho, 2006: 134-135). [grifo nosso].

Como consta na Declaração de Bangkok desde 1967, o bloco abria a possibilidade para a entrada de novos membros, o que se concretizou principalmente com o fim da Guerra Fria, fazendo constar atualmente, dez Estados²⁴, como pode ser visualizado na ilustração abaixo.

²³ Em 8 de agosto de 1967, cinco líderes - os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia - reuniram-se no salão principal do Ministério dos Negócios Estrangeiros de construção em Bangkok, Tailândia e assinou um documento. Em virtude desse documento, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) nasceu. Os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros que o assinaram - Adam Malik da Indonésia, Narciso R. Ramos das Filipinas, Tun Abdul Razak da Malásia, S. Rajaratnam de Cingapura, e Thanat Khoman da Tailândia - seriam posteriormente saudados como os fundadores de, provavelmente, a mais bem sucedida organização intergovernamental no mundo em desenvolvimento hoje. E o documento que assinou seria conhecido como a Declaração da ASEAN (ASEAN).

²⁴ Originalmente, cinco Estados participaram da fundação da ASEAN: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia [...]. Mais tarde, outros cinco países aderiram ao grupo original: Brunei (1984), Vietnã (1995), Laos (1997), Mianmar (1997) e Camboja (1999) (Menezes & Penna Filho, 2006: 133-134).



Fonte: ASEAN

O estreitamento dos laços entre a Índia e a ASEAN se contextualizou com as transformações destes a partir da década de 1990, onde o pensamento liberal ganhou força e sua dinâmica se potencializou como sendo o paradigma hegemônico com o fim da Guerra Fria. A partir de então, é crescente o processo cooperativo entre os dois lados, que seguiu de um diálogo setorial em 1992 para uma parceria de diálogo completo em 1995 (ASEAN). Esse relacionamento elevou-se no ano de 2002, onde o encontro de cúpula caracterizou-se como anual, sinalizando a importância da parceria, em especial quando observado o curto intervalo de tempo de aproximadamente dez anos.

O aprofundamento da cooperação Índia-Asean ganhou maiores proporções, passando a abarcar questões de segurança, econômica e a cooperação sociocultural. O compromisso indiano em combater o terrorismo se formalizou com a Declaração Conjunta de Cooperação para Combater o Terrorismo Internacional em 2003. Na mesma ocasião, a Índia demonstrou seu interesse na manutenção da paz, estabilidade e desenvolvimento no Sudeste Asiático, no qual aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC) (ASEAN). No plano comercial, o Acordo de Livre Comércio ASEAN-Índia²⁵, assinado em 2009 com os dez países do bloco formaliza o maior aprofundamento da ordem econômica entre ambos os lados e a maior presença indiana na região (Haokip, 2011: 231).

²⁵ O principal objetivo deste acordo é o de reforçar e melhorar a cooperação comercial e de investimento, de modo a superar o fosso de desenvolvimento entre os países Índia e ASEAN. Com este Índia formalmente estabelecer um quadro institucional claro para a cooperação econômica entre a Índia e operacionalização desses países (Haokip, 2011: 231). [tradução livre].

Em termos reais, como divulgado pela própria instituição da ASEAN, o seu comércio com a Índia teve seus maiores níveis em 2011, quando houve um crescimento de 23,4%, materializado com a cifra de 68,4 bilhões de dólares. Comparativo feito com o ano de 2010, quando o comércio girou em torno de 55,4 bilhões de dólares.

É fato o virtuoso crescimento do comércio da Índia com os países do Leste Asiático nas duas últimas décadas. Em relação aos investimentos, em 2009, os países do Leste Asiático aplicaram aproximadamente 13 bilhões de dólares na Índia, enquanto os indianos investiram 962,3 milhões de dólares no sudeste da Ásia em 2008-09 (Yhome, 2011: 208-209).

Institucionalmente, é perceptível o esforço indiano de criar um arcabouço de integração regional, o que possivelmente, tende a ampliar suas relações econômicas e comerciais:

O Acordo de Cooperação Econômica Abrangente (em inglês, comprehensive economic cooperation agreement - CECA) que a Índia assinou com Cingapura e Malásia e o Acordo de Parceria Econômica Abrangente (em inglês, Comprehensive Economic Partnership Agreement - CEPA) com a Coreia do Sul e Japão são vistos como blocos de construção para a consecução de um quadro regional. (Yhome 2011: 209). [tradução livre].

O supracitado autor (*Ibidem*: 211) chama atenção para a diplomacia econômica da Índia, um componente de sua política externa no contexto da globalização, e de onde o país se utiliza para perseguir seus interesses comerciais e alargar as oportunidades que se abrem em meio ao processo de integração. É neste contexto onde se fez oxigenar as relações econômicas da Índia com o Japão, consistindo no comércio e investimentos, onde os investimentos privados assumem um papel importante. No entanto, como aponta Paul (2008: 100), é lamentável que o processo de liberalização da Índia tenha ocorrido no momento em que o Japão entrou em crise após o estouro da bolha econômica no início de 1990.

Paul (*Ibidem*) também aponta para a estratégia inicial da LEP, voltada para melhorar as relações com os países do Sudeste Asiático, mas que depois envolveu outros países da Ásia Pacífico, em especial com o Japão. Como esclarece o supracitado autor (*Ibidem*: 101), os resultados positivos desse desenvolvimento se fez sentir no comércio entre ambos, onde as exportações da Índia aumentaram de 303,9 milhões de dólares em 1990-91 para 1,59 bilhões em 1999-2000, atingindo 4,56 bilhões em 2005-06. Da mesma forma, as importações da Índia aumentaram de 324,5 milhões em 1990-91 para 2,15 bilhões em 1999-2000 e em 2005-06 chegou a 6,6 bilhões.

Paul (2008: 104) também chama atenção para outros níveis de cooperação entre Índia e Japão:

Both countries have also decided to cooperate in sectors like power generation in India, which includes inter alia the 4000 MW Coastal Ultra Mega Power Project at Chayyur, Tamil Nadu and 3000 MW Lohit Hydroelectric Project in Arunachal Pradesh; collaboration for the development of the Indian Institute of Information Technology for design and manufacturing; exchanges between technological institutes of the two countries; investments in the Indian automobile sectors by big Japanese companies such as Suzuki, Honda, Nissan and others; setting up of new capacities in India by Japanese auto-parts companies; and collaboration to jointly tackle energy security issues (Paul, 2008: 104).

A intensificação do pensamento liberal na Ásia com o fim da Guerra Fria e o processo de reformas econômicas da Índia deu novo dinamismo às relações econômicas e comerciais na região. O aprofundamento da cooperação da Índia com os países da ASEAN demonstra claramente a convergência de interesses que paira sobre os dois lados. Em outras palavras, o impulso econômico do Sudeste Asiático e o bom crescimento da economia indiana nos últimos anos tornam atrativa uma parceria cada vez mais sólida, e que deverá perdurar pelos próximos anos.

2.2 Questões estratégicas regionais e a inserção indiana

Analisar a política estratégica da Índia nos moldes do pós Guerra Fria é pensar em dois processos simultâneos transformadores, pautados na inflexão da política externa e no limiar liberalizante de sua economia. Nesta seara econômica, estrategicamente, a Look East Policy (LEP) surgiu como um dos pilares a ser conduzido pelo Estado indiano na busca de possibilitar o crescimento de sua economia. Configurando-se como direcionamento econômico (e político) no plano regional, a LEP é a materialização da estratégia de reforçar o papel da Índia como uma potência emergente no mundo (Suiyan, 2011). O presente autor acrescenta que:

A LEP é um reflexo da tendência de globalização na era pós-Guerra Fria e do regionalismo crescente na Índia e no resto da Ásia, e da política que foi amplamente aceita pela maioria dos grupos de interesses na Índia, e persistiu apesar de novos partidos políticos que vem ao poder, e veio para ficar como uma pedra angular da política externa da Índia (Suiyan, 2011: 150). [tradução livre].

É de grande consenso entre muitos analistas internacionais que o Sudeste Asiático é uma preocupação recente na política externa indiana. Visão que não é compartilhada por Mishra (2011), que lembra do interesse indiano em participar da ASEAN desde os anos de sua fundação. Em maio de 1967 o ministro de Relações Exteriores indiano, MC Chagla em visita a Singapura expressou apoio da Índia a

formação da ASEAN, onde destacou o desejo de ser um membro integrante. Mishra (2011: 185-186) também salienta que “a China criticou severamente a formação da ASEAN e chamou de aliança contrarrevolucionária”. [tradução livre]. A entrada da Índia ao bloco foi constrangida por alguns fatores da ordem política, como a desconfiança da ASEAN em relação à aproximação dos indianos com os soviéticos, e como destaca o autor (2011: 186), “a ASEAN emergente era principalmente uma associação de aliança ocidental”. Por sua vez, o contexto indiano da década de 1960, priorizou em sua política externa a preocupação com o Paquistão, visto como uma ameaça mais imediata (Mishra, 2011: 186).

O paradigma desenvolvimentista indiano atual rompe com a ideia anterior de autossuficiência. Assim, a aproximação com as economias do Sudeste Asiático vem atender os anseios mais imediatos da política do país. Mais precisamente, é esta região que apresenta atualmente muito do combustível econômico que a Índia necessita para manter seu desenvolvimento e galgar uma maior inserção regional. O incremento da LEP se mostra adequada a esta nova realidade asiática. Chachavalpongpun (2011) atento a esse contexto, observa que a implementação da LEP é a plataforma para os objetivos da Índia no sudeste asiático, principalmente pelo fato da Ásia ser a região com a economia mais vibrante no médio prazo. O que se vislumbra com a LEP é uma maior penetração da Índia no Leste Asiático, paralelo a demonstração do potencial econômico indiano para investimentos e comércio.

Dentro das questões estratégicas que envolvem o continente asiático, o peso da presença indiana tende a influenciar a geopolítica na região.

O interesse indiano em se voltar para o Sudeste Asiático no pós Guerra Fria tem como aspecto favorável o hiato deixado pela aliança ocidental (uma vez que a ameaça soviética havia chegado ao fim) que anteriormente dominou a região, reduzindo com isso o espaço para a Índia se envolver estrategicamente neste território

É interessante observar que a realidade asiática com o fim da Guerra Fria suscita algumas indagações. Gordon (2011:43), por exemplo, afirma que, “na Ásia, um exercício de contenção da China pode vir a assemelhar-se ao equilíbrio central da Guerra Fria, durante a qual dois blocos se enfrentaram por quatro décadas” [tradução livre]. Ao mesmo tempo, o referido autor (*Ibidem*) destaca o elevado grau de interdependência observado na região do Leste Asiático, e no qual, ações de cunho mais conflituosas seriam desastrosas para a região. Quando comparada a relação indiana e

chinesa com a ASEAN, este último tem em seu histórico várias disputas territoriais com alguns dos seus países membro, diferentemente da Índia (Chachavalpongpun, 2011).

Portanto:

India's Look East policy put the country in a good position by not only enhancing its economic position in the countries of Southeast Asia, East Asia and Australia but also gaining confidence of these countries in providing security support in the blue waters. India had already proved its capability in protecting sea lanes to be free from piracy menace. China always intends India to keep away from its presence in the region [...] (Reddy, 2011: 146).

Suiyan (2011) ao analisar os 20 anos da LEP, exalta os esforços da Índia e o fortalecimento das relações com a ASEAN, consolidando sua influência na região. Para o presente autor (2011: 151), “a LEP permite a Índia ampliar ainda mais sua fronteira diplomática e melhorar sua relação com outros países asiáticos, para estabelecer seu status como potência regional” [tradução livre]. Bhattacharya enfatiza que:

This modern and economically empowered India is today beckoning many international partners through an open door policy for trans-national economic co-operation, which actually has helped India to take several significant steps towards redirecting her foreign policies and forging new partnerships through global and regional ties (Bhattacharya, 2011: 168).

Interessante observar que segundo o autor (*Ibidem*), a LEP se configura como um processo de vários níveis, sendo o primeiro mais voltado para a integração econômica na região. Neste ponto, observamos que ainda não está explícita a realpolitik, uma vez que, a Índia recém introduzida na economia global, necessita se integrar ao dinamismo econômico da região para manter os bons índices de crescimento econômico nacional. Na ótica do autor (*Ibidem*), há um processo estratégico gradual da política indiana para o Leste Asiático, aonde o país buscará um papel mais proeminente na Ásia e no mundo. Para isso, a Look East Policy nos próximos anos deverá ser atualizada, agregando objetivo e conteúdos expansionistas.

Yhome (2011: 208) salienta o sentido econômico da LEP, que gradativamente vem sendo moldada para um direcionamento estratégico, tomando os imperativos de longo prazo. O autor (*Ibidem*) também destaca a flexibilidade desta política, que agrega a ideia inicial de Leste toda Ásia-Pacífico, redesenhando a arquitetura de sua estratégia na região, onde alguns consideram como sendo a segunda fase da LEP, que amplia o escopo analítico regional e os objetivos da Índia. O que impulsiona a ampliação da LEP, dentre vários fatores, pode ser o próprio crescimento do papel da Índia na Ásia, relacionado à aceitação e importância dada pelos países do sudeste-asiático:

Muitos dos países do Sudeste Asiático não querem ver uma situação em que eles são empurrados para escolher entre a China e os EUA. Para evitar tal situação, a presença de vários jogadores tem sido incentivada e a Índia é vista como um dos jogadores-chave. A outro nível, sudeste e vários países do leste asiático veem a Índia como um balanceador estratégico vis-à-vis a China. Neste contexto, Nova Deli acha que há espaço para ele jogar um maior papel estratégico regional, bem como os seus interesses de longo prazo. Índia goza de uma grande dose de boa vontade em muitos de seus vizinhos orientais e estendidas a LEP foi aproveitando a existência desses fatores para promover os seus objetivos políticos (Yhome, 2011: 210). [tradução livre].

A receptividade dos países do sudeste asiático indiretamente se traduz pela expectativa que estes têm em relação à segurança na região, onde a Índia poderá se configurar como um importante parceiro. Por outro lado, a Índia demonstra seu crescente interesse na Ásia, indo além do Sudeste Asiático. Sua maior presença na Leste Asiático vem acompanhada pela participação e preocupação com a estabilidade regional (Yhome, 2011: 209). O autor (*Ibidem*) atribui este engajamento estratégico da Índia a institucionalização de diálogos e parcerias com países da região. Yhome (2011: 209-210) chama atenção para a aproximação, onde revela que “visitas e exercícios militares conjuntos com os países do Leste Asiático têm aumentado. Defesa e cooperação estratégica com o Japão, Austrália e Cingapura, Vietnã, Malásia, Coreia do Sul e Indonésia também foram desenvolvidos”. O alcance da influência indiana na Ásia vem se ampliando continuamente, envolvendo regiões que a princípio não faziam parte do projeto da Look East Policy. Yhome (2011: 212) reconhece esta expansão, no entanto, conclui que,

Even as New Delhi has expanded its LEP in scope and reach, ASEAN remains at the core in India's strategy. ASEAN is likely to remain the driver of the evolving regional economic and security architecture in the foreseeable future and India's active participation in the ASEAN-driven institutions ensures it a place to play a vital role in shaping the evolution of regional security and economic frameworks in Asia (Yhome, 2011: 212).

Neste direcionamento regional, o supracitado autor (*Ibidem*) aponta para o desenho estratégico desenvolvido pela Índia, onde há uma combinação de interesses econômicos e de segurança, que juntos dão a dinâmica da Look East Policy atual.

Two factors seem to be driving the current thinking on India's LEP. First, the current policy is based on a realistic approach taking into account the regional realities where security dynamics is fast changing. In this situation of transition, India considers it imperative to hedge against uncertainty. One of the foremost desires of India is to shape the evolving security environment so as to ensure a place for itself and to secure its long-term interests in the region. Secondly, there are also domestic needs in terms of maintaining the high economic growth and exploring new markets. India recognizes that to sustain the high growth rate that it has attained in the past decade, it has to further strengthen economic ties with and find new markets in the world's

fastest growing region, that happens to be its extended eastern neighbours (Yhome, 2011: 210-211). [tradução livre].

Projetada para atender aos objetivos da Índia após seu processo de liberalização, a LEP não está fundamentada num programa estruturado em metas e princípios predeterminados, o que rende flexibilidade e possíveis mudanças ao longo do tempo, principalmente pelo fato de diferentes lideranças políticas chegarem à administração nacional. Enriquecendo seus conteúdos e objetivos, essa política poderá se moldar a distintas interpretações e interesses (Suiyan, 2011: 151).

Um ponto importante na LEP e que não teve uma maior atenção foi a questão da relação Índia-China. Suiyan (*Ibidem*) detalha esse hiato em seu argumento, ao mesmo tempo em que observa transformações acentuadas neste relacionamento, em especial quando reconhece a crescente cooperação e interdependência entre ambos os Estados:

Desde 1962, as relações China-Índia experimentaram vários altos e baixos, entrelaçadas, particularmente após a década de 1990, com muitos fatores, como a questão do Tibete, a questão das fronteiras, desequilíbrio comercial, etc. Com o rápido desenvolvimento da economia de ambos os países e suas influências políticas, emerge em algum momento contradição de interesses. Esse caráter na relação da Índia com a China se reflete diretamente na LEP. Quando a LEP foi introduzida na década de 1990, um do seu objetivo inicial era a de conter a influência da China no Leste e Sudeste Asiático. E durante os anos seguintes, a Índia é ainda mais ambiciosa em demonstrar a sua intenção de assumir a liderança concorrendo com o crescimento da China em influências políticas e econômicas na região Ásia-Pacífico. No entanto, é inegável que o rápido crescimento da economia da China e seu papel de liderança no desenvolvimento regional têm um forte apelo para a Índia, bem como, os **reais efeitos dos 20 anos de aplicação de LEP que muito impulsionou a cooperação econômica da Índia com a China, quantitativa e qualitativamente a uma altura historicamente nova**. Enquanto isso, uma série de cooperação regional que a Índia está ativamente envolvida e encorajada, de fato, constrói plataformas para o diálogo e cooperação destes Estados em vários campos (Suiyan, 2011: 152). [tradução livre]. [grifo nosso].

Tendo em vista a estratégia de inserir a Índia na região do Leste Asiático, Santarita (2011: 92) afirma que a LEP também tinha como propósito incrementar o poderio econômico e político dos indianos frente aos chineses. Paradoxalmente, na visão do citado autor, essa política tem hoje alavancado um maior processo de cooperação sino-indiana, ao mesmo tempo em que favorece para um clima de relativa paz na região.

Em virtude de sua política mais ambiciosa, a Índia passa a concentrar suas atenções para além do sul da Ásia. E a cooperação com importantes países como os Estados Unidos é uma clara demonstração de seu desejo de maior inserção regional (Suiyan, 2011: 152). Em outras palavras, a política indiana de maior projeção na Ásia

passa pelo apoio estratégico de outros importantes Estados, e neste sentido, Estados Unidos e China têm grande importância, ao mesmo tempo em que possuem interesses difusos.

Desde sua criação em 1967, um dos principais propósitos da ASEAN se voltava para a estabilidade da região com a promoção da paz, incentivado pelo sentido de cooperação entre os Estados membros. Com o fim da Guerra Fria e a intensificação do processo de globalização, a dinâmica da ASEAN ganha nova roupagem com a presença de novos atores como a China e a Índia. Diante da crescente aproximação econômica entre os Estados da região e uma maior interdependência, é corriqueiro que muitos analistas interpretem que esse cenário seja pouco propício a um clima conflituoso. No entanto, uma instituição supranacional como a ASEAN pode não possuir tal capacidade de estabilidade e ganhos absolutos para os Estados. Grieco (1988) observa que há limitações para o processo de cooperação, mesmo tendo os Estados interesses comuns. Sua argumentação para essa limitação está na ausência de um ator ordenador no plano internacional, ou seja, com esta ausência gera-se uma anarquia. Esta que foi identificada por Hobbes no tratamento da sociedade no seu nível doméstico (Weffort, 2003), diferentemente de Grieco (1988) que debruça sua investigação para o cenário internacional, onde conclui que prevalece o auto-interesse e a concorrência, inibindo a efetiva cooperação.

O citado autor (*Ibidem*) amplia sua argumentação acerca da inviabilidade do sucesso da cooperação afirmando que, diante desta, os Estados temem ganhos desiguais, com o fortalecimento de terceiros. Assim, a continuidade dentro de instituições cooperativas ocorre até o momento em que não se alterem os ganhos de poder. Em outras palavras, os ganhos relativos e o possível fortalecimento do parceiro de hoje pode está criando um inimigo de amanhã. Isso ocorre em detrimento da dinâmica que ocorre entre os Estados, no qual, cada um é único responsável pela sua sobrevivência, e qualquer tipo de cooperação será utilitarista. Como define Grieco (1988: 488), “as instituições internacionais influenciam as perspectivas de cooperação apenas marginalmente” [tradução livre].

Portanto, a dinâmica do relacionamento da Índia com o Leste Asiático demanda vários pontos de vista, e um deles é que a cooperação indiana com os países da ASEAN está sendo construída a partir de linhas estratégicas e políticas, indo além do fator econômico. Neste sentido, Borah (2011) observa que há muita convergência entre a

Índia e os países do Leste Asiático. O autor destaca a cooperação no setor de defesa e compartilhamento de informações e iniciativas conjuntas em matéria de segurança marítima, ações contra o terrorismo e questões ligadas a segurança energética. Os desafios conjuntos também se estendem para questões não militares, como a pirataria, acidentes e derrames de petróleo, dentre outros. Importante salientar que a marinha indiana é força predominante na região entre o Estreito de Ormuz e o Estreito de Malaca (Borah, 2011: 175).

O fato é que, é interessante para a ASEAN ter a Índia como um possível aliado na segurança dos seus membros, tendo em vista as intenções futuras da China, bem como sua ascensão em termos econômicos e militares (*Ibidem*). Segundo o referido autor (*ibidem*), esta é uma questão que suscita uma preocupação comum de segurança entre os países do sudeste asiático. Para Mishra:

[...] There is a general sense of anxiety among the Southeast Asian countries vis-à-vis China. It is a fact that China has tried to woo the ASEAN countries by keeping aside her territorial and other disputes, but this has done little to assuage the anxiety among the Southeast Asian countries. This certainly helped India's cause of getting associated with ASEAN in some form as evident from the fact that India was accepted as the dialogue partner of ASEAN ahead of China. Engagement with future major players is the preferred approach for ASEAN and China, India, Japan and the US are identified as the major powers to operate in the region [...] (Mishra, 2011: 191). [grifo nosso].

A ligação indiana com a ASEAN se mostra mais efetiva, uma vez que os laços são firmados com o grupo (Mishra, 2011: 191). O presente autor (*Ibidem*) observa a importância da presença indiana na região, levando-se em consideração que em certos períodos, a resolução pacífica de tensões não teve sucesso, gerando um clima conflituoso²⁶. Assim, há uma necessidade de modernização do aparato militar das nações do Sudeste Asiático e uma maior preparação técnica dos combatentes para lidar com possíveis conflitos futuros. E neste caso, a Índia é uma boa fornecedora, com armamento de boa qualidade e com melhores preços (Mishra, 2011: 192).

É crescente a presença da Índia no Sudeste Asiático, o que nos leva a conjecturar que diante da ausência de unidade da região em termos estratégicos de segurança e um maior aprofundamento indiano na minimização de tensões, este Estado poderá desempenhar um papel de liderança e atender aos anseios de segurança dos Estados que

²⁶ Em 2005 a Indonésia enviou navios de guerra para o mar Sulawesi para protestar contra a decisão da Malásia que celebrava um contrato com uma empresa anglo-holandesa para explorar e extrair o petróleo de Ambalat e Leste de Ambalat no Sudeste Asiático (MISHRA, 2011: 191-192). **Ambalat** é um bloco de mar no mar Celebes que atualmente está na parte de Indonésia soberania.

compõem a ASEAN. Cenário hipotético que desenharia um ambiente político-estratégico a favor da Índia, promovendo seus próprios interesses estratégicos na região (Mishra, 2011: 190).

A LEP vem contribuindo para uma maior aproximação da Índia com os países do Leste Asiático, alterando um cenário anterior de distanciamento e desconfiança. É o caso do Mianmar, onde visitas oficiais de autoridades deste Estado em 2010 e 2011 sinalizaram o início de um relacionamento de cooperação. A materialização desta cooperação está presente em operações de contra-insurgência, energia e infra-estruturas conjuntas, onde é forte a presença de projetos indianos em Mianmar (Borah, 2011: 175). Dentre esses projetos, um chama atenção pelo seu caráter estratégico para os indianos, principalmente por envolver recursos energéticos e abarcar o nordeste da Índia, região sensível a conflitos insurgentes. O citado autor (2011) expõe com mais detalhe o referido projeto:

[...] India is executing a host of infrastructure projects in Myanmar. One of them, the Kaladan Multi-Modal Transit-cum-Transport Project aims at promoting transportation on the Kaladan river, which weaves in and out of India's Northeastern state of Mizoram and then empties into the Bay of Bengal near Sittwe port in Myanmar. Interestingly, the Kaladan project is being executed by an Indian engineering company, Essar. Once the project is completed, it will provide India's landlocked Northeast direct access to the Sittwe port. This area is also significant for India since its state-owned ONGC (Oil and Natural Gas Commission) Videsh Limited and Gas Authority of India Limited hold a 30% stake in the exploration and production of gas in the off-shore blocks located near Sittwe (Borah, 2011: 175-176).

No plano político, o apoio de Mianmar à Índia seria de grande peso no que se refere à problemática regional. Em outras palavras, o Nordeste indiano é uma região com a presença de grupos insurgentes. Por compartilhar uma fronteira de 1600 km com o Nordeste da Índia, o Mianmar pode ser visto como um Estado estratégico no auxílio do acompanhamento e combate a esses grupos (Borah, 2011: 176). Borah (*Ibidem*) também aponta para a necessidade de recursos energéticos à manutenção do crescimento da economia indiana, e neste caso, Mianmar se destaca por ser muito rica em gás natural e um parceiro potencial²⁷.

²⁷ “A more plausible explanation of the shift in India's position vis-à-vis Myanmar emerges from a careful look at the India's compulsions ahead. The growth rate India has achieved over the past decade is impressive and India needs to maintain that growth rate which requires huge quantity of energy. India thus is in search for sources of energy every where. Of late, Myanmar has emerged as a promising source of energy. Tapping these sources of energy became the primary target of India. This needed changes at two levels. India had to show acceptance towards the regime in Myanmar, and secondly India needed to devise a rationale to open up NER to international interaction. But the ground realities of NER has offset the entire planning to give a push to Look East Policy and to tap the sources of energy in Myanmar. The

Está bem claro que a aproximação da Índia com os países do Sudeste Asiático está relacionada com a inflexão da política externa da Índia na década de 1990. Além disso, o terrorismo é um fator que auxiliou na aproximação dos países desta região e Estados Unidos com a Índia. Isso ocorre devido à convergência de interesses entre eles na luta contra o terrorismo internacional²⁸ (Mishra, 2011: 180). Sintetizando esta explicação, o presente autor explica que:

A decisão americana de suspender as sanções nucleares contra a Índia na sequência dos testes nucleares de 1998 é que o cenário regional emergente após 11 de setembro ajudou a cimentar uma aliança com a Índia. As duas nações têm reconhecido as perspectivas de cooperação na manutenção de um equilíbrio estável de energia na região do Oceano Índico e sua periferia. Melhorar os laços entre a Índia e os Estados Unidos ajudou a impulsionar os laços entre a Índia e os países do sudeste e leste da Ásia, uma vez que muitos desses países estão sob a influência dos Estados Unidos (Mishra, 2011: 180) [tradução livre].

Mishra (2011) faz uma análise sobre a importância da Look East Policy na estratégia indiana de inserção regional e internacional. Sua argumentação é que, dentro do histórico indiano como voz ativa envolto dos interesses dos países da periferia do sistema, a referida política se configura como mais um instrumento visando a inserção do país. O autor (*Ibidem*: 187) reconhece a Conferência de Relações asiáticas, a Conferência de Bandung e do Movimento dos Não-Alinhados como tentativas anteriores para atingir tal fim. Ele também tem em mente a fragilidade estratégica que foi a SAARC, que não deu os frutos esperados de uma maior visibilidade da Índia no

story of the gas pipeline from Myanmar to India is a case in point. India initially planned to bring the gas from Myanmar through Bangladesh. On the latter's refusal India had the only option of bringing the gas through NER but decided against it which led to the gas flowing into China. Thus, NER is yet to be considered safe enough to act as gateway to Southeast Asia. And it is NER that is proving to be an impediment in India's successful integration into Southeast Asian space" (Mishra, 2011: 194-195).

²⁸ "There exists a more clear security convergence between India and Southeast Asia in the non-traditional security matters. Both India and Southeast Asia suffer from similar non-traditional threats such as, terrorism, drugs and arms smuggling, human trafficking, sea piracy, etc. The importance of mutual cooperation in tackling the growing menace of terrorism is realised by all the ASEAN members and India. Attacks in Indian soil, attacks in Indonesia have contributed to this realisation. Moreover, the entire ASEAN region is infested with various terrorist threats such as the Moro Islamic Liberation Front (MILF), the Muslim separatist forces in Southern Thailand, the Abu Sayyaf, etc. These groups have got international in their activities and have developed close contacts with insurgent groups active in North East Region (NER) of India and Jammu and Kashmir. India thus is seriously interested in roping in ASEAN for some kind of arrangement to curb these activities keeping India's security in view. Thus, cooperation on this issue was an immediate necessity to which both India and ASEAN as a group instantly responded by concluding a joint declaration on combating terrorism in October 2003" (Mishra, 2011: 192-193).

nível regional e global. Mishra é enfático quando sinaliza uma possível limitação regional acerca do poder estratégico de manobra da Índia. Sua argumentação é de que,

A qualificação final para tal conjectura é que a Índia não pode se mover para o oeste, dada a presença do Paquistão e outros países islâmicos e ao leste encontra-se a China poderosa, fazendo Sudeste a única maneira Índia pode expandir sua esfera de influência (Mishra, 2011: 187).

Suiyan (2011) sintetiza os objetivos políticos de inserção da Índia na Ásia, que tem no caráter institucional da ASEAN e na política da LEP instrumentos importantes. Para ele:

Na frente política, através de mais de 20 anos de esforços, a Índia tem fortalecido suas relações com a ASEAN e consolida suas influências na região. A LEP permite a Índia ampliar ainda mais sua fronteira diplomática, e melhorar sua relação com outros países asiáticos para estabelecer seu status de potência regional (Suiyan, 2011: 151) [tradução livre].

A título de conclusão, a política indiana de maior inserção no continente asiático tem na questão econômica uma importante ferramenta, e com a pujança de sua economia nos moldes liberais a partir de 1991, o cenário regional ficou mais receptivo a novas parcerias. O direcionamento da ASEAN para o fortalecimento das economias dos países do bloco, em detrimento no foco eminentemente na segurança possibilita a penetração da Índia, no qual facilita a materialização de seus interesses políticos expansionistas. Portanto, estrategicamente, a Índia encontra hoje na Look East Policy um meio eficaz de aumentar sua influência econômica na Ásia, e que, indiretamente faz crescer politicamente seu poder de voz na região.

2.3 A importância do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia

À luz da nova política externa lançada na década de 1990, e onde estão presentes seus traços expansionistas, a Índia buscou no Sudeste Asiático uma fonte econômica e política capaz de guiar esta estratégia e auxiliar sua inserção no continente asiático. O Sul da Ásia, região onde se localiza o Estado indiano, tem sua importância na atual política liberal indiana, representando mais uma área geográfica propícia à troca de investimentos e comercialização – dentre outras parcerias. Mas hoje é o Leste Asiático a região que melhor responde aos anseios econômicos e políticos da Índia. A relevância dessa região no processo de desenvolvimento da Índia tem por base a definição da LEP, tendo em vista uma maior aproximação com os países do Leste Asiático.

Chachavalpongpun (2011) chama atenção para essa estratégia da Índia para além da questão econômica, com o fortalecimento dos laços políticos e de segurança com a

ASEAN, realizado de diferentes maneiras. Em sua percepção há também questões subjetivas presentes na Look East Policy, o que tende a facilitar a interação regional. Em suas palavras (2011: 56), “laços especiais de parentesco e as antigas conexões culturais entre a Índia e o sudeste da Ásia abriu o caminho para um processo rápido de aproximação”. Segue afirmando que a influência da civilização indiana se fez presente na maioria dos países do sudeste asiático, em certos períodos e em diversos graus (Chachavalpongpun, 2011).

O Leste Asiático, além de sua potencialidade econômica e energética para a Índia deverá crescer em importância política. Para o nordeste indiano isto fica bem evidente, uma vez que há um compartilhamento desta região com a ASEAN. Importante ser destacado que o nordeste da Índia é hoje um dos grandes desafios para o país, em especial por ser um local com a presença de grupos insurgentes. Mishra (2011) reconhece a necessidade de melhor integrar as regiões e fomentar seu comércio, dada sua contiguidade geográfica, como igualmente é crucial promover a integração entre as pessoas do nordeste com os países da ASEAN. Em suas palavras (*Ibidem*: 181), “[...] uma vez que o nordeste da Índia começar a colher os benefícios da LEP irá ajudar no estabelecimento da paz na região” [...]. [tradução livre]. Esta é uma argumentação que apresenta fragilidade, tendo em vista, sua limitação econômica na abordagem de uma problemática política. Como o próprio autor reconhece (*Ibidem*: 186), e num tom irônico expõe que, “dê-lhes o desenvolvimento e eles vão esquecer os problemas de identidade, problemas de afirmação, problemas relacionados com a criação de uma nação de comunidades essencialmente tribais”.

Conduzida pelo paradigma desenvolvimentista, a política econômica da Índia atual numa demonstração de compromisso efetivo com sua população deverá guiá-la com o pressuposto de pensar simetricamente o bem estar de seus habitantes, e não simplesmente atrelar um específico desenvolvimento regional como ferramenta de integração nacional.

Outro ponto destacado por Mishra (2011: 186) no que tange à importância do Leste Asiático para a Índia, é que, dado o crescimento econômico estável desta região, emergem oportunidades para a mão de obra qualificada e semi-qualificada indiana. Importante local estratégico para investimentos da Índia, gerando-se a expectativa da ASEAN se tornar seu principal parceiro comercial (Pereira & Rizzi, 2007: 8). E, como salientam os autores (*Ibidem*: 8), “o interesse indiano na relação com a ASEAN é

resultado das mudanças significativas no mundo político e econômico que ocorreram durante a década de 1990, marcadamente pela liberalização econômica do país”.

Pela sua localização geográfica, o Sul da Ásia é mais uma região estratégica na política externa indiana. Com um papel de liderança nesta região, a Índia compartilha muitos de seus problemas e oportunidades. Os indianos têm na figura do Paquistão um grande desafio para assegurar a estabilidade regional. No entanto, o enfoque não se resume ao Paquistão. Para Paul (2008: 6), tem influência sobre a política indiana conflitos internos presentes nos estados vizinhos, especialmente, no Afeganistão, Bangladesh, Nepal e Sri Lanka. A preocupação da Índia com defesa reforça seu papel de liderança na região e o caráter realista de sua política:

A Índia possui enormes forças de terra. Sua força aérea e industrial aeronáutica, tecnologicamente sofisticada (construída com maciça ajuda soviética), apoiada por uma capacitação nuclear e um elevado estoque de quadro científico e tecnológico avançados, habilita o país na defesa de seus interesses de segurança. E ainda, tornam viável a projeção de seu poderio ao longo da bacia do Oceano Índico (Pereira, 2003: 9).

A mesma autora (2003) percebe na composição geográfica da Índia um atributo de vantagem em relação aos estados vizinhos. Em suas palavras:

[...] A sua posição geográfica, no que se refere ao tamanho e a localização do país, lhe confere importância estratégica. A Índia é quase três vezes maior do que a área total dos outros seis países da região. Outra característica geográfica é que apenas a Índia faz fronteira com os outros países membros (Pereira, 2003: 10).

Leste e Sul da Ásia são atualmente regiões que podem ser vistas como prioritárias para a estratégia indiana de inserção regional e global. Seja por questões ligadas ao setor energético, econômicos ou políticos, o fato é que são cenários que atendem as necessidades da Índia em manter seu crescimento econômico pós reformas econômicas. O mapa abaixo ilustra a composição dos Estados que compõem o Sudeste Asiático, bem como aqueles localizados no Sul Asiático, e que atualmente são Estados membros da SAARC: Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas. Em abril de 2007, na ocasião da 14ª Cimeira da Associação, o Afeganistão tornou-se seu oitavo membro.



Fonte: ASEAN

A Look East Policy da Índia não foi pensada para deslocar o foco político e econômico do país em relação ao sul da Ásia. É bem verdade que os esforços de cooperação econômica nesta região não lograram grandes êxitos, o que Tavares (2007: 62) atribui, dentre outros fatores ao perfil exportador e importador dos países sul-asiáticos, vistos mais como competidores que complementares, e neste sentido, a LEP é mais uma alternativa para o incremento da economia indiana.

Emblemática na política indiana no sul asiático, a South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)²⁹ não deixa de ser um importante agrupamento de Estados, que têm como meta aproximar economicamente suas economias e desenvolver um nível de cooperação em diferentes setores. Como prevê sua carta³⁰, há uma preocupação em estabelecer um ambiente de confiança e amizade entre os membros e, internacionalmente, busca-se uma cooperação com países em desenvolvimento e instituições de integração (Pereira & Grassi, 2006). No entanto, debilidades estruturais comprometem o bom funcionamento e as relações comerciais:

²⁹ O trânsito comercial interno da SAARC representava, em 1999, não mais do que 2,42% das transações internacionais (Pereira & Grassi, 2006: 4).

³⁰ De acordo com a carta, a cooperação deve basear-se nos princípios de soberania, integridade territorial, independência política, não-interferência em assuntos internos e, no plano internacional, não-alinhamento, e seus objetivos cardiais seriam o crescimento econômico acelerado, o progresso social e o desenvolvimento cultural da região, perseguidos a partir de uma plataforma de espírito de amizade, confiança e compreensão (Pereira & Grassi, 2006: 2).

Paradoxalmente, aquelas que são a maior vantagem para um processo de integração e cooperação regional, qual seja, as proximidades cultural, histórica e econômica, são, nesse caso, sua maior barreira. Apesar do desenvolvimento recente ocorrido na região, as economias dos países sul-asiáticos são ainda muito similares, tanto em termos de composição da produção nacional, isto é, da porcentagem da população ativa nos setores primário, secundário e terciário, quanto em relação à produção propriamente dita, uma vez que **acabam por exportar e importar basicamente os mesmos produtos** (Pereira & Grassi, 2006: 3-4). [grifo nosso].

É importante destacar que mesmo com o limitado sucesso da SAARC no processo de cooperação, fica evidente o papel de liderança da Índia, comprovando o aumento de sua influência em diferentes regiões da Ásia, pressuposto fundamental para um Estado que tem projeções proativas, regional ou internacional. Projeções que são inviabilizadas sem o efetivo fortalecimento econômico. Ao mesmo tempo, apenas sua posse não garante inserção, onde para Racine (1997: 110), “a influencia internacional não pode ser equacionada com força econômica, mas nenhum tipo de aspiração por um status mais alto pode tornar-se realidade se a Índia não se impõe como uma potência econômica mais vibrante”. Curiosamente, a centralidade da liderança da Índia na região, é a mesma que dificulta um processo mais integrativo dentro da SAARC. Tavares (2007: 62), por exemplo, enfatiza que “nenhuma outra região do mundo é tão fortemente dominada por uma grande potência como acontece na Ásia do sul, no caso vertente da Índia”. O autor (*Ibidem*: 62) também observa que o fato da nuclearização da Índia limita o poder decisório dos demais países³¹, criando uma relação cooperativa onde a SAARC acaba por acompanhar os passos da Índia.

Por outro lado, Vizentini (2006:4) volta sua atenção para o quantitativo gerado pela SAARC, que tem uma população de aproximadamente 1,3 bilhões de pessoas, a mesma da China. O autor (2006: 4) vê positivamente a presença da Índia para sul asiático, principalmente após sua liberalização econômica. Em suas palavras, (*Ibidem*: 4), “o dinamismo da economia indiana fomenta na região um polo dinâmico de desenvolvimento e contribui para a melhoria das relações diplomáticas entre os membros da SAARC”.

Pairando sobre a “mente” da Índia, o liberalismo é atualmente outra importante ferramenta que vem sendo associada à minimização de conflitos no sul da Ásia, e neste sentido, a cooperação econômica é uma relevante catalisadora (Tavares, 2007). Em 2003, o então Primeiro-Ministro indiano Vajpayee declarou numa conferência que “mal

³¹ O Paquistão é o outro Estado do sul da Ásia que possui armas nucleares.

se consigam laços econômicos de maior proximidade não estaremos longe de mútua segurança e cooperação, da abertura das fronteiras e até da moeda única” (BBC News 12 de Dezembro de 2003 in Tavares, 2007: 69).

Historicamente, o sul da Ásia é marcado por conflitos e tensões, principalmente por envolver Índia e Paquistão. A criação de uma instituição que visa proporcionar uma aproximação entre os Estados da região pode ser visto como um avanço no pensamento das lideranças locais, e que passou a ser materializada em 8 de dezembro de 1985 com a SAARC. Segundo Tavares (2007), vozes são sentidas nos meios acadêmicos e na sociedade civil da Ásia do sul, que veem com bons olhos a integração regional. O autor (*Ibidem*: 65) relata o argumento de Amera Saeed, investigadora sênior do Instituto de Estudos Regionais em Islamabad que, “em virtude do antagonismo herdado na região, o mero fato de a SAARC pôr todos os países a falar em conjunto de questões comuns confere-lhe mérito”. O supracitado autor (*Ibidem*: 65) também destaca as palavras de Swaran Singh, do Centro de Ciências Humanas em Nova Delhi, onde afirma que “mal grado todos os desafios, o fato de a SAARC não ter fracassado, é um indicador de êxito”.

São inegáveis os grandes desafios que pairam o sul da Ásia. Em tempos de globalização, a SAARC deverá desempenhar um papel cada vez mais atuante no fomento da liberalização econômica. Sobre este aspecto, Tavares (2007: 67-68) alerta que haverá uma pressão crescente para integração dos Estados à globalização econômica. E, diante da transferência decisória para além das fronteiras nacionais, para o presente autor (2007: 68), “os mecanismos regionais podem servir de zonas-tampão entre as forças asfixiantes da globalização e a pressão crescente da sociedade civil para reaverem os seus direitos de cidadania num mundo globalizado”.

Seja com a ASEAN, SAARC ou em relações bilaterais, o fato é que a Ásia representa um forte “combustível” para a manutenção do crescimento econômico da Índia, representando mais uma dentre outras opções de parceria. Isso fortalece a autonomia dos indianos o poder de ação de um Estado com objetivos de inserção, não ficando preso ao apoio e parceria com uma determinada potência, evidenciando o caminho trilhado no contexto pós-reformas econômica de 1991.

CAPÍTULO 3: Índia: Parcerias Políticos-Estratégicas e Inserção no Continente Asiático

Desde o início do processo de reformas econômicas da Índia, adicionado à inflexão de sua política externa, é patente o novo pensamento dos decisores políticos do país de ampliar parcerias econômicas dentro do atual contexto liberal adotado. No campo político, não é diferente o pensamento da necessidade de reforçar e/ou construir parcerias político-estratégicas.

Pela configuração estratégica indiana voltada para o desenvolvimento da economia nacional, importância maior foi dada para as potencialidades regionais. Relevância regional que pôde ser visualizada com a Look East Policy, lançada pela Índia nos anos 1990. Politicamente, diante da estratégia de maior inserção regional, a aproximação com parceiros influentes na região é de vital importância para a concretização deste objetivo.

Atualmente, China, Estados Unidos, Japão e Rússia são atores que exercem influências políticas e econômicas na região, ou seja, o tipo de relacionamento que a Índia tem (e terá) com esses Estados, em grande parte, definirá seu papel no continente asiático. Principalmente com fim da Guerra Fria e com o extraordinário crescimento econômico e os esforços diplomáticos mais proativos da China, a Ásia se mostra muito mais dinâmica e atraente aos olhos da comunidade internacional. Essa visão foi ainda muito mais reforçada pelas recentes crises econômico-financeiras apresentadas por muitos países europeus e igualmente pelos Estados Unidos. Assim, China e Índia com a estabilidade de seu crescimento econômico se tornaram um ambiente propício aos investimentos externos.

Com a atual maior ascensão das potências regionais (ou “do resto” como apontado por Zakaria, 2008) fica cada vez mais patente que um novo Sistema Internacional tende a ser multipolar, com a diminuição dos papéis preponderantes até então exercidos pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Como colocado por Ferguson (2010 *apud* Nieto, 2012: 177), há uma reconfiguração histórica, até mesmo um retorno a certo equilíbrio entre Ocidente e Oriente. Khanna (2008 *apud* Nieto, 2012: 174) é outro autor que observa no colapso da União Soviética o contexto favorável a emergência de novos polos de poder, assegurando que:

O fim da hegemonia dos Estados Unidos como entidade capaz de exercer poderio militar em qualquer lugar do planeta. Os Estados Unidos não são mais uma “potência unipolar” porque agora há outros protagonistas

importantes no cenário internacional, como a Europa e a China – para não falar do crescente poder do segundo mundo.

Rajagopalan & Sahni (2008: 7) chamam atenção para estudos que colocam a Índia como um Estado que irá emergir com grande poder no período 2020-2025 (NIC 2004). Para os autores (*Ibidem*: 7), “o sistema internacional contemporâneo fornece a configuração em que este processo de emergência irá ocorrer”. E neste processo, o cenário regional asiático será o ambiente em que as relações da Índia com a China se desenrolarão nos próximos anos. Uma possível expansão regional indiana para a Ásia-Pacífico terá relação direta com as relações da Índia com os Estados Unidos e China, dois Estados influentes na região asiática (Rajagopalan & Sahni, 2008: 16). Ao mesmo tempo, Rajagopalan & Sahni (2008) visualizam outros dois importantes Estados nesta equação de força no continente, e que podem ser decisivos a favor da Índia: Rússia e Japão. Ambos têm em comum a preocupação com a ascensão da China e suas consequências. De uma forma mais objetiva e direta, o que estes autores estão apontando é que a maior presença indiana na Ásia pode ser um fator de relevância na contenção da China.

A Austrália é outro Estado que observa com bons olhos a ascensão indiana na Ásia, ou seja, percebido a partir do ponto de vista estratégico onde estão presentes interesses recíprocos. Para os indianos, é de suma importância o apoio da Austrália, juntamente com outros Estados no incentivo de sua emergência como uma força global (Bonnor: 2008: 168). Bonnor (2008: 168) enfatiza que para a Austrália, é interessante a participação da Índia na segurança regional e global. O autor (*Ibidem*) também esclarece que no caso da Austrália, não é uma questão de escolha entre China³² e Índia, mas sim uma relação efetiva com ambos.

Índia e Austrália também compartilham a preocupação com a segurança energética. A Austrália é uma importante e confiável fornecedora de energia tradicional, como carvão e gás. Também é de grande magnitude suas reservas de urânio, detendo 38% da capacidade mundial. Bonnor (2008: 172) coloca que “a energia nuclear atualmente atende cerca 3% das necessidades de eletricidade da Índia, mas em 2050, o país deseja que esse percentual aumente para 25%. Para isso, a Índia precisa de fontes confiáveis de fornecimento de energia”. Neste sentido, a Austrália se configura como um ator vital para os indianos.

³² A China é o Segundo maior parceiro comercial da Austrália (Bonnor, 2008: 168).

Portanto, é a partir das estratégias indianas com esses Estados que visualizará sua inserção regional e uma maior visibilidade internacional. No entanto, para um Estado como a Índia que tem estas projeções, cair na dependência de outro Estado não está nos planos dos dirigentes indianos, e por mais que haja um relacionamento estreito, deve prevalecer o senso de desconfiança e autonomia que acompanhou o país desde sua independência.

E como Basrur (2009) chama atenção, a Índia como uma nação a beira de se tornar uma potência global, precisa de uma elaboração política em torno de suas abordagens para os Estados Unidos e a China. O autor (*Ibidem*: 16) nos lembra de que “a Índia é hoje amplamente reconhecida como uma potência emergente, com um papel crescente na política regional e global”. Como atributo deste papel, temos um país geograficamente extenso, com uma economia de rápido crescimento e com capacidade militar. Além disso, é um grande Estado democrático e tem em seu histórico uma posição de liderança no mundo em desenvolvimento. Nesta seara, muitos interesses da Índia estão ligados aos das grandes potências, o que geopoliticamente, pode-se alterar estruturalmente o continente asiático, e de onde a Índia pode tirar proveito em seu projeto de inserção regional e internacional.

3.1 A aproximação com a China: parceiros ou competidores?

É certo que as relações entre China e Índia têm um histórico marcado por guerra e desconfiança mútua, em especial a partir da década de 1960. No entanto, o processo de liberalização econômica adotado por estes países parece ser um contributo para um melhor relacionamento. A partir da década de 1990 com as reformas econômicas indianas, há uma maior aproximação de bases econômicas entre eles. Lançando suas economias para o mercado internacional, a industrialização destes países passou a ser estimulada principalmente pelo setor externo, gerando uma maior integração com outras economias do mundo, mas, em especial há uma forte concentração na região asiática (Mohanty & Chaturvedi, 2005: 4). Os citados autores (*Ibidem*: 6) esclarecem que, “Almost half of China’s exports were destined to developing Asia during the period 1985-94, and the dominance of developing Asia continued during 1995-2004”.

Ações concretas destes países dão a dimensão da importância regional para suas economias:

[...] A number of new regional trading arrangements have been established, including regional and bilateral trading arrangements (for example, BIMSTEC, India-Singapore Comprehensive Economic Cooperation (CEC), India-Thailand CEC, India-Sri Lanka CEC, India-ASEAN FTA, China-ASEAN FTA, China-Japan FTA, China-Singapore FTA) to complement pre-existing agreements (for example., ASEAN, SAARC and the Bangkok Agreement. These developments have contributed to increased trade with other regional economies. There are strong initiatives to form Asian Economic Community, which would further consolidate the economic strength of both the countries (Mohanty & Chaturvedi, 2005: 6).

Essa nova configuração liberal em torno das economias chinesa e indiana suscita algumas interpretações, dentre as quais, a da maior interdependência entre estes países. Ghoshal (2003: 525), é bem categórico quando reconhece que tanto China e Índia atualmente têm visualizado mais as vantagens em mercados que podem obter um do outro, deixando de lado questões desagradáveis do passado. No entanto, não são apenas questões econômicas que estão na configuração desse relacionamento, e como bem reconhece Andersen (2001:768), são países competidores no que tange à influência no Sudeste Asiático, envolvendo questões estratégicas ligadas ao fator energético, além de perceber nesta região uma entrada para o Oceano Índico.

Na Índia, não é consenso que a China é um vizinho benigno e grandemente confiável. Muitos veem os chineses com uma política expansionista e agressiva. Por outro lado, conforme Ranganathan & Khanna (2000: 155 *apud* Singh 2008:84), é crescente o pensamento de que a China é uma civilização antiga e irmã, prevalecendo nos dias atuais relações amigáveis e cooperativas.

A visão dominante sobre a China se encaixa entre esses dois extremos e reclamações de que as relações bilaterais melhoraram desde final dos anos 1980, e que os focos potenciais nas relações, tais como disputas territoriais e a questão do Tibete, estão efetivamente mais tranquilas ou marginalizadas (Mohan 2003: 10; Sidhu e Yuan 2003: 49 in Singh, 2008: 85).

Bilateralmente, o comercio entre China e Índia tem se mostrado altamente satisfatório. Isso fica patente a partir dos dados estatísticos expostos pelo Estado chinês, que mostrou que após 20 anos de liberalização (1978-1997), enquanto o comércio internacional da China cresceu 14 vezes, o comercio entre Índia-China aumentou em 16 (Singh, 2008: 93). O que se viu posteriormente, segundo Singh (*Ibidem*) “foi um boom sem precedentes, principalmente após os testes nucleares da Índia em maio de 1998, quando o comercio anual passou de 1,9 bilhões em 1998 para 30 bilhões em 2007”. O autor conclui que,

Given the current trends of globalisation as also the revolution in military affairs, it seems more and more unlikely that India and China will choose to settle conflictive issues through military aggression. The possession of nuclear weapons on both sides will further ensure that their competition is managed at a mutually acceptable level and that no actions from one side are allowed to threaten the other (Singh, 2008: 95).

Como demonstra Rana (2008: 301), para Pequim, uma maior aproximação com Nova Delhi é muito bem vinda, como fica claro nas tentativas chinesas de iniciar alguma forma de cooperação com a SAARC, “tomando forma a partir da 14ª reunião cimeira do grupo, realizada em Nova Delhi, quando a China, em conjunto com os EUA, a UE, Coréia do Sul e Japão, participou como observador”.

As projeções de Singh são otimistas em relação ao futuro de Índia e China, que tem como ponto de partida o fortalecimento econômico que ambos os Estados agregarão ao longo dos anos:

Looking out over 100 years, even their competition as two major economic powers of Asia might become far more stable and manageable. According to most experts, the twenty-first century is likely to see both China and India emerge as major economic powers, although they may not be able to regain their earlier position when these two societies together accounted for over half of the world's output. Increasingly, their competition for economic power will be dominated by their progress in the realm of science and technology which will provide it with a different character than cannot even be conceived now. Going by the predictions of futurologists—who project human beings moving from knowledge based societies to colonising other planets within the next 100 years—scientific skilled manpower will prove a major asset for both China and India. Even otherwise, these large populations would work as forces for the most basic human activities—production and consumption—thereby providing the necessary momentum for India and China to emerge as major powers (Singh, 2008: 95).

Para além das questões econômicas, o cenário regional envolve China e Índia em fatores complexos político-estratégicos, com interesses que não necessariamente estão no nível de convergência. Fiori (2007: 18) faz questão de destacar que, depois dos anos 1990, “Índia e China se projetaram dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, com claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões”.

É do conhecimento de muitos que as relações entre China e Índia vivenciam um clima mais amistoso, tendo como premissa fundamental a interdependência econômica criada em torno dessa relação. A Índia com sua política de globalização ancorada na liberalização econômica, mais do que nunca necessita de parcerias que atendam aos seus anseios de manutenção dos seus bons níveis de crescimento econômico. Como

ficou claro com a Look East Policy, os indianos priorizaram o Leste Asiático como ambiente capaz de possibilitar tais benefícios para sua economia. Em outras palavras, a Índia que hoje chama atenção da comunidade internacional, é aquela que vem passando uma imagem de um Estado que soube se adaptar ao comércio internacional, de onde vem tirando vantagens significativas para seu desenvolvimento. Sob esta perspectiva de ganhos mútuos, chineses e indianos vêm aumentando os níveis de cooperação, e que se estende para diferentes setores:

Despite the anxieties elicited by the now simultaneous rise of Asia's two largest countries, New Delhi calls its relationship with Beijing a "priority" and asserts that the two countries have "stepped up functional cooperation in all areas, including efforts to build military-to-military trust and confidence through bilateral defense interactions" that are "growing." It also notes ongoing bilateral cooperation in areas such as finance, agriculture, water resources, energy, environment, tourism, and information technology, along with joint efforts in multilateral forum on global issues such as trade negotiations and energy security, which includes "cooperating very closely" on climate change issues.⁹⁴ Both governments have hailed their "strategic and cooperative partnership" which, according to New Delhi, has established important confidence-building measures and broadened people-to-people contacts (Congressional Research Service, 2011: 23).

O entusiasmo com este ambiente não se dá por um mero otimismo especulativo. Em termos práticos, como foi salientado anteriormente, o comércio entre estes dois países chama atenção pelo seu crescimento. Como divulgado pelo Congressional Research Service (2011: 24), a China é atualmente o principal parceiro comercial da Índia:

China has in recent years overtaken the United States as India's leading trade partner. The value of India-China trade surpassed \$62 billion in 2010, up an impressive 43% over the previous year. China is the single largest source of imports for India, accounting for above \$40 billion worth or more than 11% of all imports in 2010/11. China is also the third largest export market for Indian goods (behind the United Arab Emirates and United States), accounting for \$19.4 billion worth or about 7.7% of all exports in 2010/11[...] (Congressional Research Service, 2011: 24). [grifo nosso].

Conforme Mohan (2008 *apud* Rajagopalan & Sahni, 2008: 12), uma das maneiras de observar as relações da Índia com outros Estados é a partir das relações bilaterais que vem se desenvolvendo, tendo como determinação interesses comuns e o resultado do esforço e do investimento que cada lado está disposto para se dedicar a essa relação. É sob este prisma que muitos analistas interpretam as relações entre China e Índia no atual contexto liberal.

No entanto, devido ao histórico de desconfiança que passou a fazer parte das relações entre chineses e indianos a partir de 1962, é equivocada afirmar que um clima conflituoso está ausente³³.

A disputa fronteiriça está latente, no qual uma aliança mais estreita nos próximos anos passaria pela resolução desse litígio³⁴. Outro fator que contribui para uma visão de desconfiança dos indianos em relação aos chineses é saber que foram eles que cooperaram no armamento nuclear do Paquistão. Andersen (2001: 767) aponta para o fato de que a política externa da Índia durante quatro décadas foi estruturada em torno das ameaças do Paquistão e da China. Além disso, a China construiu fortes laços políticos e econômicos com quase todos os vizinhos da Índia no Sul da Ásia, onde pode ser interpretado como uma forma de amarrar a Índia dentro de um quadro regional que tem sido largamente prejudicial aos seus interesses e intenções (Rajagopalan & Sahni, 2008:16).

A Índia se ressentida da liberdade de que dispõe o governo chinês para modernizar seu programa nuclear sem sofrer a pressão contrária de fóruns internacionais, assim como do auxílio que a China teria fornecido ao programa nuclear paquistanês.

Os indianos continuam a observar algumas ações da China como sendo uma clara demonstração de tentar cercar e restringir o raio de ação da Índia. As relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com Sri Lanka reforçam esse pensamento, tendo em vista o aumento da influência chinesa no Sul da Ásia, zona de influência imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses não veem com bons olhos a aproximação dos indianos com os Estados Unidos, especialmente quando se trata da nova parceria estratégica e atômica. Atitudes que são vistas como uma forma de tentar fazer um “cerco” à China (Fiori, 2007: 17-18). O clima de tensão latente, juntamente com as boas relações econômicas entre os dois países evidencia o nível de

³³Chinese realism assumes an imprudent view of possible adversaries, and there is little indication that China’s view of India has changed since the 1950s. But balancing China is a process that is delicately done. India’s nuclear arsenal gives it a certain baseline power capability that China cannot afford to overlook; New Delhi should therefore be confident of handling its security concerns regarding China at the military level. At the larger strategic level, New Delhi needs to continue focusing on improving its economic power, which is the root of national power, and resolving old border disputes with China. But New Delhi also needs to pay greater attention to potential allies such as Russia, Japan, Vietnam and South Korea to balance China [...] (Rajagopalan & Sahni, 2008: 15-16). [grifo nosso].

³⁴ China is a country against which India has fought—and lost—a war in 1962. Nearly half a million Indian soldiers are deployed on India’s long and long-disputed northern border with China (Rajagopalan & Sahni, 2008: 16).

complexidade que se estabelece nessa relação, no qual, fazer projeções tendo como variável apenas questões puramente econômicas ou políticas acaba por ter uma visão simplista do cenário que envolve as duas economias que mais crescem no mundo na atualidade. Fiori (2007: 17-18) chama atenção para a emergência de um clima cada vez mais conflituoso, onde as questões estratégicas dão o rumo da política na região:

Tudo isto, são fatos, expectativas e desdobramentos que caracterizam uma relação muito próxima de competição territorial e bélica, em torno da supremacia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia. Além disto, como já vimos, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, na luta para assegurar sua “segurança energética”. A China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e dos seus arsenais. Como no caso de sua frota submarina chinesa, movida, simultaneamente, à energia diesel e à energia atômica, o que caracteriza uma indiscutível preocupação de controle marítimo do Pacífico Sul. E o mesmo se pode dizer do recente desenvolvimento do novo sistema chinês de ataque e destruição de satélites - tecnologia que só tinham os Estados Unidos e a Rússia - e que coloca a China em condições de destruir o nexo básico de controle da nova tecnologia de guerra norte-americana [...]. O expansionismo chinês, fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas dentro da Ásia, o projeto chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar. (Fiori, 2007: 17-18). [grifo nosso].

Raposo (2007: 6) vai além ao analisar as estratégias e interesses dos chineses em relação à Índia. Para ele, há um processo simultâneo, no qual a China desenvolve laços comerciais e ao mesmo tempo, uma política de contenção geopolítica à Índia. Nas palavras do autor (*Ibidem*), “enquanto estabelece laços econômicos com a Índia, reforça a ligação política e estratégica com o arquirrival da Índia, o Paquistão”. Para tanto:

A China pretende expandir a auto-estrada Karakoram (que liga a China à costa paquistanesa) e já construiu um porto de águas profundas em Gwadar; Pequim também já tem acordos navais com a Birmânia e o Sri Lanka, no flanco oriental da Índia. Através desta estratégia (Birmânia, Sri Lanka, Paquistão), a China pretende cercar a Índia, afirmando-se como indiscutível senhora da Ásia (Raposo, 2007: 6).

No entendimento do supracitado autor (*Ibidem*: 6), a resposta indiana às ações chinesas se deu através do fortalecimento dos laços com os Estados vizinhos da China, estruturada em torno da Look East Policy, além de estabelecer novos laços com o Japão, Vietnã e Taiwan, e reforçando os já existentes com a Austrália e Nova Zelândia. O autor conclui que a parceria com os Estados Unidos é o fechamento de uma estrutura dentro da lógica da Look East Policy.

Outra estratégia indiana contra o caráter expansionista chinês na região é buscar responder a essa penetração, e para isso, conta com fato de ser o país mais poderoso do Sul Asiático. Para tanto, é de suma importância conter as tensões com o Paquistão, além

de fazer valer seu papel de liderança para fortalecer os laços com os Estados da região dentro do quadro da SAARC, que conta atualmente com o Afeganistão, país que entrou no grupo recentemente (Gaspar, 2008: 126). Este autor também percebe o movimento indiano na busca de uma maior presença nos quadros multilaterais asiáticos a par da China, o que inclui a Cúpula da Ásia Oriental, o Fórum Regional da ASEAN, bem como o interesse em participar da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC). No mesmo grau de importância está a aproximação dos indianos com os Estados Unidos, atrelado no desenvolvimento de relações bilaterais e multilaterais com Estados aliados dos norte-americanos, como Japão e Austrália, formando um eixo democrático que, Gaspar (2008) denomina de *Iniciativa Quadrilateral*. Além disso, há uma dimensão de segurança com Singapura, potencializada através da realização de manobras navais conjuntas.

A China desponta como a maior força no continente asiático, não apenas pautado na pujança de sua economia, como também no seu poderio bélico e a crescente influência de sua cultura em distintos pontos do planeta. Projeções apontam a emergência chinesa no nível internacional num futuro próximo, com uma possível rivalidade com os Estados Unidos pela hegemonia mundial.

Diante das ambições indianas de maior inserção regional, a China é um ator chave, seja como um parceiro ou adversário. O passado conflituoso é o combustível para alimentar um sentimento de desconfiança e distanciamento, ao mesmo tempo em que os ventos do liberalismo fomentaram maior aproximação e parcerias, mostrando-se como aliados com interesses comuns, tendo em vista o desenvolvimento econômico. Deve-se levar em conta que o nível de cooperação entre Pequim e Nova Delhi ultrapassa a geografia regional. A aproximação entre os países do chamado eixo Sul-Sul, onde China e Índia estão incluídos, vem desenvolvendo uma articulação política e comercial cada vez mais incisiva nos fóruns multilaterais, envolvendo parceiros de outros continentes.

Mohanty & Chaturvedi (2005: 4) se voltam para análise da relação chinesa e indiana com os países emergentes, onde destaca que houve um aumento nas importações e exportações, em detrimento dos países desenvolvidos, no qual, as taxas médias de crescimento de exportações indianas para os países em desenvolvimento aumentaram de 12,2 por cento durante 1985-1994 para 16,5 por cento no período entre 1995-2004, enquanto as taxas similares para os países desenvolvidos caíram de 13,6 por

cento para 8,9 por cento, durante os períodos correspondentes. Isso reflete uma mudança estrutural, ou seja, num novo tipo de parcerias e estratégias que passa a compor o grupo dos países do chamado eixo Sul-Sul, alterando a dependência de importações, que no caso de China e Índia, transfere dos países desenvolvidos para os países emergentes. Entre os períodos de 1985-1994 e 1995-2004, a participação das importações da Índia, advindas dos países desenvolvidos caiu de 56,4 por cento para 43,1 por cento (*Ibidem*: 4-5).

Também deve ser salientado o crescimento das importações indianas e chinesas para a Ásia, em particular, a intensificação que se deu no período de 1995-2004, onde este comércio cresceu 21.0% em comparação a 1985-94 que apresentou uma porcentagem de 12.6. Conseqüentemente, houve uma diminuição das importações da Europa, o que comprova a preocupação indiana em diminuir sua dependência com parceiros tradicionais.

Portanto, estes Estados estão inseridos numa estrutura cooperativa complexa e que envolve outros países emergentes no âmbito global, como Brasil e África do Sul. Basrur (2009: 16) conclui que “apesar das reservas indianas sobre as intenções da China, a relação entre ambos passou de um jogo de soma zero para um jogo misto”, simultaneamente com uma cooperação no comércio para benefício mútuo. Isso se traduz na política externa indiana, onde reconhece o grande custo potencial de uma relação antagônica com os chineses.

Fiori (2007) reforça esse pensamento de que China e Índia juntamente com Brasil e África do Sul, hoje são Estados que tem um discurso compartilhado em fóruns multilaterais, consequência de estarem figurando no “bloco” de países emergentes:

Brasil, a África do Sul e a Índia - e mesmo a China, ainda que seja por pouco tempo mais – ainda ocupam a posição comum dos “países ascendentes”, que sempre reivindicam mudanças nas regras de “gestão” do sistema mundial, e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Por isto, neste momento, compartilham uma agenda reformista com relação ao Sistema das Nações Unidas, e à formação do seu Conselho de Segurança. Da mesma forma como compartilham posições liberalizantes, na Rodada de Doha, formando o G20, dentro da Organização Mundial do Comércio (Fiori, 2007: 20).

Segundo defende o autor, (*Ibidem*: 21) haverá um distanciamento progressivo entre China e Índia, e mesmo em relação ao Brasil e a África do Sul. No entanto, ao contrário de sua percepção, verificamos uma maior interação entre China e Índia, mesmo com a latente presença de assimetrias e rivalidades, no qual pode ser

comprovado com a efetivação do G20 financeiro e a representatividade dos BRICS. Portanto, há um fortalecimento nesta relação, ao mesmo tempo em que, juntamente com o Brasil, estes Estados reconhecem a discrepância do atual Sistema Internacional, pautada numa ordem que tem como característica maior a preservação dos interesses dos países “desenvolvidos”.

Muito mais do que encerrar uma luta ideológica, o fim da Guerra Fria reconfigurou antigas relações entre países, e dentre elas, o complexo relacionamento entre Índia e China. O contexto atual asiático trás a tona o protagonismo desses Estados, que tem no fortalecimento econômico a mola propulsora para uma postura mais proativa em termos políticos. No caso indiano isso se mostra bem mais explícito com as reformas econômicas de 1991 e a inflexão em sua política externa, além do lançamento da Look East Policy. Politicamente a Índia se lança num processo de inserção regional, o que pode ser visto como algo que choca com os interesses hegemônicos chineses. Há algumas questões litigiosas no seio dessa relação e, geradoras de climas conflituosos, latentes ou abertos. No entanto, a imagem de potência emergente associada à Índia está ancorada em muito ao seu fortalecimento econômico pós-liberalização – além de suas capacidades bélicas, populacionais, geográficas, de liderança dos países emergentes, etc. Portanto, um dos pilares sustentadores do poderio indiano atual é o fator econômico, e no qual, bebe muito da relação com os chineses. Assim sendo, por mais que a Índia tenha um poder de autonomia e uma diversificação de parcerias, não deverá abrir mão da aproximação com a China, principalmente pelo fato de ter no paradigma de fortalecimento econômico, a pedra angular de sua inserção regional.

O que também conta para o não distanciamento do continente asiático, e onde incluímos a China, é perceber que empiricamente a relação da Índia com o Ocidente foi marcada por exploração e desconfiança. Portanto, para a Índia é muito mais interessante extrair do chineses as potencialidades que ora se vislumbram, o que torna um possível conflito entre ambos, algo não factível para um futuro próximo.

3.2 A aproximação com o Japão: uma estratégia para conter a China?

A ascensão chinesa na Ásia vem a transformar a política externa de outros Estados da região, como se percebe no Japão, que inicia uma nova postura estratégica, percebido por (Rajagopalan & Sahni 2008: 16) como um fator positivo aos interesses da

Índia. Assim, o fator China tem uma relação direta com as relações indo-japonesas, ou seja, a emergência regional chinesa influenciou o estreitamento das relações da Índia com o Japão, diferentemente da configuração que estes países experimentaram no período de bipolaridade, o que reforça a percepção de que, atrelada a política de liberalização econômica da Índia, a desconfiança à possível política expansionista chinesa, fomenta articulações entre Estados asiáticos em torno da defesa contra esta potência regional.

Ao longo da Guerra Fria, o Japão se mostrou distante da Índia, chegando ao ponto de reagir negativamente aos testes nucleares para fins pacíficos realizados pela Índia em 1974, onde prontamente, os japoneses assinaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1976. A partir de então, se tornou um forte defensor ao lado dos outros países nucleares na prevenção da expansão do clube dos países nuclearizados. A reação japonesa não foi diferente diante dos novos testes nucleares indianos em 1998, onde na ocasião, suspendeu todas as subvenções e novos empréstimos (Jain in Paul, 2008: 106). Além disso,

Japan treated India on par with Pakistan with regard to the dispute between the two countries. Throughout the history of the conflict, Japan pursued a delicate balancing act with regard to South Asia. Its policy towards the problem was in consonance with US policy towards South Asia. Japan's attitude to the 1971 Bangladesh crisis was also halfhearted vis-à-vis India. Japan joined Italy and Belgium in forwarding a UN resolution demanding immediate ceasefire and cessation of all military activities by India. Japan subsequently supported another UN resolution sponsored by the US condemning India's military assistance to Sheikh Mujibur Rehman's revolt against Pakistani forces. India regretted Japan's actions, particularly its suspension of aid to India, an action that was in sharp contrast to other major economies like Britain, France and West Germany, which continued their aid programmes to India. Thus, Japanese reaction to the critical problems faced by India widened the gap between the two countries. Japan was increasingly seen by India as a US surrogate in Asia. Likewise, the Indo-Soviet Treaty of Peace, Friendship and Cooperation of 1971 led Japan to presume that India was a de facto Soviet ally in the region (Paul, 2008: 106).

Configurando-se como um divisor de águas nas relações indo-japonesas, o período pós 1991, abriu espaço para as relações de natureza econômica. No entanto, como chama atenção Paul (2008: 99), “a mudança na dinâmica asiática, especialmente com a ascensão da China [...], forçou o Japão a revigorar melhores relações com os outros países asiáticos”. Paul também identifica a preocupação de Nova Delhi em estabelecer relações amigáveis com todas as grandes potências, incluindo China, tendo

em vista a necessidade de levar à diante suas altas taxas de crescimento econômico atuais.

O autor (*Ibidem*: 106) sintetiza o cenário das relações Índia-Japão, mostrando o interesse mútuo entre as lideranças dos dois países. Ele também apresenta os resultados econômicos favoráveis, o que nos faz pensar que essa relação bilateral tende a representar uma importante fonte para a economia indiana, uma vez que, se concentrada no setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) - responsável por boa parte do crescimento da economia indiana-, o Japão tem muito a oferecer aos indianos em termos de conhecimento em ciência e tecnologia:

During the 1990s therefore, Indo-Japan relations improved substantially. Prime Minister Narasimha Rao visited Japan in June 1992 to explain India's economic policy and seek Japanese cooperation in India's economic development. In response to India's liberalisation, a Japanese foreign ministry sponsored delegation consisting of over 100 corporate representatives, industrialists and financiers, as well as officials from the ministries of foreign affairs, finance, international trade and industry visited New Delhi on 26 January 1992 to explore the possibilities for investments in select high potential sectors of the Indian economy (Esho 1999). The delegation expressed Japanese appreciation for the reform process and sought assurance from the government that there would be no policy reversals in the reform process. As a result of these positive developments, India's exports to Japan increased from 303.9 million in 1990-91 to 1.59 billion in 1999-2000 and further to 4.56 billion in 2005-06 (Paul, 2008: 101).

Como salientado anteriormente, a maior proximidade comercial destes países, sobretudo na década de 1990, abre espaço para uma parceria de grande relevância no que tange ao setor de TIC's. Oportunidades que logo foram percebidas pelas lideranças indianas, onde estão sendo reforçadas e ampliadas para diferentes áreas:

As India moves towards a knowledge-based economy, it has sought Japanese assistance for the further advancement of this sector. In this regard, Japan has agreed to cooperate in science and technology, including in frontier areas of research and development (R&D) and has decided for joint R&D programmes in areas such as nanotechnology, life sciences and information and communication technology. MoUs have been signed between the Indian Department of Science and Technology (DST) and RIKEN of Japan (Institute of Physical and Chemical Research), Japan Science and Technology Agency (JST), and the Japan Society for the Promotion of Science (JSPS). Collaboration has also been agreed between the National Institute of Advanced and Industrial Science and Technology of Japan and Indian research institutions, particularly Council of Scientific and Industrial Research (CSIR), DST, Department of Biotechnology and Jawaharlal Nehru Centre for Advanced Scientific Research. This sea change, as seen in the planned bilateral projects, the large yen outlays and the transfer of technology and human resources between India and Japan, indicates that both countries have come together for cooperation in a comprehensive manner. In his address to the Japanese Parliament, Prime Minister Manmohan Singh stated: 'I invite Japanese companies to expand their presence in India', adding that 'economic ties must be the bedrock of our relationship and a strong push is

required in this area' (Subramaniam 2006). The Indian Prime Minister also pointed out that the time has 'come for our two ancient civilizations to build a strong contemporary relationship involving strategic and global partnership' and the 'most important area in which we can build this partnership is in the field of knowledge economy' (Subramaniam 2006 in Paul, 2008: 103-104).

A convergência de interesses entre o Japão e a Índia para Reddy (2011: 143) foi impulsionada pela Look East Policy indiana, desenvolvendo com isso, uma parceria estratégica, onde o autor (*Ibidem*: 143) visualiza a presença de “laços estreitos entre a Índia e o Japão destinado a se tornar um força motriz fundamental na formação de uma nova ordem internacional na Ásia com base nos ‘valores e princípios democráticos de mercado’”. Portanto, ambos são susceptíveis de se tornarem parceiros intimamente ligados nos próximos anos com base em valores comuns e interesses estratégicos, além de ser um complemento útil para a tradicional dependência estratégica do Japão sobre os EUA.

Como colocado por Paul (2008: 106-107), “o fim da Guerra Fria mudou profundamente o sistema internacional e levou a reestruturação do ambiente de segurança da Ásia Oriental”. Na percepção do mesmo autor também há um declínio relativo da presença dos norte-americanos no Leste da Ásia, ao mesmo tempo em que é patente a emergência da China como um novo centro de poder regional, compelindo o Japão a reorientar sua política para a Ásia, no qual foi forçado a seguir uma política de abordagem cooperativa para a segurança regional (Drifte, 1996: 50 in Paul, 2008). Gordon (1995: 215 *apud* Paul, 2008) argumente que o Japão vem reforçando a participação da Índia na região Ásia-Pacífico. O Japão apoiou a candidatura indiana para o Fórum Regional da ASEAN (ARF) que discute assuntos relacionados à segurança, e isso reflete estrategicamente o posicionamento japonês em ter sob seu terreno regional a presença indiana.

Paul (2005 *apud* Paul, 2008: 108) relaciona esta nova iniciativa japonesa não apenas como algo significativo perante o contexto de disputa China-Japão, mas aponta para uma fase genuinamente nova nas relações entre Índia e Japão, simbolizando o reconhecimento deste último em relação à importância estratégica da Índia na Ásia, em especial no que tange ao seu papel político e militar:

Japan's new approach to India culminated in the understanding that a better strategic engagement with India is necessary for the preservation of Asian security, even though Japan had always preferred the US for ensuring peace and stability in Asia (Paul, 2008:108).

No seu terceiro Programa Nacional de Defesa, Diretrizes de 2004, China e Coréia do Norte foram referidas como as principais "ameaças" para Japão (Shimoyashi 2004 in Paul, 2008: 110). Esta apreensão foi agravada pelo crescimento econômico da China, e pelo qualitativo acúmulo de suas forças armadas. Como coloca o autor (*Ibidem*: 112), “uma parceria mais forte de longo prazo com a Índia é necessária, tendo em vista as prioridades estratégicas do Japão”. A partir de agora, a relação estratégica entre os dois países, é, sobretudo, visível em dois domínios: segurança marítima³⁵ e de segurança energética.

A Índia tem hoje uma grande preocupação com a segurança energética, onde seu modelo de desenvolvimento econômico demanda uma maior capacidade para este setor, visto como essencial para a manutenção do crescimento da economia nacional. Nesse contexto, o Japão surge como um grande parceiro para os projetos indianos de incrementação energética. Como bem salientado por Gopalakrishnan (2005: 2936 *apud* Paul, 2008: 114), o departamento de energia atômica da Índia colocou em prática um ambicioso plano para gerar 20.000 Mwe através de energia nuclear até 2020 dos atuais 1.840 Mwe, assim atendendo a 10 por cento das necessidades energéticas da Índia. Essa parcela seria reforçada para 25 por cento da produção total de energia em 2050. Portanto, o Japão³⁶ pode oferecer tecnologia sofisticada e de hardware para o programa de energia nuclear civil indiano.

Em termos políticos, o relacionamento da Índia com o Japão vem sendo impulsionado a partir da percepção de que a China pode ser uma ameaça futura à segurança regional. Dentro de uma análise com base na balança de poder, Mearsheimer

³⁵ 80 por cento do petróleo e 20 por cento dos navios com destino ao Japão passam pelo Estreito de Malaca, e a sua proteção é uma questão de preocupação para o Japão. O Estreito de Malaca é muito propenso a roubo, pirataria e outras formas de terrorismo marítimo. De acordo com a Organização Marítima Internacional (OMI), só em 2003 houve 375 incidentes contra navios dos quais 42 por cento foram ataques de piratas, tornando a "passagem mais perigosa de todas" (para os petroleiros). Em termos financeiros, estimou-se que a perda de carga e aumento dos custos de montante de seguro de 16 bilhões de dólares por ano (Pinto 2006a: 2519). Em média, 600 navios de transitam no estreito a cada dia. Desde que o Japão não têm acesso direto para proteger os seus interesses nesta região, coopera com países amistoso para garantir a segurança da rota de navegação. Em 1999, a marinha indiana recuperou um navio mercante *MV japonês Alondra do arco-íris*, que tinha sido sequestrado no Estreito de Malaca, na costa de Goa. Tais incidentes têm levado a aproximação de coordenação entre as forças navais do Japão e da Índia (Paul: 2008: 112).

³⁶ O Japão é o terceiro maior produtor de energia nuclear depois de os EUA e a França. Hoje em dia, 30 por cento da exigência de energia do Japão é atendida por energia nuclear. Esta ação é prevista aumentar para 40 por cento de sua produção total em 2030 (Paul, 2008: 114).

(2006: 160 *apud* Paul: 2008: 115) faz uma reflexão acerca de uma estrutura política na Ásia, no qual a China e seus aliados estariam em um dos polos, enquanto os Estados Unidos com seus antigos aliados, incluindo o Japão e até mesmo a Índia, comporia a outra ponta.

A conclusão de Paul (2008: 116) é de que, através da possibilidade de uma maior interação estratégica entre a Índia e o Japão, embora não em termos militares explícitos, o ambiente regional poderá desfrutar de uma estabilidade e paz. Para ele:

The greater the strategic interaction between India and Japan, the lesser will be the threat against security in Asia. Thus, the strengthening of future Indo-Japanese relations will depend on how the Asian security order will evolve and the nature of China's approach to the order in the coming years (Paul: 2008: 116).

Portanto, mais do que uma aproximação de bases econômicas, Índia e Japão veem com bons olhos uma aproximação para fins estratégicos, e neste caso, a figura definidora desse processo é a China. É certo que, o dinamismo da economia chinesa vem gerando vultosos benefícios para as economias indiana e japonesa. No entanto, não é simplesmente ao apego às questões econômicas que estão em jogo na política internacional. Pelo que parece, esse é o pensamento que está presente nestes dois países, e que, portanto, olham com desconfiança o papel que a China vem desempenhando na Ásia, que hipoteticamente tende a se desdobrar para uma prática expansionista. Assim, gera-se um nível de convergência política em torno da segurança regional, que faz Índia e Japão estreitar seus laços, e juntamente com os Estados Unidos iniciar um jogo político de contenção à China.

3.3 A aproximação com os Estados Unidos: parceiro estratégico na Ásia?

A nova política externa desenvolvida pela Índia na década de 1990, como já foi salientado ostensivamente nos capítulos anteriores, ilustra a sua dinâmica dentro de parâmetros neoliberais, ao mesmo tempo em que mostra ao mundo a emergência de seu papel proativo na busca de maior inserção regional e global. A partir desta realidade em transformação, é sintomática a mudança de relacionamento do país com a nação hegemônica do mundo - Estados Unidos. Rajagopalan & Sahni (2008: 18) são enfáticos quando afirmam que após o colapso soviético, Nova Delhi foi rápida para perceber a importância dos EUA dentro de sua política atual. Paul (2008: 8) coloca como o marco desta relação, a administração de George W. Bush, onde iniciou maiores mudanças na política dos EUA em relação à Índia.

O fortalecimento das relações Índia-EUA tem como um de seus condicionantes, a emergência chinesa como grande força econômica e política no continente asiático, o que faz crescer a importância da Índia para os planos dos Estados Unidos em conter um possível expansionismo chinês. Por outro lado, como argumenta Bonnor (2008: 169), “é interessante para os indianos ter os norte-americanos ao seu lado como uma força estabilizadora na segurança asiática”.

No entanto, isso não significa que as ações políticas a serem tomadas pela Índia estarão entrelaçadas eminentemente para satisfação dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. A capacidade que a Índia possui atualmente em termos políticos e econômicos lhe possibilita certo grau de autonomia para fazer valer os seus interesses na região, e como aponta Bajpai:

Os dois poderes são nacionalistas e reserva o direito de guardar seus próprios interesses e de tomar ações unilaterais quando lhes convém fazê-los. Os EUA, por outro lado, é muito mais aberto para a ideia de intervenção. Esta é, portanto, uma área de diferença e contenção. É surpreendente que ao longo da última década ou mais, a Índia não ter apoiado a intervenção dos EUA nem mesmo num único caso, com exceção do Afeganistão, e tem sido muitas vezes publicamente crítica (Bajpai, 2008: 44). [tradução livre].

Outro ponto que ilustra a complexidade desta relação é colocado por Paul (2008: 9) quando pontua que,

Hoje, a Índia é um dos poucos países que genuinamente simpatizam com os Estados Unidos na guerra contra o terrorismo (não a intervenção do Iraque). No entanto, a política externa da Índia pode divergir sobre a questão da ação militar contra o Irã, bem como, sobre questões comerciais globais.

É bem verdade que a política liberal da Índia iniciada na década de 1990 favoreceu para uma maior aproximação com os norte-americanos. No entanto, a formalização de relacionamento mais estreito se deu com a assinatura em 2005, de um acordo de dez anos, “abrindo caminho para a produção conjunta de armas, cooperação em matéria de mísseis de defesa e suspensão do controle americano sobre vendas à Índia de tecnologias militares sensíveis” (Oliveira: 2008: 11).

No mesmo ano, foi criado um Fórum de Política de Comércio com o objetivo de expandir o engajamento econômico bilateral. Em 2010, por exemplo, o comércio entre Índia e Estados Unidos atingiu 48,753 bilhões de dólares, com a Índia exportando 29,531 bilhões e os Estados Unidos 19,222 bilhões, o que fez da Índia o 12º maior parceiro comercial para os EUA (Congressional Research Service, 2011: 74). Medidas norte-americanas de integração com o comércio indiano materializam o pensamento de que a Ásia atualmente é o grande centro dinâmico do mundo em termos econômicos e

comerciais, no qual, Raposo (2007: 6) se utiliza da afirmação de que “a globalização é cada vez mais asiática”.

Como ficou patente no período de bipolaridade, a Índia tinha na URSS seu principal parceiro econômico e político estratégico. No entanto, Chenoy (2008: 51) argumenta que:

O declínio econômico da Rússia após a desintegração soviética, a sua transição desconfortável para uma economia de mercado, o envolvimento da Rússia a novas amizades e aliados incluindo os EUA, a China e a União Europeia (UE) e uma abertura russa com o Paquistão levou à crença em Nova Delhi de que a Rússia não poderia mais ser um parceiro estável para a Índia. Por outro lado, a Índia com o status recém-adquirido como uma grande força, atraente para o seu crescimento econômico, de mercado, de classe média e novas aspirações, agora atrai os EUA [tradução livre].

Assim, diante de tais transformações no mapa político indiano, os Estados Unidos tem em mente ser o substituto da Rússia no que tange às questões de defesa indiana, ou seja, como um grande fornecedor de armas, principalmente ao perceber que a Índia gasta bilhões de dólares com este comércio (Chenoy, 2008: 55).

Raposo (2007) também observa uma mudança radical de curso nas relações entre a Índia e os Estados Unidos a partir da década de 1990. O autor atribui a maior inclinação norte-americana com o continente asiático ao fato de grandes transformações econômicas e políticas-estratégicas estarem mais efervescentes nesta região, principalmente com a China e a Índia como pivô. Em suas palavras, há um desvio no centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico, significando para os Estados Unidos desafios estratégicos, como o dilema de: 1) cooperação ou confronto com Pequim; 2) como gerir o ressurgimento do Japão com a emergência da Índia e da China; 3) e como coordenar a relação China – Índia. O autor (*Ibidem*: 3) chega à conclusão de que “o direcionamento estratégico tem sido a crescente aproximação entre Estados Unidos e Índia”.

Raposo (2007: 3) também compartilha do pensamento de que o acordo nuclear EUA-ÍNDIA representa muito mais do que uma parceria:

O acordo nuclear EUA – Índia é o dado que oficializa o ingresso de Nova Delhi no clube dos Grandes Poderes. Ao reconhecer o programa nuclear indiano, os EUA permitem a entrada da Índia no clube que pertencia em exclusivo, aos vencedores da II Guerra (China, França, Inglaterra, Rússia e EUA). Não há sinal político mais importante do que este.

Os dois lados apresentam um discurso pautado na naturalidade desta parceria. Para os Estados Unidos, a Índia é um aliado natural diante da ascensão chinesa. Raposo (2007: 6) argumenta que o papel da Índia é bem específico, ou seja, de contenção à

China, não entrando no tratamento das questões de combate ao terrorismo. Portanto, como reconhece o presente autor, esta é uma estratégia de longo prazo. Nos Estados Unidos, há um desvio na configuração das relações de força, deslocando o eixo da relação Índia-Paquistão do período de Guerra Fria, para o terreno da relação Índia-China. Neste sentido, a Índia passa a representar para os norte-americanos muito mais do que um parceiro comercial, ou seja, neste início de século XXI a Índia é um ator fundamental diante dos interesses norte-americanos no continente asiático.

Moreira Jr.(2011-2012) ressalta o desgaste do governo Bush, e vê como preocupação do governo Obama, investir em diálogos bilaterais, enfatizando a importância das novas forças. Estratégia que coloca a Índia no cerne da política norte-americana para o continente asiático, fazendo dessa parceria o imperativo para fazer valer seus interesses na região, sobretudo, na continuidade do acesso aos recursos energéticos.

Cada vez mais, o estreitamento das relações indo-americanas está condicionado pela ascensão chinesa.

Para a Índia, o relacionamento que se estabelece com a China atualmente gira em torno da percepção de que no campo econômico, o nível de cooperação comercial é uma das molas propulsoras da política liberal indiana, principalmente pelo fato desta última está direcionada para a dinâmica regional. Diante disso, a relação comercial entre China e Índia está com um crescente enraizamento, o que é fundamental para o desenvolvimento econômico da Índia. Por outro lado, na mente dos indianos, a China é seu principal desafio estratégico, o que para Raposo (*Ibidem*: 6), faz todo sentido a maior aproximação da Índia com os Estados Unidos.

O supracitado autor (*Ibidem*) lança mão de uma abordagem na qual, identifica uma base normativa no campo político que fortalece a aproximação Índia-EUA. Em outras palavras, há uma mudança de perspectiva no pensamento indiano que mexe profundamente com sua política externa em relação aos norte-americanos, se estendendo para além da questão do poder. Passa a ser incorporada ao imaginário identitário do país a percepção da legitimidade internacional da democracia liberal, contexto no qual a Índia se configura na maior democracia do mundo – em termos populacionais. Desde sua independência em 1947 que a democracia é uma marca nacional, no entanto, como defende Tavares (2007: 7), diferentemente de antes, a Índia coloca hoje a democracia no centro de sua política externa, transferindo o idealismo de

solidariedade entre os povos colonizados, de outrora, para uma concepção identitária em torno de valores liberais.

Tavares (*Ibidem*: 8) afirma categoricamente que, “em suma, (1) imperativos estratégicos (isto é, a China) e (2) a partilha da identidade liberal³⁷ são as causas que determinam a crescente intimidade estratégica entre Nova Delhi e Washington”.

Portanto, de acordo com esse pensamento a relação entre esses Estados representa uma convergência de interesses políticos e econômicos que tem em questões normativas sua legitimidade de ação. Situação na qual a Índia poderá tirar proveito para reforçar seus laços estratégicos com os Estados Unidos e demais democracias asiáticas (Japão, Austrália, por exemplo), para com isso, contribuir com seu projeto de inserção regional. Do lado norte-americano a percepção é de que a Índia é prioridade na consecução de sua política externa, onde sua importância pode ser comparada a do Japão e dos europeus no mapa de suas parcerias. Seja nos cálculos estratégicos ou econômicos, a Índia é fundamental para os norte-americanos (Tavares, 2007: 8-9).

Gaspar (2008) ao analisar a mudança nas relações da Índia com os Estados Unidos com o fim da Guerra Fria, e de forma mais pontual após o 11 de setembro, acredita que muitos interesses recíprocos estão em jogo, sobretudo, em barrar uma possível hegemonia chinesa na Ásia. Não por acaso, a Índia tem estreitado suas relações com Estados aliados dos norte-americanos, como Japão e Austrália. Por sua vez, os Estados Unidos tem como estratégia criar um esboço em torno de um “Quadrilátero Democrático” (Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália). Essa equação poderia vir a configurar uma estratégia de segurança a nível regional entre Austrália e Japão, em articulação com os Estados Unidos, formando com isso uma *Segurança Trilateral*. Quadro que pode ser alargado caso a Índia seja adicionada, e onde Gaspar (2007: 132) coloca que, “esse quadro pode apontar, senão para a criação de uma aliança militar, pelo menos para uma convergência política entre as democracias, criando uma clivagem adicional importante na competição asiática, que opõe a Índia e o Japão à China”. No entanto, o autor (*Ibidem*) tem a percepção de que, em relação à aproximação Índia-

³⁷ Outrora um (quase) monopólio do Atlântico Norte, o regime constitucional (democracia liberal) que detém a legitimidade desta ordem internacional é hoje uma realidade plural e global. Índia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, África do Sul, Israel, são democracias liberais fora da esfera do Atlântico Norte. No início do século XXI, americanos e europeus são obrigados a partilhar a legitimidade que advém da democracia liberal. Ou seja, além de ter perdido a centralidade em termos de poder, o Atlântico Norte também perdeu o monopólio da legitimidade normativa (Tavares, 2007: 10)

Estados Unidos, há uma limitação às questões estratégicas (do lado indiano), onde os interesses são convergentes, diferentemente do Japão, que desde a década de 1950 é um aliado natural dos norte-americanos.

Na ótica de Moreira Jr. (2011-2012: 78), diante da busca indiana em alcançar inserção regional e influência global, os laços com os Estados Unidos são determinantes, e “muitos dos aspectos tradicionalmente reconhecidos na postura internacional indiana, desde os tempos de líder dos países não alinhados, continuarão marcando suas opções na política internacional contemporânea”. Porém essa dinâmica se dá sob nova roupagem, com o país agora tendo em mãos um maior peso econômico e novas dimensões de poder político e militar. Moreira Jr. encerra seu pensamento argumentando que o avanço nos fóruns de cooperação Sul-Sul, como G-20 e IBAS, vem lhe conferindo uma crescente autonomia na arena política internacional (*Ibidem*: 78-79).

O caráter autônomo conferido à política indiana no plano internacional reflete no desenho de suas parcerias. Como ficou patente, o fim da Guerra Fria e o mergulho indiano ao liberalismo, tornou possível uma aproximação com os Estados Unidos, e de onde se pode conjecturar apoio político e maiores relações comerciais. O contexto dessa aproximação é pautado em interesses convergentes e numa mudança no sistema internacional, com ascensão de novos polos de poder e o enfraquecimento de algumas potências.

Neste cenário, a Índia entra em cena como uma potência em ascensão, que tem no recorte regional seu raio de atuação mais imediata. Região essa, onde está presente a China, um potencial competidor. Neste sentido, os Estados Unidos surgem como parceiro mais apropriado, tendo em vista suas capacidades e influência na região. País simpático com o projeto indiano de inserção regional, e que tem a preocupação de não ver desenvolver um expansionismo chinês na Ásia. A convergência de interesses tem na formalização de parcerias a materialização de interesses compartilhados. Desse modo, se destaca a centralidade norte-americana aos interesses indianos na Ásia, de onde se pode esperar um intenso apoio e fortalecimentos dos laços.

Por outro lado, essa Índia que se vê próxima dos Estados Unidos, é a mesma que vislumbra apropriação de poder e ampliação de sua autonomia no plano internacional. Portanto, qualquer tipo de aproximação com uma grande potência terá um caráter eminentemente instrumental, direcionado para maximizar seus interesses estratégicos no continente asiático. Assim, a figura dos Estados Unidos se mostra como mais um

ferramenta contributiva para seus interesses proativos, o que não pode ser interpretado como o início de uma aliança que coloque os indianos na órbita dos norte-americanos, ao ponto de ser mais uma peça chave no continente asiático, correspondente aos seus interesses, a exemplo do que é o Japão.

CONCLUSÃO

É sintomático o crescimento econômico da Índia a partir da década de 1990. A interpretação mais usual para explicar esse *boom* é aquela que procura associar esse momento favorável com o processo de liberalização da economia do país, e a partir de então, puxado pelo setor de serviço, a Índia vem se destacando por ter a segunda economia que mais cresce no mundo. Paralelo às transformações estruturais da economia, também há uma acentuada inflexão na estrutura de sua política externa no contexto de pós Guerra Fria, rompendo-se com a herança idealista de Nehru.

De um país de não alinhamento e defensor da não proliferação nuclear, a Índia vem se mostrando atualmente como um Estado com preocupações proativas, e o cenário regional é o “palco” de sua atuação política mais imediata. Percebendo a importância do potencial econômico na agregação de poder, bem como, seus desdobramentos políticos, os indianos lançaram a Look East Policy. E esta busca de maior aproximação com os países do Leste Asiático reflete o pensamento da Índia em desenvolver influência nesta região, que além do fator econômico, coloca a Índia mais próxima politicamente desses países. Aproximação que, no atual contexto da política externa indiana, pode ser visto como um forte instrumento para contrabalançar os chineses em termos de presença nesta região.

Faz parte da atual política externa indiana galgar uma maior inserção no continente asiático, e no transcorrer desse percurso, China e Estados Unidos são atores chave, suscitando variadas interpretações quanto a formação de alianças e os interesses que acompanham estes Estados em configurações estratégicas. Diante disso, há muitas razões para esperar que um equilíbrio de poder na Ásia vá surgir durante os próximos anos. Atualmente, é a lógica política do realismo que se desenha na região, com seu equilíbrio de poder e dilema de segurança na condução interestatal. Na lógica deste pensamento, dois eixos opostos de poder figuram no continente asiático. Isto é, os Estados Unidos tentando conter a consolidação do poder hegemônico chinês, e por outro lado, a China almejando fazer valer seus interesses expansionistas e hegemônicos na região.

A Índia é um país central na configuração da bipolaridade China-EUA, o que pode representar uma força definidora nesta relação de poder. Neste sentido, suas preferências estão no bojo de forte complexidade política. A respeito do posicionamento

indiano, Rajagopalan & Sahni (2008: 18) argumentam que Nova Delhi não se deixará atrair para uma política de contenção à China, pelo menos abertamente, até porque no pensamento dos autores, “os Estados Unidos não consideram os interesses de segurança da Índia como seus próprios interesses”. Eles também não acreditam numa investida indiana de aliança asiática contra os Estados Unidos, justificado pelo fato de que tal eixo seria liderado pela China. Também tem a questão fronteiriça, onde a China é uma vizinha com que a Índia compartilha uma fronteira enorme e ainda não resolvida. Eles encerram com a justificativa de que é improvável que a Índia troque a hegemonia global norte-americana por uma hegemonia continental chinesa (Rajagopalan & Sahni 2008: 18).

Para analisar a realidade atual da Índia, deve-se levar em consideração o recorte temporal da década de 1990, aonde se iniciaram mudanças paradigmáticas na economia e na política externa do país. Portanto quando afirmamos que atualmente os indianos não serão aliados estratégicos nem da China nem dos Estados Unidos, temos em mente que os benefícios advindos com as reformas econômicas do país criaram uma estrutura que fez do setor de serviços um forte pilar na configuração de sua economia. E, a internacionalização deste setor faz da Índia hoje, uma grande força da tecnologia da informação e comunicação. Portanto, essa política econômica adotada pelo país tem como necessidade, a criação de laços cooperativos e fortalecimento comercial com outros Estados, e aí, a China vem se tornando uma grande parceira.

Diferentemente do período de bipolaridade onde os indianos adotaram uma postura de não alinhamento, isto é, não se declarando abertamente aliados de nenhum dos lados, hoje a Índia é detentora de um maior poderio econômico e político, o que lhe confere uma nova roupagem ao caráter de autonomia, tendo em vista os polos de poder representado pela China e Estados Unidos.

Atrelado a isso está o fato de que a Índia está num processo de inserção regional, ancorada em suas potencialidades econômicas e políticas. Conforme destaca Raposo (2007: 6), “O desenvolvimento econômico gerado pelo capitalismo, ao contrário do que prega o otimismo liberal do fim de história, não cria harmonia entre os Estados”. Há sim, uma apropriação de poder para os Estados, reforçando sua capacidade para atuar no sistema internacional, e a globalização não esvazia o poder dos Estados. Em relação à Índia, este Estado nunca possuiu tanto poder como hoje. Raposo (*Ibidem*: 7) nos chama atenção para o fato de que, “o socialismo gerou fraqueza estrutural e descrença na Índia;

o capitalismo (que surgiu depois das reformas de 1991) gera poder e confiança”. Ele insiste na argumentação segundo o qual,

A visão clássica nehruniana (não-alinhamento) estava baseada na presunção de fraqueza. Hoje - e essa é a novidade - começa a haver uma presunção de força. E com a força acaba-se o luxo do não alinhamento. A velha Índia via-se como vítima de uma ordem internacional que não controlava. A nova Índia está a desenvolver a mentalidade de uma potência com o poder para alterar a ordem internacional em seu benefício (Raposo: 2007: 7).

Como potência emergente³⁸, a Índia tem amplas capacidades para continuar com sua política proativa no continente, sem para isso ter que se aliar estrategicamente com a China ou Estados Unidos, ao ponto de restringir a relação do lado oposto. Há também uma boa relação entre indianos e russos, estes ainda desempenhando um importante papel no fornecimento de armas, além de ser um parceiro tradicional e onde a Índia guarda um sentimento de confiança.

Antes dos indianos pensarem em firmar alianças estratégicas- limitando seu poder de manobra, seja através da aproximação com os Estados Unidos ou China-, tem algumas questões que acompanham o histórico político do país. O projeto de se tornar uma grande força internacional está no “íntimo do Estado indiano”, e com frequência explicitado nos discursos de seus líderes. Como ficou visível, o papel de liderança sempre foi uma tônica na história do país desde sua independência em 1947, como ficou emblemático com seu papel diante dos Não-Alinhados. No entanto, a realidade da Índia naquele período a colocava num grupo de segunda ordem.

Portanto, diante do crescente papel da Índia no sistema internacional atual, atrelado as suas capacidades de poder, o país têm amplas capacidades de materializar o

³⁸ Cabe-nos tentar visualizar a significação do que vem a ser uma potência emergente, denominação que é atribuída à Índia no atual sistema internacional. Na argumentação de Rajagopalan & Sahni (2008: 6), os Estados têm em suas configurações dois fatores que os definem na política internacional. Estas configurações dividem-se em *capacidades e intenções*. Por exemplo, Cuba tem o desejo, mas não a capacidade de reproduzir e moldar o sistema, e o Japão é talvez, um exemplo oposto. Vamos definir potências médias como uma categoria especial de estados que não têm as capacidades do sistema de formação das grandes potências, mas cujo tamanho, localização, recursos e papel impedem-os de serem ignorados pelos grandes poderes. Em outras palavras, potências médias podem não ter a capacidade de desafiar a maneira como as grandes potências executam o sistema internacional, mas são suficientemente poderosas para desafiar qualquer tentativa de grande poder para forçá-los a se comportar de uma maneira contra a sua escolha. Por exemplo, a Índia não poderia impedir a criação da arquitetura nuclear global de não-proliferação, mas certamente poderia optar por sair do regime. Os presentes autores (*Ibidem*) visualizam as potências emergentes como potências médias em ascensão, que são estados que têm a capacidade e intenção demanobrar seu caminho para o status de grande potência. Em outras palavras, os países emergentes são mais do que "estados intermediários" ou "potências regionais", pois eles têm o potencial de desempenhar um sistema de moldar papel no futuro, e estão de várias maneiras sinalizando sua intenção de fazê-lo. (Rajagopalan & Sahni, 2008: 6-7). [tradução livre].

antigo desejo de se tornar uma grande força regional. E, perante tal contexto que lhe é favorável, dificilmente a Índia se deixará nortear por outro caminho.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Alka., 2011. "The 'New Regionalism' and the China Factor in Rising India's Look East Policy". *FPRC Journal*. 8: 72-78
- ACIOLY, Luciana. & CUNHA, André Moreira. 2009. "China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações. IN: CARDOSO Jr., José Celso, ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko (org). *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: Estudos de Experiências Internacionais Seleccionadas*. Brasília: IPEA. Pp. 343-386.
- AHRARI, M. Ehsan., 2004. "India's Great Leap Forward". *Security Dialogue*. 35 (2): 207-215.
- OLIVEIRA, H. A., 2005. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.
- ANDERSEN, Walter., 2001. "Recent Trends in Indian Foreign Policy". *Asian Survey*. 41(5): 765-776.
- ARANTES JR, Abelardo. 2003. "O Paquistão e as Estratégias Ocidentais para a Ásia Meridional". *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (1): 182-207.
- ASEAN COMMUNITY IN FIGURES., 2011. Jacarta. 72p.
- BADHURI, Amit., 2006. **Desenvolvimento** como Dignidade a Busca do Pleno Emprego. Brasília: Editora Thesaurus.
- BAJPAI, Kanti., 2008. "India and the United States: Grand Strategic Partnership for a Better World". *South Asian Survey*. 15 (1). 33-47.
- BASRUR, Rajesh M., 2009. "Theory for Strategy: Emerging India in a changing World". *South Asian Survey*. 16 (1): 5-21
- BHATTACHARYA, Rakhee., 2011. "Look East Policy: Twenty Years After". *FPRC Journal*. 8: 167-172.
- BONNOR, Jenelle., 2008. "Australia India: An Important Partnership". *South Asian Survey*. 15 (1): 165-177
- BORAH, Rupakjyoti., 2011. "India's 'Look-East Policy'- How Successful has it been? *FPRC Journal*. 8: 173-181.
- BRADNOCK, Robert W., 1997."A Índia depois da autarquia: o desafio político da internacionalização". IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão. Pp. 131-150.
- CARVALHO, Cecília. & CATERMOL, Fabrício. 2009. "As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. *Revista do BNDES*. 16 (31): 215-252.

CHACHAVALPONGPUN, Pavin., 2011. "Look East Meets Look West: India-Southeast Asia Evolving Relations". *FPRC Journal*. 8: 48-71.

CHAULIA, Sreeram S., 2002. "BJP, India's Foreign Policy and the 'Realist Alternative' to the Nehruvian Tradition". *International Politics*. 39: 215-234.

CHENOY, Anuradha M., 2008. "India and Russia: Allies in the International Political System". *South Asian Survey*. 15 (1): 49-62.

CINTRA, Marcos A. M. & PRATES, Daniela M., 2009. "Índia: A Estratégia de Desenvolvimento - da independência aos dilemas da primeira década do século XXI". IN: CARDOSO Jr., José Celso, ACIOLY, Luciana, MATIJASCIC, Milko (org). *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: Estudos de Experiências Internacionais Seleccionadas*. Brasília: IPEA. Pp. 397-453.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. 2011. "India: Domestic Issues, Strategic Dynamics, and U.S. Relations".

COSTA LIMA, Marcos., 2008. "Índia: Avanços, problema e Perspectivas". *Textos Acadêmicos: Índia*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, Pp. 85-99.

_____.; 2007. "Índia e Brasil: Entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via? Congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília.

DELAGE, Fernando., 2005. "La Nueva Geopolítica Asiática". *Anuário Ásia Pacífico*. 1 (1): 15-23.

FERNANDES, Cátia., 2001. A Índia – As novas tecnologias numa economia emergente. *Informação Internacional*. 89-125. Disponível em: <http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1168/infor_inter_2000_I_III.pdf>. Acesso em 23 de Janeiro de 2012.

FIORI, Jose Luís., 2007. "A Nova Geopolítica das Nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul". *Oikos*. 8 (6): 1-23

FONSECA Jr., Gelson. 1996. "Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável". IN: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira. Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: Cultura Editores/NUPRI-USP. Pp.: 299-336.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet S., 2009. "Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy". *India Review*, 8 (1): 4-19. January-March.

_____.; 2003. "India's Foreign Policy Grows Up". *World Policy Journal*. XX (4): 41-47.

- GASPAR, Carlos., 2008. “Os Estados Unidos e a transformação da Ásia”. *Relações Internacionais*. 19: 119-134.
- GHOSHAL, Baladas., 2003. “India as an Emerging Power”. *Contemporary Southeast Asia*. ABI/INFORM Global. 25 (3): 520-525.
- GORDON, Sandy., 1997. “Globalisation and Economic Reform in India”. *Australian Journal of International Affairs*. 51 (1): 73-89.
- _____, 2011. “India Look East: as a member of Asia’s concern of Power?”. *FPRC Journal*. 8: 42-47.
- GRIECO, Joseph M. 1988. “Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism”. *International Organization*. 42 (3): 485-507.
- GUIMARAES, Lytton L., 2008. “Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS”. *Revista Intellector*. 5 (9): 1-40.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiros., 1998. “Desafios e Dilemas dos Grandes Países Periféricos: Brasil e Índia”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 41 (1): 109-132.
- HAOKIP, Thongkholal. 2011. “India’s Look East Policy: Domestic Concern or Foreign Apprehension”. *FPRC Journal*. 8: 227:234.
- JACKSON, Robert H. & SORENSEN, George., 2007. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Tradução Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- MAASS, Citha D., 1997. “O Dilema nuclear da Ásia Meridional: A Política Nuclear da Índia e sua Visão de Segurança”. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão. Pp. 39-66.
- MANOR, James & SEGAL, Gerald (Summer 1998). “Taking India Seriously”. *International Institute for Strategic Studies*, 40 (2): 53-70.
- MENEZES, Alfredo da Mota.; PENNA FILHO, Pio. 2006. *Integração Regional: Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro. Elsevier.
- MISHRA, Binoda Kumar., 2011. “Realist Foundations of India’s Look East Policy”. *FPRC Journal*. 8: 182-199.
- MOHANTY, S. K.; CHATURVEDI, Sachin., 2005. “Emergence of China and India in the New Millennium: Will it Facilitate Market Access for LDCs and Developing Countries?”. *Research and Information System for Developing Countries*. New Delhi. Pp.1-15

MOREIRA Jr., Hermes., 2011-2012. “Os BRICS e a Recomposição da Ordem Global: Estratégias de Inserção Internacional das Potências Emergentes”. *Revista Conjuntura Austral*. 3 (9-10): 71-89

MORGENTHAU, Hans J., 2003. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. Tradução Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

NARLIKAR, Amrita., 2007. “All that Glitters is not Gold: India’s rise to power”. *Third World Quarterly* 28 (5): 983-996.

_____, 2009. “Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão”. IN: HURRELL, Andrew et. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Pp. 101-124.

NIETO, Nubia., 2012. “A influência das economias emergentes em assuntos internacionais”. *Estudos Avançados*. 26 (75): 173-183.

OLIVEIRA, Amaury Porto de., 2008. “Índia: Estratégia e Política Externa”. *Textos acadêmicos: Conferência Índia*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Pp. 1-15.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de.; ONUKI, Janina.; OLIVEIRA, Emmanuel de., 2006. “Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul”. *Contexto Internacional*. 28 (2): 465-504. Disponível: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Janina/Artigo_Contexto_Janina.PDF> Acesso em 16 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani., 2005. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.

_____, 2006. “IBSA: India and Regional Security”. IN: VAZ, Alcides Costa. *Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Pp.: 165-194.

_____, 2006. “A Ásia na Atual Conjuntura Mundial”. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo, Saraiva, pp.: 83-100.

_____, 2008. “China e Índia”. IN: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI; O Brasil no mundo que vem aí*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Pp.: 265-294.

PAUL, Joshy M., 2008. “India and Japan: Reluctant Idealism to Practical Realism”. *South Asian Survey*. 15 (1): 99-119.

PAUL, T.V., 2008. *India: Strategy and Foreign Policy in a Changing World*. Paper to be Presented at the Alexandre de Gusmão. Foundation and IPRI Conference on India, Rio de Janeiro, August 28.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz., 2003. *ÍNDIA: Atuação Regional e Mundial em um Cenário Político em Transformação*. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. Pp.1-11.

_____.; 2010. “Índia: do Não Alinhamento à Condição de Potência Emergente”. *Ciências & Artes*. 48: 29-50. Disponível em < <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em 25 de Outubro de 2012.

_____.; GRASSI, Amaro., 2006. *SAARC: O Processo de Integração Regional no Sul da Ásia*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 1-8. Disponível em < <http://rsi.cgee.org.br/documentos/274/1.PDF>>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

_____.; RIZZI, Kamilla Raquel., 2007. *Índia: Evolução Histórica, Inserção Regional e Parceria com a ASEAN*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 1-14. Disponível em < <http://rsi.cgee.org.br/documentos/4240/1.PDF> >. Acesso em 14 de outubro de 2012.

PINTO, Pereira. 2008. “China e Índia – A Disputa por ‘Soft Power’ (II)”. *Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. 90: 5-6.

RACINE, Jean-Luc., 1997. “A Índia no Cenário Político Internacional Emergente: Percepções, Preocupações e Expectativas”. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão. Pp.79-130

RAJAGOPALAN, Rajesh.; SAHNI, Varun., 2008. “India and the Great Power: Strategic Imperatives, Normative Necessities”. *South Asian Survey*. 15 (5): 5-32

RANA, Kishan S., 2008. “Regional Diplomacy and India China Economic Relations”. *South Asian Survey*. 44 (3): 297-306

RANDERIA, Shalini., 2003. “Pluralismo Jurídico, Soberania Fraturada e Direitos de Cidadania Diferenciais: instituições internacionais, movimentos sociais e Estado pós colonial na Índia”. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RAPOSO, Henrique., 2007. “A parceria estratégica EUA – Índia: O pós-atlantismo no sistema de estados e na comunidade de democracias”. *Instituto Português de Relações Internacionais*. Universidade Nova de Lisboa. Pp. 1-16

REDDY, K. Raja., 2011., “India’s Look East Policy: Japan and China”. *FPRC Journal*. 8: 137-148.

RODRIGUES, Ricardo Vélez., 2010. “Os Brics e a globalização: perspectivas da Índia e do Brasil”. *Revista Liberdade e Cidadania*. 3 (10): 1-27.

- ROSS, César., 2010. “La Política Exterior India Durante La Guerra Fria”. *Revista Universum* 25 (1): 152-173.
- SANTARITA, Joefe B., 2011. “Exploration or Implementation?: The Current State of India’s ‘Look East’ Policy”. *FPRC Journal*. 8: 84-99.
- SHESHABALAYA, Ashutosh., 2006. *Made in Índia*. Tradução: Catarina Nascimento Rodrigues e Carla Mendonça. Lisboa: Editora Centro Atlântico.
- SINGH, Swaran., 2008. “India China Relations: Perception, Problems, Potential” *South Asian Survey*. 15 (1): 84-98
- SUIYAN, Guo., 2011. “Look East Policy: Japan and China”. *FPRC Journal*. 8: 137-148.
- TAVARES, Rodrigo., 2007. “Integração Regional na Ásia do Sul: Obstáculos e Oportunidades”. *Relações Internacionais*. 15: 59-71.
- THE ASEAN CHARTER. Jacarta. 2008.
- VELASCO, Sebastião., 2005. “Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo”. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*. 7: 32-43.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes; GRASSI, Amaro Silveira., 2008. *Índia, Estado pivô da integração regional do Índico. Reformas econômicas, abertura externa e integração desde 1990*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, RS, 14 p.
- VOLODIN, Andrei., 1997. “A Índia em um ambiente internacional de mudanças”. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão. Pp. 19-38.
- WEFFORT, Francisco. 2003. *Os clássicos da política*. Volume I. São Paulo: Ática.
- YHOME, K., 2011. “India’s Look East Policy: The Emerging Discourse”. *FPRC Journal*. 8: 207-214.
- ZAKARIA, Fahred. (2008). *The Post-American World*. New York: W. W. Norton & Co